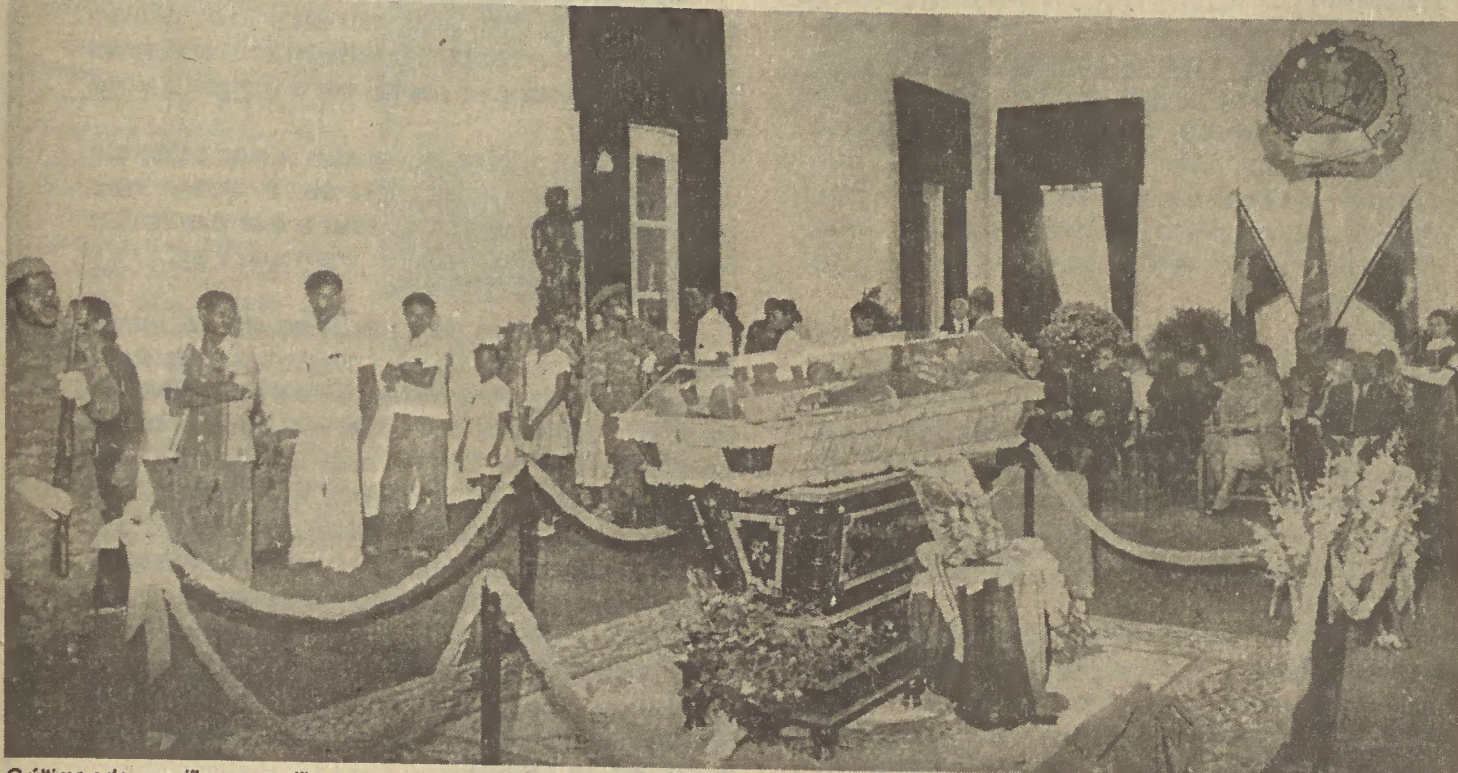




O último adeus: milhares e milhares de pessoas, em filas intermináveis, passando junto aos restos mortais do amigo, camarada e dirigente que a memória reterá para sempre

O funeral de Agostinho Neto IMPONENTE E SIGNIFICATIVA MANIFESTAÇÃO DE PESAR

O funeral do camarada Agostinho Neto, figura inesquecível de dirigente e militante revolucionário, Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, constituiu uma imponente e ao mesmo tempo muito significativa manifestação de pesar do povo angolano. Para participar nas cerimónias fúnebres deslocou-se a Luanda uma delegação do PCP, composta pelos camaradas Álvaro Cunhal e Veiga de Oliveira, portadores da profunda solidariedade fraternal dos comunistas portugueses para com os camaradas e todo o povo angolano.

Pág.12

Preparar as eleições para as autarquias

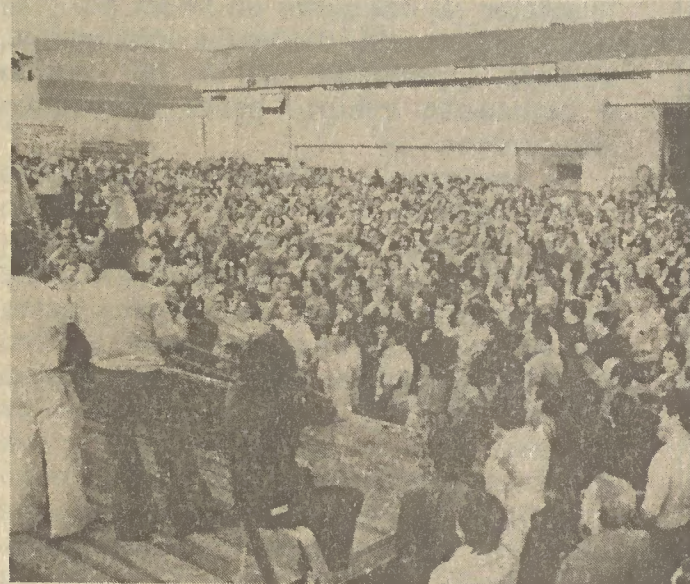


A proximidade das eleições para os órgãos autárquicos está a exigir por todo o país um intenso trabalho de preparação, desde logo no que se refere à elaboração das listas da APU.

No Alentejo, por exemplo, têm-se realizado centenas de plenários públicos, a fim de que as listas de candidatos do Povo Unido sejam discutidas e sancionadas pelas populações.

Entretanto, revelamos nesta edição o cálculo provisório do número de candidatos e de membros dos órgãos autárquicos.

Pág.8



Em apoio à luta na Corame

Trabalhadores em luta por direitos constitucionais

A luta pela negociação do CCTV levou ontem à paralisação os trabalhadores da hotelaria em várias zonas do país. O boicote às negociações, o divulsionismo e a intransigência patronais são os únicos responsáveis por essa forma de luta decretada pelos Sindicatos.

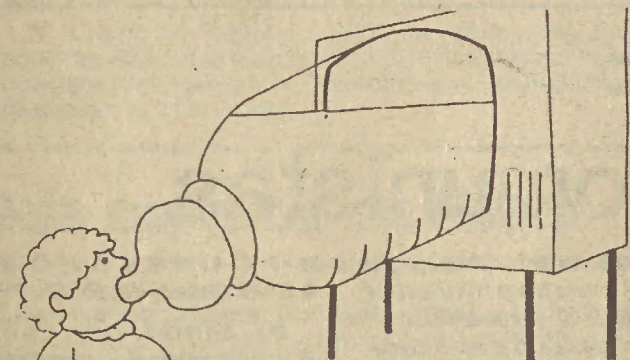
Uma manifestação popular em Santa Iria de Azóia apoiava, entretanto, a luta na Corame, enquanto prossegulam movimentações e lutas noutros sectores com relevo para os assalariados rurais, cujos Sindicatos exigem o cumprimento da PRT.

Pág.5

PÁGINA DEZ



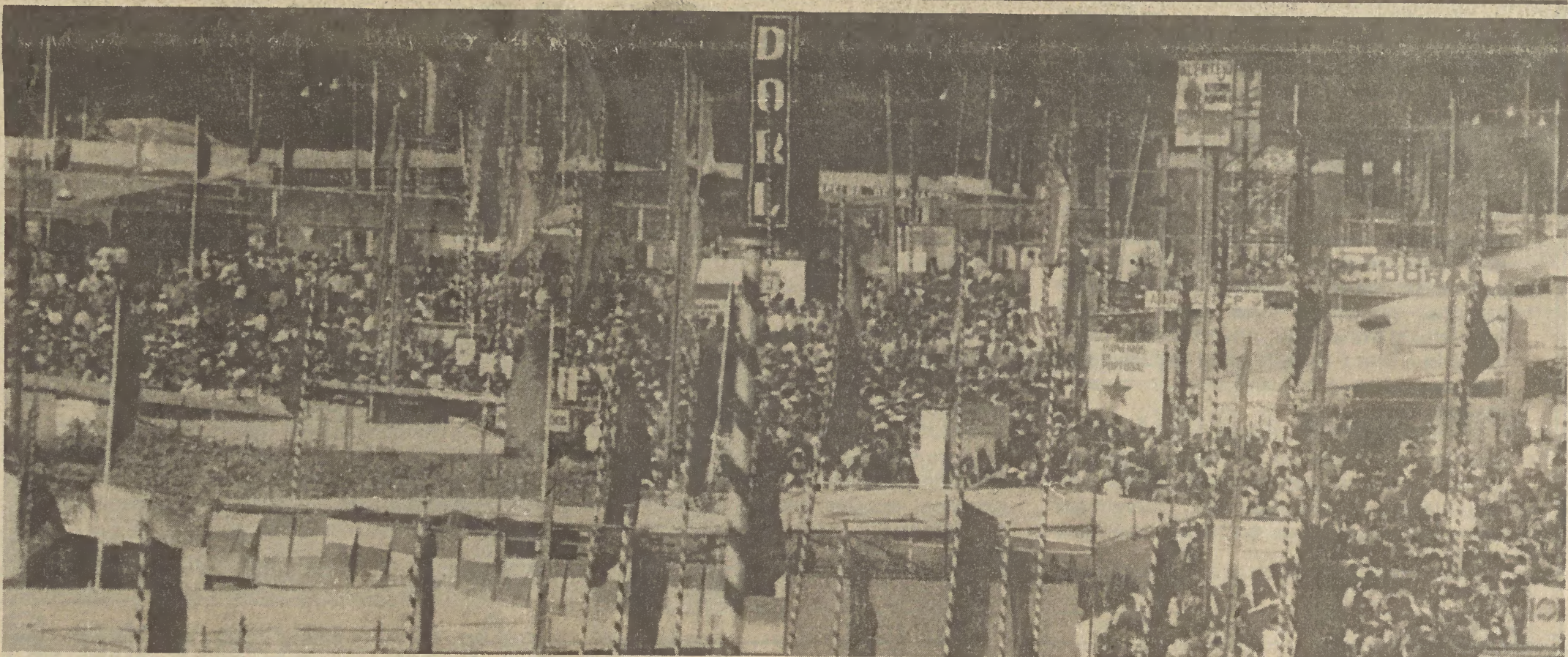
Os crimes contra a Humanidade cometidos por Hitler e pela Alemanha nazi não podem ser esquecidos: enquanto uns procuram apagá-los da História, outros estudam ainda o que foi em toda a sua extensão esse crime contra a Humanidade. Ao fazê-lo, os primeiros absolvem o nazismo; os segundos contribuem para que não mais sejam possíveis tais crimes.



Sob a designação de «cultura de massas», o capitalismo e o imperialismo veiculam constantemente, através dos grandes meios de comunicação de massas, subprodutos culturais que visam a alienação do indivíduo e a aniquilação das manifestações culturais e populares próprias de cada país. Nos tempos que correm, a «cultura de massas» é um grande negócio.



Dentro de poucos dias, vários milhões de soviéticos e algumas dezenas de milhares de estrangeiros iniciam na URSS mais um ano lectivo numa escola ao serviço da vida, preparando o futuro



A FESTA DO «AVANTE!» AINDA NÃO ACABOU!

Bom, dizer que a Festa do «Avante!» ainda não acabou... é uma forma de dizer. Lá acabar acabou. Mas a verdade é que, por todo o País, persistem as recordações: as histórias que se contam, as falas sobre os amigos que se fizeram, o rememorar disto

e daquilo que se viu ou em que se participou... E mais: a Festa «ainda não acabou», porque lá no Alto da Ajuda um pouco mais de esforço e sacrifício espera por nós! Disto e de outras coisas, ainda sobre a Festa, falamos neste número:

- «Uma Festa diferente e melhor»
— entrevista com Jaime Felix,
membro suplente do Secretariado do CC do PCP
- O que certa imprensa disse e não disse
- As opiniões dos convidados estrangeiros
- Espectáculos da Festa para além da Festa
- No próximo fim-de-semana
temos novo encontro na Ajuda!

(págs. centrais)

Editorial

PREOCUPAÇÕES E PERSPECTIVAS DA HORA ACTUAL

A característica fundamental da situação política portuguesa, que as forças reaccionárias tentaram em vão conduzir a um beco sem saída, reside no facto de estar precisamente em curso uma saída constitucional e que esta saída significa já em si uma grande derrota da reacção, dos seus planos imediatos de conquista do Poder por vias inconstitucionais, do seu ataque global, lançado a partir de fins de 78, visando a liquidação a curto prazo do regime democrático.

A medida que os dias passam sobre a exoneração e o termo do governo fascizante Mota Pinto/PPD/CDS e a formação do novo Executivo da engenharia Maria de Lourdes Pintasilgo e que novos factos vão sendo trazidos ao conhecimento público mais se precisam os contornos e se revela a hediondez dos fracassados planos da reacção, mais se avalla em toda a sua extensão e profundidade o grau decorroso das instituições democráticas e dos atentados às conquistas fundamentais da Revolução atingido sob a égide de sucessivos governos, em particular do governo Mota Pinto/PPD/CDS, que teve responsabilidade e papel particulares nos estragos causados ao País e ao Povo pela sua política antidemocrática, virada essencialmente para o estrangulamento do 25 de Abril.

Na verdade, através do governo fascizante Mota Pinto/PPD/CDS a reacção empreendeu a destruição sistemática, violenta e acelerada das conquistas principais de Abril e conseguiu levá-la a um grau jamais alcançado pela iniciativa directa dum órgão do Poder.

A Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo de gestão foram violentamente atingidos através de uma prática diária de ilegalidades, repressão, decisões arbitrárias de governantes em absoluto divorciados do Povo.

Visivelmente, no plano governamental como na sua acção parlamentar extraparlamentar, os partidos da direita e da extrema-direita tentaram criar condições para uma rápida subversão da ordem democrática, para um pronunciamento através do qual imporiam a revisão inconstitucional da Constituição sob a forma do referendo, a substituição compulsiva do Presidente da República e uma farsa eleitoral sob uma nova lei antidemocrática que permitindo falsear grosseiramente a vontade popular, garantiria uma vitória eleitoral fraudulenta à chamada «nova maioria» reaccionária – que é minoria e vai seguramente continuar a sê-lo nas eleições intercalares de Dezembro.

A infiltração de homens de mão dos partidos da direita no aparelho de Estado e nos órgãos de comunicação social, nos organismos de coordenação económica e nos conselhos de gerência das empresas

do sector público e nacionalizado, minou perigosamente pontos sensíveis da vida nacional e pô-los à mercê da iniciativa reaccionária.

Está hoje claro que todo este sinistro trabalho subversivo, toda esta acção deteriorante e desestabilizadora, que além de mais provocou o agravamento excepcional das condições de vida do Povo português, fazia parte dos torvos planos da reacção para conseguir a curto prazo inverter radicalmente a seu favor a situação nacional.

Foram estes os objectivos das forças reaccionárias que sofreram uma derrota contundente com a saída constitucional encontrada para a crise governativa. Por isso uma tal saída representou em si mesma uma pesada derrota para os partidos da direita e a extrema-direita no seu conjunto. Por isso, como justamente sublinhava Álvaro Cunhal no dia 9 na Festa do «Avante!», a saída constitucional encontrada, pelas suas repercussões políticas profundas, constitui a característica fundamental da situação portuguesa na hora actual.

O que ainda subsiste e resiste da herança maldita do governo Mota Pinto/PPD/CDS mostra que a saída constitucional que está em curso não é um processo fácil nem muito menos acabado.

Uma má herança, principalmente uma má herança política, pode ser rejeitada em bloco ou aceite e continuada no todo ou em parte por quem a recolhe.

A adopção de uma destas formas de comportamento pode desde logo definir ou então condicionar e moldar à distância o carácter e os hábitos dos herdeiros.

A herança maldita do governo Mota Pinto/PPD/CDS caiu inteira sobre o governo actual da engenharia Lourdes Pintasilgo com toda a sua carga fascizante e o seu torvo cortejo de ilegalidades, violências e atropelos à Constituição da República.

A questão que se coloca com força no momento actual é a seguinte:

Vai o Governo de Lourdes Pintasilgo rejeitar decididamente ou aceitar e continuar no todo ou em parte a herança maldita do governo anterior?

Esta importantíssima questão carece de resposta urgente não tanto em palavras mas na prática política.

O que continua a passar-se na zona da Reforma Agrária e nos órgãos de comunicação social não abona os propósitos declarados e o prestígio do novo Governo e é um factor de grande preocupação e instabilidade neste período em que se conjugam outros factores de importância decisiva para a vida nacional.

Quem comanda as decisões de enviar de novo fortes contingentes da GNR para fazer cumprir pela força despachos ilegais do governo anterior nas terras do Alentejo? É o MAP? É o MAI? ou são os organismos

que Vaz Portugal infestou de gente da CAP para a Zona da Reforma Agrária?

A GNR aplica ordens recebidas de quem? É esta política agressiva contra os trabalhadores que significa o cumprimento da prometida política de acalmia na situação nacional?

Por outro lado, como se pode contemporizar com a agressão ideológica constante dos órgãos de comunicação social estatizados, com a sua vergonhosa manipulação pela extrema-direita, num período eleitoral em que se garantiu isenção, pluralismo, respeito pela lei e pela igualdade de tratamento em relação a todos os partidos?

Quando a senhora Primeira-Ministra se dirigiu ao País e pediu para o seu governo o «benefício da dúvida», (as palavras são suas) o PCP que sempre tem procurado nas suas posições políticas separar o trigo do joio, concedeu-lho, como outros partidos democráticos, por meio da sua abstenção no voto parlamentar da moção de rejeição dos partidos da direita.

O PCP e as classes trabalhadoras que essencialmente representa, fizeram e fazem destriça entre o governo fascizante Mota Pinto/PPD/CDS e o actual Executivo da engenharia Maria de Lourdes Pintasilgo.

Na herança do governo anterior foram deixadas questões difíceis, o «pacote laboral», uma catadupa de decretos-leis feridos de aberta inconstitucionalidade, verdadeiras armadilhas para o Governo vindouro, algumas obrigando a medidas de extrema impopularidade para o governo actual. O caso do aumento dos preços, que tornou mais pesado o fardo do custo de vida para os trabalhadores, é um dos mais gritantes.

A moral da história é que a aceitação pelo actual governo, mesmo contra os afirmados propósitos de rejeição, de uma parte considerável da herança maldita do governo anterior, fará enveredar o Governo de Maria Lourdes Pintasilgo numa política altamente perniciosa aos interesses dos trabalhadores e do País e arrastá-lo-á numa dinâmica perigosa e incontrolável que negará na prática as intenções pacificadoras da senhora Primeira-Ministra e pode fazer ao seu Governo aquilo que o hábito do cachimbo faz aos seus fumadores – deixá-los a boca à banda.

As promessas do actual MAP aos dirigentes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) assim como a decisão de aumentar o salário mínimo nacional – apesar da sua insuficiência – são factos positivos a inscrever no activo do Governo de Lourdes Pintasilgo. Mas a parte tomada da herança do governo fascizante Mota Pinto/PPD/CDS pode reduzir à irrisão os propósitos e as realizações positivas do actual Governo se não é prontamente repudiada.

A necessidade de uma definição política clara e de arripiar caminho numa senda repleta de perigos para a democracia é tanto mais imperiosa quanto mais agressiva se torna a campanha da direita.

Os partidos da «Aliança Reaccionária» que sentem o terreno fugir-lhes debaixo dos pés, movem todos os seus peões para confundir os portugueses.

Falhado o voto obrigatório proposto pelos partidos da direita no plano parlamentar, a reacção deita mão a todas as formas de coacção moral para forçar o voto a seu favor.

Uma verdadeira agressão à consciência dos católicos, induzindo-os a votar nos partidos reaccionários, está a ser praticada nos círculos mais conservadores e retrógrados.

A participação dos partidos da «Aliança Reaccionária» em listas conjuntas, que está provocando muitas defecções e reacções de descontentamento nos sectores mais liberalizantes do PPD e nos ultras do CDS, por razões de sinal contrário, é uma evidente prova do temor dos partidos reaccionários, da falta de perspectivas de cada um deles, da sua provada incapacidade para resolver os problemas mais agudos do Povo e do País, para responder minimamente às exigências de justiça social de uma parte considerável do seu eleitorado tradicional que lhes está voltando as costas.

A coacção moral exercida sobre a consciência dos católicos que não perfilham o ideário dos partidos da extrema-direita mostra o pânico da reacção perante o seu crescente isolamento das populações rurais, não anula nem pode anular, na opção eleitoral dos agricultores rendeiros, por exemplo, o facto de que a política de favorecimento dos ricos praticada pelos partidos da direita no parlamento e fora dele provocam a crescente aversão das populações rurais aos que lhes prometeram uma colsa e fazem outra.

O PCP e todos os democratas e patriotas olham com extrema importância o próximo acto eleitoral de Dezembro.

A necessidade de fortalecer eleitoralmente a força mais consequente da democracia portuguesa – o PCP – é um imperativo para a derrota definitiva da reacção.

Dos resultados eleitorais do PCP resultará um mandato inequívoco do Povo para os eleitos mais respeitadores da vontade popular. O PCP não só não enjeita as responsabilidades de governo que a sua expressão eleitoral determinar como tem para a defesa e consolidação do 25 de Abril um projecto político coerente e claro.

Álvaro Cunhal enunciou-o nas suas linhas gerais em 9 do mês em curso e sem dúvida o PCP o apresentará em breve e desenvolvendo ao Povo português. O Programa Eleitoral do PCP será uma arma e uma bandeira política de importância fundamental para derrotar a direita e para assegurar sem sofismas a vitória das forças democráticas.

A situação na RDP e a posição dos comunistas

O V Governo, por proposta do ministro da Comunicação Social, major João Figueiredo, nomeou interinamente três novos membros para a Comissão Administrativa da RDP-EP em substituição do eng. Humberto Lopes, que exercia funções de presidente da mesma, e dos drs. Rui Manuel Pessoa de Amorim de Ressurreição e Luís Carlos Sampayo. Esta nomeação, que mantém em exercício uma Comissão Administrativa em vez do Conselho de Administração, como estabelece o Estatuto da RDP, DL 274/76 de 12 de Abril, é feita com base num dos últimos decretos do ex-Governo Mota Pinto, o DL 371-A/79, através do qual se submete a RDP-EP às disposições do DL 260/76 de 8 de Abril que rege as empresas públicas. Independentemente de uma análise sobre o decreto do ex-Governo Mota Pinto, e da legitimidade jurídica dos seus considerandos, os representantes do PCP no CIRDP-EP, consideraram que o Conselho de Informação não devia dar parecer favorável ou desfavorável à nomeação em causa.

Um comunicado aos órgãos de Comunicação Social, a SIP do PCP divulga o texto da declaração do PCP no Conselho de Informação para a RDP, que entende, nomeadamente:

«1. Considerar positiva a demissão da CA responsável por uma situação gritantemente irregular, desrespeitadora das regras democráticas, da Constituição de posições da AR e do CI/RDP, dos interesses dos trabalhadores da RDP e do povo português.

2. Manifestar discordância quanto à permanência no novo órgão de gestão de quem (pelo menos) nunca se demarcou de nenhuma decisão ou posição assumidas pela ex-CA, decisões ou posições inúmeras vezes revestindo formas de arbitrariedade e prepotência intoleráveis.

3. Manifestar reservas quanto ao método, pois não se lhe afigura correcto aplicar à RDP o estatuto geral de EP para a nomeação de

órgãos de administração, não correspondendo, assim, à especificidade da natureza da empresa.

Considera o PCP que a forma mais correcta de resolver a situação seria o cumprimento do estatuto em vigor, agora inviabilizado por decreto-lei, até à promulgação do novo estatuto.

4. Manifestar insufliente esclarecimento sobre o procedimento futuro da actual CA, pois nada nos é enunciado, de concreto, relativamente ao programa desta CA, aos propósitos que animam os seus membros no sentido da completa reposição da normalidade na RDP, às necessárias garantias de isenção, pluralismo e objectividade, particularmente neste período eleitoral.

5. a) Tendo em conta que a solução apresentada (embora contendo o aspecto positivo da demissão de uma CA que praticou actos condenáveis) não corresponde às

necessidades e interesses da RDP;

b) tendo em conta a necessidade expressa de não prolongar uma situação degradada;

c) não querendo criar dificuldades que inviabilizem medidas positivas que venham a ser tomadas no sentido da normalização democrática da RDP mas considerando o PCP que a solução, ainda que provisória, seguida pelo MCS não se coaduna com as propostas de solução que este CI vem preconizando;

d) pensando o PCP não dever o CI/RDP demitir-se das suas atribuições e competências mas julgando não ser de aconselhar a criação de obstáculos que mais dificuldades coloquem à normalização da vida da RDP – defende o PCP que o CI/RDP deve decidir não dar parecer favorável ou desfavorável dadas as enunciadas razões de reserva quanto ao método de nomeação da CA, a sua composição e à ausência de garantias quanto ao procedimento futuro da actual CA.»

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 768744/768751. DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768725/768722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Litoral, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B – 4000 Porto. Tel. 29938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º

Esq. – 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º

de Maio 186, Pedrúlia – 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alameda de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º

de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000

Lisboa. Tel. 779829.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa.

Tel. 779367/779350. Porto – Rua do

Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto.

Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700

Amadora. Tel. 900044.

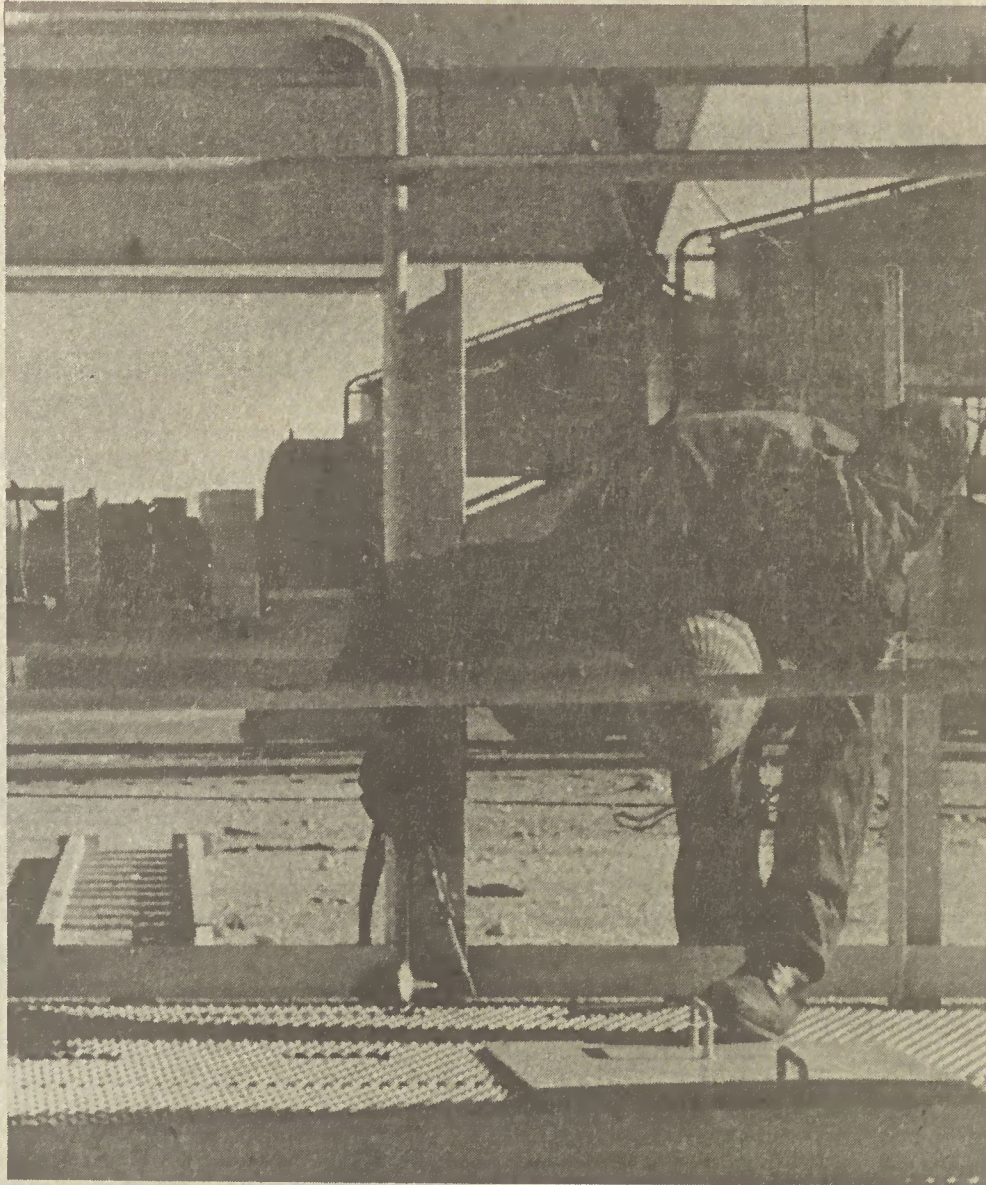
Composto e impresso na Heika

Portuguesa R. Elias Garcia, 27 – Venda

Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média do mês

de Agosto: 64 300



Hoje em Alpiarça a Festa da Liberdade

A exemplo dos anos anteriores, começa hoje, em Alpiarça, a Festa da Liberdade, que se prolongará até domingo.

Luísa Basto, Manuela Bravo, Carlos Mendes, Fernando Farinha, Teresa Paula Brito, Filipe Gomes dos Santos, Ary dos Santos e Fernando Tordo e ainda os americanos Mike Glick e New Song Trio são alguns dos nomes que constam do programa dos espectáculos para os quatro dias da festa.

Na tarde de sábado haverá um programa especialmente dedicado às crianças com os palhaços Emiliano e o Professor Minhocas.

No domingo de manhã decorrerá uma prova de ciclismo, num percurso de 84 quilómetros, em que podem participar juniores e seniores B.

Na tarde desse mesmo dia o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, participará num comício



que terá início pelas 17 horas.

O IE (Ingresso nos Espectáculos) custa apenas 100\$00 e dá direito a assistir a todos os espectáculos que se realizem durante os quatro dias da Festa da Liberdade e a participar ainda no sorteio dos prémios a realizar no dia 23 de Setembro.

A Festa, que tem já tradições em Alpiarça e nas regiões vizinhas, conta ainda com pavilhões dedicados à Reforma Agrária, indústria, colectividades e associações políticas.

Festa em Alter

É na Praça de Touros de Alter do Chão que, no próximo fim-de-semana, há festa. No sábado, há Canto Livre em que participam Luísa Basto, Carlos Paulo e João Fernando.

No domingo, também há Canto Livre e está marcado um comício, com intervenção do camarada António Murteira, membro do Comité Central do Partido.

Um almoço em Pavia

No próximo dia 6 de Outubro, a Comissão de Freguesia de Pavia do PCP promove naquela vila alentejana um almoço-conívio para o qual esperam a participação dos camaradas e amigos que estejam radicados fora de Pavia.

Cada adulto vai pagar 150 escudos pelo almoço e as receitas a apurar nesta iniciativa destinam-se ao novo Centro de Trabalho do Partido na localidade.

Reuniões importantes

• Camaradas alentejanos

Está marcada amanhã, sexta-feira, às 21.30 horas, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, uma reunião para a qual se convidam os camaradas alentejanos que residam na área da capital.

• Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Sabugal e Trancoso

Realiza-se no próximo sábado, às 15 horas, no Centro de Trabalho Vitória, uma reunião com camaradas naturais dos concelhos de Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Sabugal e Trancoso que residam na zona de Lisboa.

• Marvão e Monforte

No Centro de Trabalho Vitória, no próximo dia 25 do corrente, realiza-se uma reunião de militantes do Partido naturais de Marvão e Monforte que deverão estar presentes às 21.30 horas.

Mais sorteios da Festa

Continuam a chegar-nos notícias dos sorteios realizados na Festa do «Avante!».

Concelhia de Cascais: promovido por esta organização do Partido, o sorteio de uma garrafeira calhou à rifa que tem o número 0899.

Concelhia de Loures: integrado na Campanha dos 1200 contos para o Centro de Trabalho de Odivelas, o sorteio de uma tenda coube aos números 00500, 10500, 20500, 30500 e 40500.

Célula Fogões Leão: sorteados no pavilhão do Comité dos Metalúrgicos do Porto — 1 grelhador coube ao n.º 829; 1 varinha mágica, ao n.º 461; 1 torradeira, ao n.º 984.



Dia 20 quinta-feira

Alpiarça, início da Festa da Liberdade, que se prolonga até domingo.

Dia 21, Sábado

Lisboa, às 10 horas no Centro de Trabalho de Alcântara, plenário da célula da SE, com o camarada Manuel Pedro, do CC. • Portalegre, às 20 horas sessão de apresentação das candidaturas APU, para as eleições, com a presença do camarada Dias Lourenço da Comissão Política do CC. • Alter do Chão, início da Festa que prosseguirá amanhã.

Camarada falecido

FERNANDO CORTÉS PINTO — Velho militante comunista que participou no 18 de Janeiro de 1934, faleceu no passado dia 5 de

Setembro o camarada Fernando Cortés Pinto, que era membro da Célula dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais da Organização do Partido de Leiria.

Campanha dos 20 mil contos Ultrapassados os 4 mil contos em dois meses e meio de campanha

No passado dia 15 de Setembro, dois meses e meio após o início da Campanha dos 20 mil contos, foram ultrapassados os 4 mil contos. O apuramento realizado nesse dia dava como recolhida e entregue a soma de 4 072 184\$50, o que corresponde a cerca de 20,4% do objectivo financeiro da Campanha.

A soma total recolhida distribui-se da seguinte forma pelos Grandes Sectores de organização do Partido:

Comité Local do Porto	1 112 753\$20
Org. Concelhia de V.N. de Gaia	624 802\$50
Sector Intelectual	311 540\$00
Comité dos Metalúrgicos	307 660\$00
Org. Interconcelhos do Porto	223 172\$20
Org. Concelhia de Matosinhos	174 380\$00
Org. Concelhia de Gondomar	168 548\$00
Comité dos Grandes Serviços	152 485\$00
Comité Textil	64 232\$50
Organização Regional do Minho	55 279\$00
Comissão Coordenadora da Campanha	403 994\$60
Outros Sectores	473 337\$50

TOTAL 4 072 184\$50

Toma-se desta forma evidente que a Campanha dos 20 mil contos, pela compreensão política e dedicação das organizações e militantes comunistas, adquiriu uma considerável dinâmica que lhe permitiu vencer as dificuldades inerentes ao período de arranque e à época de férias. Mas é de igual modo evidente que, vencidas essas dificuldades iniciais há agora que intensificar, e intensificar muito, a Campanha, concentrando esforços em ganhar as organizações mais atrasadas, em aumentar o número e o valor dos compromissos e em levar a Campanha para fora do Partido.

A classificação dos Grandes Sectores, em relação à meta que se comprometeram a alcançar, era a seguinte em 15 de Setembro:

1.º Gaia	35,7% da meta
2.º Metalúrgicos	20,51%
3.º Grandes Serviços	20,33%
4.º OIC	19,40%
5.º Comité Local do Porto	18,54%
6.º Vila do Conde	17,84%
7.º Matosinhos	17,43%
8.º Gondomar	16,85%
9.º Comité Textil	16,05%
10.º Sector Intelectual	7,78%

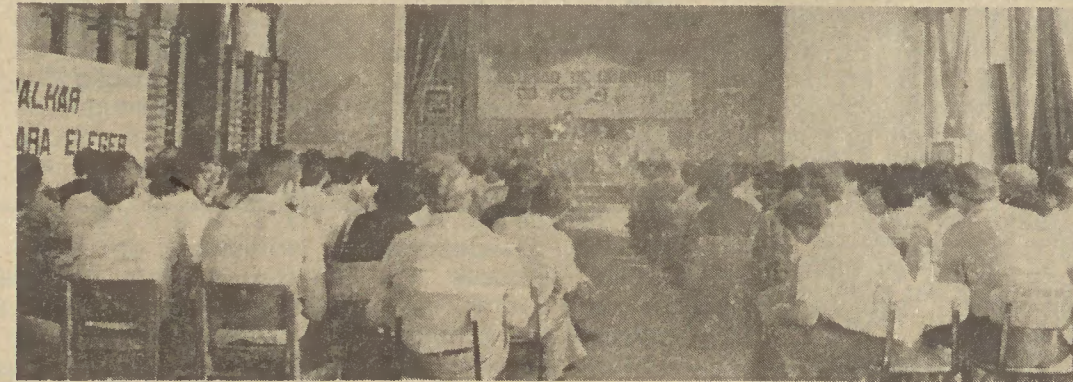
Esta classificação, relativa a meio do mês de Setembro, não conta como é evidente para a atribuição do galardão da Campanha relativo aos Grandes Sectores. Gaia conquistou o galardão nos dois primeiros meses e mantém-lo a ou não consoante os resultados que se verificarem no final deste mês. O mesmo se passa, aliás, no que diz respeito aos galardões relativos a outros níveis de organização que foram atribuídos no final do mês passado. Recordemos quais eram as classificações:

Outros concelhos:	1.º Lousada
	2.º Valongo
	3.º Vila do Conde
Freguesias:	1.º Madalena
	2.º Valadares
	3.º Gulpilhares
Células de empresa:	1.º Fogões Leão
	2.º CAMO
	3.º Alfredo Caetano

Aumentar o número e valor dos compromissos

Já aqui foi salientada a importância dos cartões de compromisso para contribuições mensais. Mas não é de mais insistir.

Através dos cartões de compromisso, os militantes, simpatizantes e amigos do Partido comprometem-se a contribuir mensalmente com uma determinada quantia para a Campanha. Existem cartões de compromisso nos valores de 100\$00, 250\$00, 500\$00, 1000\$00 e 5000\$00 por mês. Tais contribuições

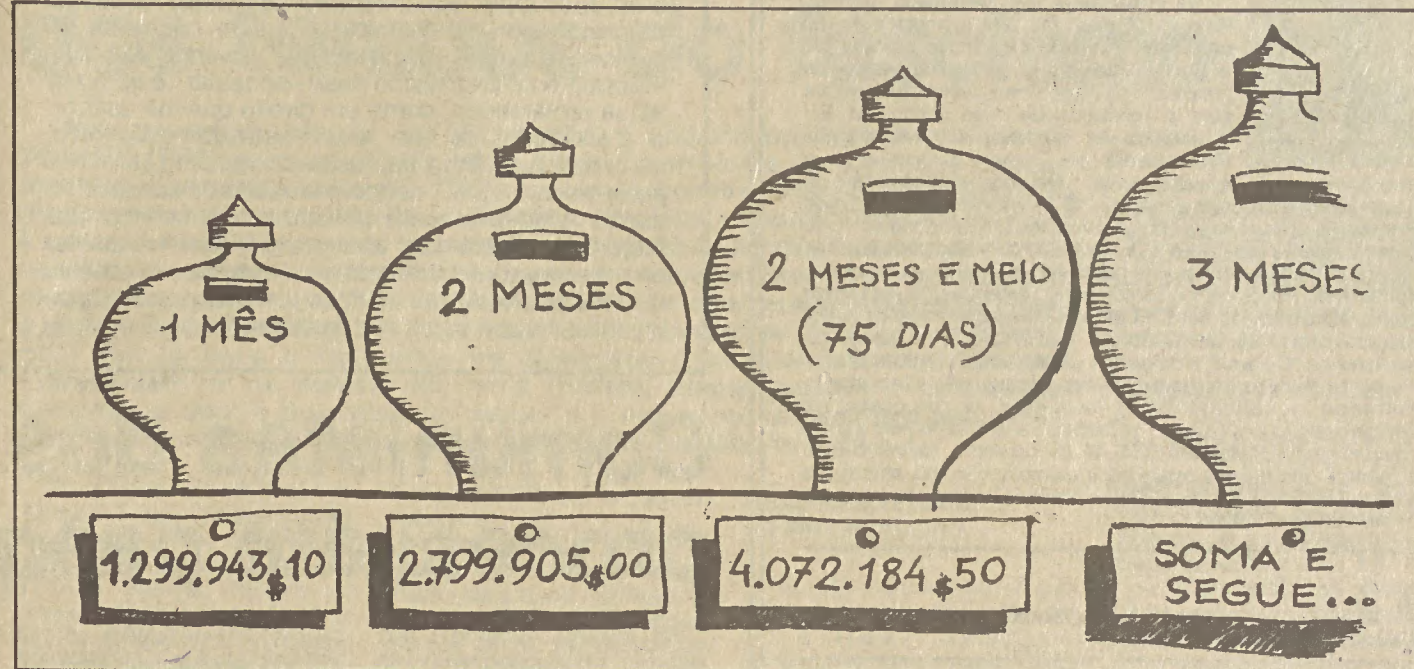


Reunião de quadros em Aveiro

A fim de ser abordada a presente situação política, aspectos técnicos relacionados com as próximas eleições e ainda uma nova reestruturação da Organização regional e distrital do PCP, realizou-se no passado sábado, dia 15, uma reunião de quadros do Partido Comunista do distrito de Aveiro, a qual se efectuou nas instalações da Escola

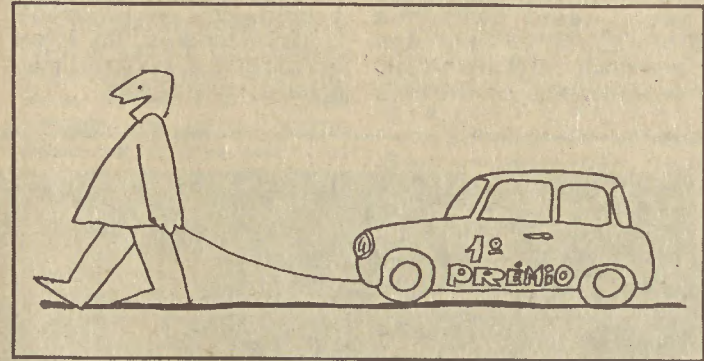
Secundária Mário Sacramento, daquela cidade.

A reunião, presidida pelo camarada Américo Valente e acompanhada pelo camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central, contou com a participação de centenas de quadros do Partido de todos os concelhos do distrito de Aveiro. Grande parte dos trabalhos



mensais, em princípio por 12 meses, desde que assumidas com um critério que traduza a compreensão política pelos objectivos da Campanha, a dedicação e espírito de sacrifício dos militantes e amigos do Partido, e desde que efectiva e eficazmente cobradas mensalmente, constituem uma sólida garantia de que os objectivos financeiros da Campanha serão alcançados.

Há pois que aumentar o número e valor dos compromissos. Muitos amigos do Partido levantam a questão de que se assumirem desde agora determinado compromisso terão de pagar a importância relativa aos meses já passados. Como



é evidente será preferível para o sucesso da Campanha que o façam. Mas não é uma condição para se assumir um compromisso. Os compromissos, através dos respectivos cartões, podem ser assumidos apenas de agora em diante.

Um certo número de organizações tem já, através dos compromissos assumidos, coberto a respectiva meta.

O êxito do primeiro grande sorteio

O primeiro grande sorteio da Campanha dos 20 mil contos constitui um assinalável êxito. O interesse pela Campanha, a compreensão dos seus objectivos, a qualidade dos prémios, fizeram com que o sorteio se rodeasse de grande interesse e expectativa que se traduziram naturalmente no grande número de bilhetes vendidos, nomeadamente durante a Festa do «Avante!».

O sorteio, realizado no último dia da Festa, forneceu os seguintes resultados:

- 1.º prémio, um automóvel — 22 739
- 2.º prémio, uma motorizada — 90 883
- 3.º prémio, uma máquina de lavar roupa — 24 175

Prossegue com êxito a Campanha para a nova sede distrital de Beja

Apesar das dificuldades, sempre que os camaradas e amigos do Partido decidem iniciativas, os fundos para a campanha vão aumentando. As camaradas, na altura de Aljustrel, de Serpa, nomeadamente em Pias, e outras, têm elas próprias estabelecido as suas metas e tenazmente as vão cumprindo. Também os camaradas reformados, em Aljustrel, têm dado uma boa contribuição. Um pouco por todo o distrito, operários agrícolas, pequenos agricultores, mineiros labutantes e lutam para conseguir um novo Centro de Trabalho em Beja.

As feiras de Beja, Salvada, Serpa e Cuba são bons exemplos para conseguir fundos para a campanha. Na feira de Ferreira do Alentejo, os camaradas preparam já a sua intervenção.

Já ultrapassámos os 700 contos!

O facto de já se ter ultrapassado os 700 contos, com tantas iniciativas ainda por concretizar, leva a crer que mais uma vez os comunistas no Alentejo, com a ajuda doutros camaradas e amigos alentejanos que residem

nas mais diversas partes do País e no estrangeiro, não de erguer um Centro de Trabalho em Beja à altura do trabalho político do PCP.

Em 7 de Setembro a posição das concelhias na campanha era a seguinte:

Serpa	187 252\$50
Aljustrel	106 170\$90
Alvito	12 947\$40
C. Verde	1 956\$20
Odemira	23 482\$00
F. Alentejo	33 728\$40
Vidigueira	31 095\$30
Moura	6 515\$70
Cuba	31 796\$50
Beja	268 139\$80
TOTAL	703 085\$40

Banda desenhada na Festa do «Avante!»

«Aqui Banda» foi uma iniciativa da Organização do Ensino Secundário de Lisboa da UEC para a Festa do «Avante!» e dedicada essencialmente à banda desenhada (B.D. na terminologia abreviada dos apreciadores das histórias em quadrinhos).

A revista — porque de uma revista se trata — procurou divulgar o concurso de banda desenhada patente num dos pavilhões da UEC na Festa.

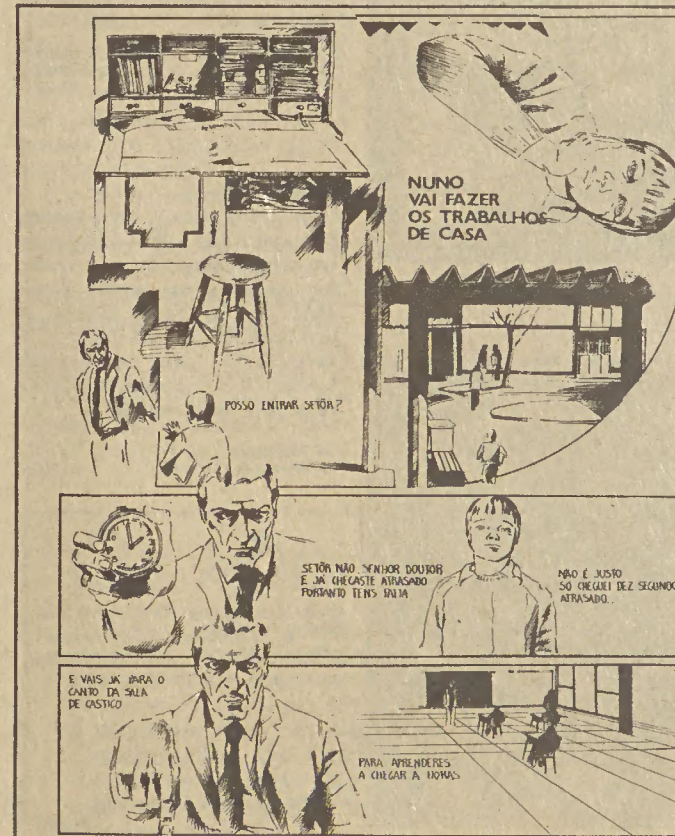
Nas suas páginas foram publicadas três histórias que numa primeira selecção tinham sido consideradas como as melhores. Mas a última palavra pertencia a todos quantos visitavam a exposição na medida em que

podiam votar o trabalho mais do seu agrado.

Assim, o primeiro prémio — um álbum da banda desenhada «5500 Charlie Brown» coube ao trabalho de Francisco Lança, que aqui reproduzimos.

O pavilhão da B.D. na Festa do «Avante!» foi bastante visitado e é intenção da Organização do Ensino Secundário de Lisboa da UEC continuar a iniciativa nas próximas Festas.

Entretanto, as preocupações vão no sentido de publicar a revista «Aqui Banda» com carácter regular, numa iniciativa que se pretende a nível do distrito de Lisboa.



A banda desenhada premiada, da autoria de Francisco Lança



Semana

12
Quarta-feira

1871 — Morre no Porto, com apenas 33 anos de idade, o escritor Júlio Dinis.

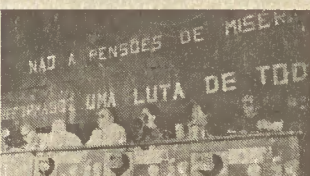


Ramalho Eanes

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, faz uma comunicação ao país onde analisa o significado político das eleições intercalares, o apertadismo do presidente da República e o valor das eleições para a resolução da crise política. ■ Em conferência de imprensa, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa anuncia a realização de "Jornadas pedagógicas e de acção sindical" a partir deste mês. ■ A Associação de Amizade Portugal-Angola protesta pública e veementemente contra o modo autenticamente provocatório como a RDP tem abordado a morte de Agostinho Neto em alguns noticiários. ■ Termina a greve dos carteiros do Porto, após o acordo ontem estabelecido em Lisboa com a administração dos CTT. ■ Uma delegação constituída por representantes da Comissão de Trabalhadores e delegados sindicais da "Corame" e dirigentes sindicais metalúrgicos avistam-se com o chefe de gabinete do ministro da Indústria e Tecnologia, voltando a solicitar-lhe a revogação do processo de desintervenção na "Corame", elaborado e aprovado pelo extinto governo Mota Pinto/PPD/CDS. ■ O Conselho da Revolução considera não haver obstáculos à promulgação das alterações à Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária ("lei Barreto") e da Lei do Arrendamento Rural.

13
Quinta-feira

1877 — Morre o escritor e historiador Alexandre Herculano.



A luta dos reformados

A Presidência da República anuncia em comunicado que o presidente Ramalho Eanes se deslocará a Luanda para assistir ao funeral de Agostinho Neto, segundo um comunicado do Conselho da Revolução, durante a ausência do Presidente da República as suas funções serão assumidas interinamente pelo brigadeiro Garcia dos Santos. ■ É publicado, em suplemento ao "Diário da República", o decreto presidencial que dissolve o Parlamento e marca para o dia dois de Dezembro as eleições intercalares. ■ Em comunicado, o Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) considera positivo que a senhora Primeiro-Ministro esteja preocupada com a gravíssima situação dos reformados.

14

1897 — Morre, em Angola, o notável naturalista José Alberto de Oliveira de Anchieta.

Sexta-feira

O ministro da Agricultura e Pescas garante a representantes dos trabalhadores da firma conserveira Júdice Fialho que o governo não desintervençionará aquela empresa. ■ Em comunicado, os secretariats das UCP's-Cooperativas de Beja, Évora e Portalegre e a Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul fazem severas críticas à actuação dos responsáveis pelo Ministério da Agricultura e Pescas, sublinhando que desde a posse do actual governo o MAP já mandou entregar reservas ilegais em 22 UCP's-Cooperativas, seis das quais ficaram economicamente inviabilizadas. ■ A Direcção da Organização Regional da Beira Interior (DORBI) do PCP divulga um comunicado a propósito dos incêndios que nas últimas semanas têm reduzido a cinzas milhares de ha de floresta e culturas da Beira Interior, considerando que se toma hoje mais claro que muitos desses incêndios têm origem criminosa e se podem considerar como verdadeiros actos de terrorismo político. ■ O ministro da Justiça Sousa Macedo reimpossa o Dr. Sousa Martins no cargo de director da Polícia Judiciária. ■ O Ministério da Administração Interna divulga uma nota em que sublinha a necessidade da rápida adaptação dos cadernos eleitorais à nova realidade resultante da criação do município da Amadora.

15

1877 — Criado o Curso Superior de Letras da Lisboa, mais tarde Faculdade de Letras.

Sábado

É publicado no "Diário da República" a lista da colocação de professores referente à primeira fase do concurso para os ensinos preparatório e secundário. ■ Simão Ribeiro, ex-pide, amigo de Ferreira Torres, um dos mentores da rede bombista assassinado há cerca de um mês, é condenado pelo Tribunal Provincial de Pontevedra, na Galiza, a seis anos e um dia de prisão maior — pena máxima por posse de armamento de guerra. ■ Após uma reunião, os trabalhadores da Empresa Pública "Século-Popular" (sector "O Século") exigem uma vez mais o cumprimento dos compromissos publicamente assumidos para com os trabalhadores quando da suspensão das edições da ex-SNT, no respeito pela Constituição.

16

1976 — Portugal é admitido no Conselho da Europa.

Domingo

Termina a reunião do Conselho Nacional do PPD/PSD, que delibera, contrariando as decisões do último Congresso do partido, negociar a elaboração de listas conjuntas com os restantes elementos da "Aliança" (o CDS e o PPM) em todo o continente e círculos de emigração para as próximas eleições intercalares, tendo Sá Carneiro recusado "plenos poderes" dos conselheiros como negociador. ■ Em conferência de imprensa, os representantes da Aliança das Ligas Agrícolas do Norte formulam uma série de exigências no domínio da Previdência, bem como da fixação dos preços justos para a lavoura, denunciando ainda os intermediários armazenistas como autênticos "sugadores" dos agricultores do Norte.

17

1975 — Em defesa da Reforma Agrária, os trabalhadores agrícolas paralisam em todo o Alentejo, concentrando-se em grandes manifestações em Portalegre, Évora e Beja.

Segunda-feira



Estivadores em greve

A GNR apreende sete espingardas caçadeiras ao bando de marginais que tentava expulsar os trabalhadores das instalações da Cooperativa de Produção Agrícola de Pegões, concelho de Grândola, e assim concretizar um despacho do extinto governo de Mota Pinto/PPD/CDS sobre uma reserva ilegal, já anulada pelo actual governo. ■ Uma delegação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) tem uma reunião de cinco horas com o ministro da Agricultura e Pescas, tendo o porta-voz da CNA considerado o encontro muito aberto e positivo. ■ A greve iniciada há 11 dias pelos estivadores, conferentes e carregadores dos portos do Douro e Leixões que exigem a manutenção do trabalho aos sábados, alarga-se a todos os portos do Continente e ilhas, em paralisações anunciadas como de solidariedade e que se prolongarão até amanhã. ■ A União dos Sindicatos de Lisboa (USL) apresenta aos órgãos de Informação o programa da Semana de Luta Contra o Desemprego que decorre até ao próximo dia 22 por iniciativa do Movimento Sindical Unitário.

18

Terça-feira

Os trabalhadores da "Corame" concentram-se junto das instalações da empresa como forma de protesto contra a tentativa de desintervenção arbitrariamente determinada pelo ex-governo de Mota Pinto/PPD/CDS. ■ A Comissão Nacional de Eleições reúne-se em sessão restrita para debater o processo de esclarecimento e informação públicos durante o período eleitoral. ■ O Banco de Portugal revela que as remessas de emigrantes portugueses subiram 37,8% no primeiro semestre de 1979 em relação a igual período de 1978, tendo atingido 49,522 milhões de escudos.

Escândalos de um país em crise

A política de altos preços e baixos salários tem destas coisas escandalosas: como já foi noticiado, o sr. João Dotti, administrador da Fisipe, recebe da empresa um «subsídio de renda de casa» de 70 contos mensais. A Comissão de Trabalhadores acha naturalmente exagerado esse «subsídio» e como tal actua reclamando, como um direito que lhe assiste, a demissão do sr. administrador-delegado, conivente e principal interessado num acto que «não pode deixar de ser inserido num plano de desestabilização, objectivamente político e ao serviço das forças reacçãoárias, visando prejudicar o sector empresarial do Estado e as empresas na sua órbita». O sr. João Dotti, beneficiário de outros privilégios inadmissíveis, é também administrador da Quimigal.

Estas situações à boa moda da recuperação capitalista têm a sua contrapartida exemplar na ofensiva recente (e menos recente) contra a contratação colectiva, na política motapintista das benesses a sabotadores e a multinacionais como a ITT, nos despedimentos colectivos (idem, na ITT/Standard de Cascais), na escandalosa tentativa de desintervenção da Rabor, na campanha permanente da direita contra os trabalhadores organizados nas empresas, nos sindicatos, nas Comissões de Trabalhadores.

Serão necessários dois gramas de honestidade para ver de que lado pesa a justiça e a razão?

Comunistas dos Açores processam pasquim fascista

Na Região Autónoma dos Açores, mais concretamente em Angra do Heroísmo, Terceira, publica-se um pasquim reacçãoário, que dá pelo nome pomposo da «A União», afecto ao PPD, ao governo regional e aos sectores confessionalmente fascistas da região.

Com o período pré-eleitoral o pasquim redobrou a sua campanha anticomunista. Bronco, na sua edição de 31 de Agosto p.p., excedeu-se na calúnia. Um dos artigos que se insere nesta campanha difamatória atribuiu aos comunistas os piores vícios, considerando os nossos

camaradas como «uma canalha que é preciso expulsar da região», afirmando por último — categórico — que os Centros de Trabalho do PCP são «centros de prostituição».

Não fora a gravidade das calúnias — que da mentira propagada sempre fica alguma coisa — e não se levaria a sério a intenção do pasquim reacçãoário em juntar o útil ao agradável: ou seja fazer a campanha anticomunista e desviar as atenções dos problemas de prostituição e corrupção da juventude, cujos meandros, se forem investigados poderão não agradar a muita gente...

Mas como as afirmações não são gratuitas e quando se faz uma acusação é preciso prová-la, o Executivo da Comissão de Ilha da Terceira do Partido Comunista Português, num comunicado dado a público no passado dia 6 deste mês, informa que decidiu processar judicialmente o referido jomal.

Salienta-se ainda, no referido comunicado, que a propaganda antidemocrática e anticomunista, característica dos jomais locais e inserta em outros órgãos de comunicação,

intensifica-se com a aproximação do período eleitoral.

A mentira, o boato, a calúnia — acrescenta ainda o comunicado —, indispensáveis a este tipo de propaganda, acentuam-se, denotando os seus autores uma total ausência de respeito e seriedade perante as populações que recebem a influência diária deste tipo de «formação-informação».

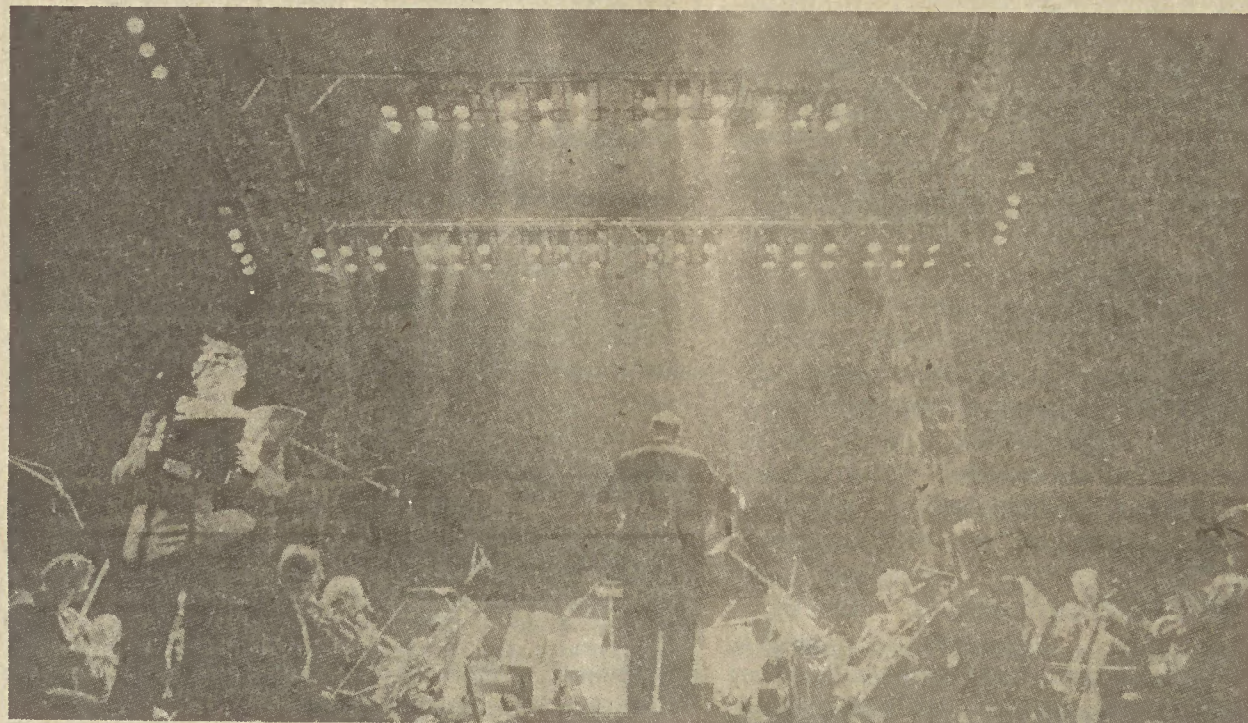
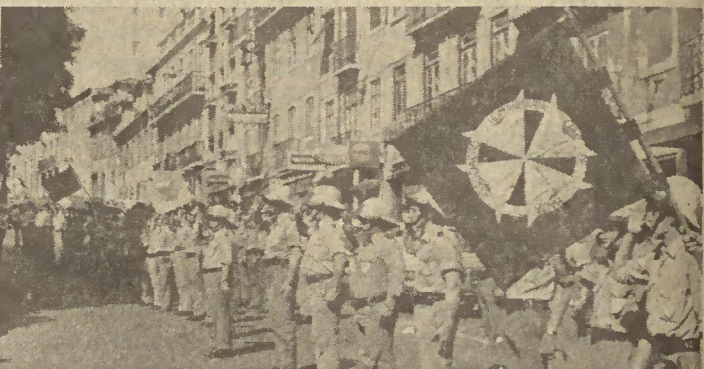
Agora, perante o poder judicial, o pasquim reacçãoário vai ter a oportunidade de «provar» a sua notícia para não passar por mentiroso.

Bombeiros Voluntários da Ajuda

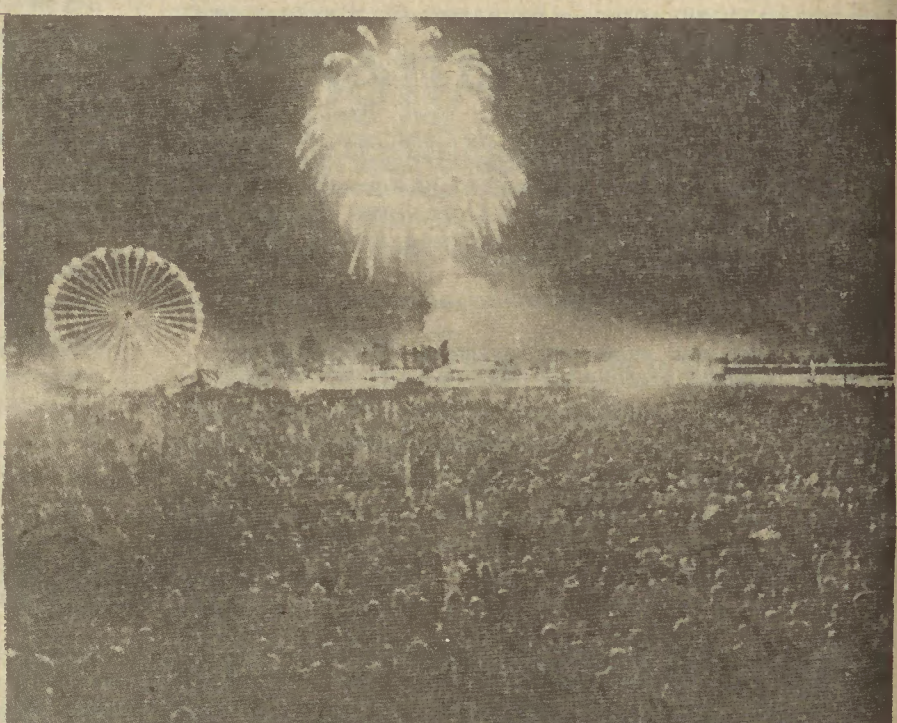
Na Festa do «Avante!» três corporações de bombeiros tiveram uma acção de relevo, justamente apreciada por todos quantos acompanharam de perto os seus serviços.

Por lapso só a duas delas foi publicamente manifestado o reconhecimento da

organização pela valia da colaboração prestada. Não foi referida a corporação dos Voluntários da Ajuda, aos quais tornamos extensivo o nosso reconhecimento e aqui apresentamos as maiores desculpas pelo lamentável lapso.



Das imagens da Festa do «L'Humanité», na qual, mais uma vez, participaram muitos milhares de compatriotas nossos emigrados em França: o tradicional fogo de artifício com que termina a grande iniciativa, e a actuação no «Palco 1» da Orquestra Filarmónica e Coros da Radiodifusão de Leipzig (RDA), num total de 200 executantes



A Festa do «Humanité»

O «Avante!» esteve mais uma vez presente na festa do órgão central do Partido Comunista Francês — «L'Humanité» — que decorreu a 8 e 9 deste mês.

Como já vem sendo habitual, inúmeros foram os emigrantes portugueses que passaram pelo nosso «stand» na «Cidade Internacional», a matar saudades da sua terra natal e a provar a nossa comida. Também os comunistas franceses não deixaram de

aparecer em grande número, procurando recordações ou inteirando-se da situação política que presentemente se verifica no Portugal democrático.

A exposição patente no «stand» foi muito visitada e Carlos do Carmo, que cantou no «stand» do «Avante!», entusiasmou a assistência.

Representando o PCP, o camarada Manuel Pedro, membro do Comité Central deslocou-se à Festa do

«L'Humanité», onde, no domingo, teve oportunidade de participar numa concorrida sessão de esclarecimento que se realizou no «stand» do «Avante!», respondendo durante mais de três horas às diferentes questões que lhe foram colocadas, nomeadamente por portugueses ali emigrados.

Nesse mesmo dia o camarada Manuel Pedro visitou ainda o Pavilhão do Emigrante Português,

tendo a oportunidade de abordar aí com todos os presentes a situação dos trabalhadores portugueses em França e ainda a situação política em Portugal.

N'a Festa do «L'Humanité» estiveram presentes mais de 70 representantes dos órgãos dos partidos irmãos e da imprensa operária e democrática de todo o mundo.

Entretanto, esta Festa

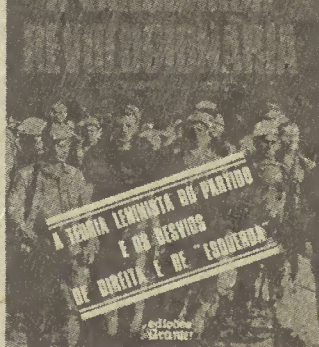
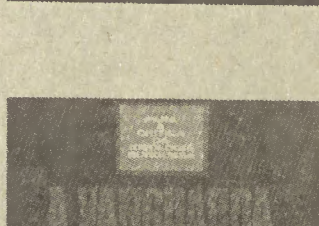
veio confirmar o reforço dos trabalhadores em torno do PCF na luta contra a exploração capitalista. Só nos dois dias da Festa registaram-se 10 000 novas adesões ao Partido Comunista Francês.

No tradicional almoço que no dia a seguir à Festa reúne os representantes dos jornais comunistas e progressistas presentes, o camarada Victor Afanassiev, director do «Pravda», salientou:

Vimos de diferentes países, de todos os continentes do mundo, de países que têm histórias, tradições e problemas diversos. Temos, por vezes, opiniões diferentes quanto a certas questões, mas isso não é um mal, antes pelo contrário. Muitas coisas nos unem, nomeadamente a luta pela paz, o desanuviamento e o progresso.

edições
Avante!

Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional



O movimento comunista internacional é a força política mais vasta e influente da nossa época. Este livro trata do seu papel de vanguarda na luta contra o imperialismo, das componentes do processo revolucionário mundial e da unidade entre elas.

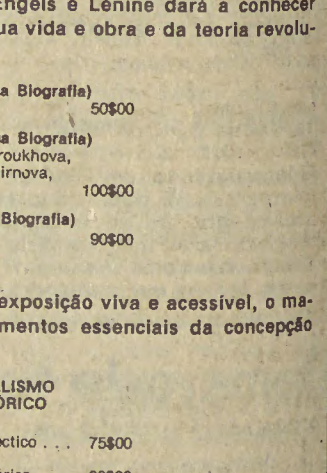
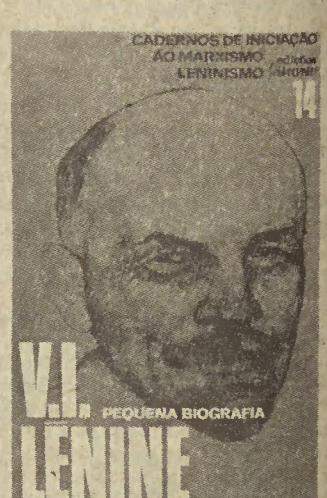
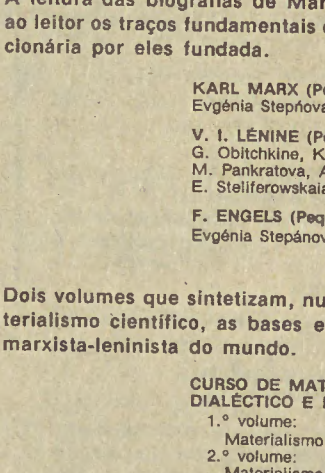
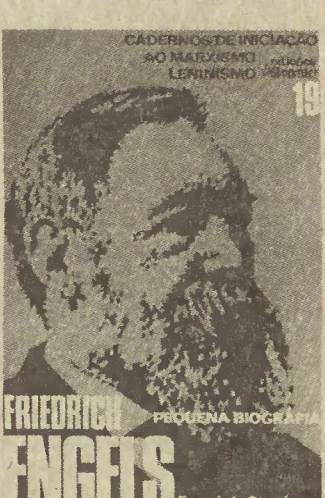
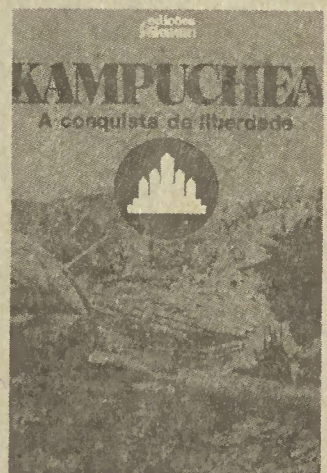
O Movimento Comunista Internacional
1.º volume 90\$00
2.º volume 80\$00
3.º volume 100\$00

Nove dirigentes do Partido Comunista do Chile analisam, em artigos separados, as causas fundamentais da derrota provisória da revolução chilena, e caracterizam as vias para a libertação do país da ditadura fascista e o prosseguimento da revolução interrompida.

Os Mil Dias da Revolução Chilena 90\$00

A Vanguarda Revolucionária
B. Basmanov / B. Leibzon 150\$00

Kampuchea: a Conquista da Liberdade 60\$00



A leitura das biografias de Marx, Engels e Lênine dará a conhecer ao leitor os traços fundamentais da sua vida e obra e da teoria revolucionária por eles fundada.

KARL MARX (Pequena Biografia)
Evghénia Stepanova 50\$00
V. I. LENINE (Pequena Biografia)
G. Obitchkine, K. Oetroukhova,
M. Pankratova, A. Smirnova,
E. Steliferowskaia 100\$00
F. ENGELS (Pequena Biografia)
Evghénia Stepanova 90\$00

Dois volumes que sintetizam, numa exposição viva e acessível, o materialismo científico, as bases e elementos essenciais da concepção marxista-leninista do mundo.

CURSO DE MATERIALISMO DIALECTICO E HISTORICO
1.º volume: Materialismo Dialéctico 75\$00
2.º volume: Materialismo Histórico 60\$00
Num só volume 120\$00

Na rua tal fecha uma pequena mercearia

Na rua tal fecha uma pequena mercearia. A rua é grande, a cidade também. Ninguém dá por isso. Um ou outro cliente mais certo fará um comentário breve. Seis portas adiante, há outra mercearia. O incómodo é pequeno.

Um quarteirão mais longe, uma pequena mercearia muda de dono. Os proprietários, uma família, envelhecem, ou vão à falência. Nova família, mais nova, compra, tira o balcão antiquado, fecha uma porta, abre uma montra, dá novo arranjo às prateleiras e lança um «supermercado».

Outro bairro. Fenómeno idêntico. A velha loja de fazendas cede ao pronto-a-vestir. A mudança é rápida. Como nas outras lojas, nem é preciso fechar para obras.

Nestes como em centenas de casos, os traços comuns não faltam. Destacamos um: João, António, Miguel, o Silva, o Antunes, perdem o emprego. Cinco, dez, vinte anos de casa, uma família, a mulher em casa, incapacidade, doença, filhos a estudar... Nada conta. É o desemprego.

A lei desumana do capitalismo funciona. Por obra sua, o trabalhador defende-se. Melhor: pode defender-se. Exige o que a lei impõe. O sindicato intervém. Mas o direito ao trabalho quem o garante?

Mudemos o cenário. Cinco, dez, cem, mil trabalhadores ficam subitamente com uma empresa às costas. O patrão sabota, abandona, desaparece. Há 3 anos que o Estado intervém. A intervenção prolonga-se, deteriora-se. Falta o crédito. A CT insiste numa solução que defenda os postos de trabalho. A empresa é viável. A empresa prosperou com a CA, com os trabalhadores. O Governo (e o anterior foi pródigo nisso) faz um despacho. Desintervençiona. Chama o ex-patrão. E vêm as condições. A cabeça o desemprego para dez, trinta, duzentos trabalhadores. Sindicatos e CTs movimentam-se, lutam. Lembram propostas antigas. Apresentam novas. Discutem, negociam, recorrem à greve. Mas o direito ao trabalho, quem o garante?

A violência capitalista repete-se. O capitalismo precisa do desemprego para sobreviver.

O 25 de Abril golpeou fundo com as suas lutas esse capitalismo e as suas leis desumanas. A luta contra o desemprego prossegue. As comissões de trabalhadores e de delegados sindicais nas empresas, o Movimento Sindical Unitário, todos os órgãos representativos dos trabalhadores têm feito do combate aos despedimentos e ao desemprego uma frente sólida e constante.

Mas o desemprego aumenta. Sem ele o capitalismo

não pode recuperar. A recuperação dos privilégios fascistas, a entrega de empresas a proprietários saboteadores, a repressão nas fábricas, os despedimentos selectivos de dirigentes, delegados sindicais e membros dos órgãos representativos dos trabalhadores, a violência contra a Reforma Agrária — eis os principais factores desse aumento que, segundo a CGTP-IN, baseada em dados oficiais, sobe hoje a mais de 450 mil trabalhadores em Portugal.

Começamos por falar de trabalhadores empregados em pequenas lojas, pois figuram entre os mais isolados e desprotegidos. Mas o rol é vastíssimo. Com a recuperação capitalista a ameaça e o perigo propagam-se. Praticamente nenhum trabalhador está seguro do seu posto de trabalho. O espectro do desemprego, do despedimento colectivo, avoluma-se. Crescem as dificuldades das pequenas e médias empresas. Aumenta a repressão contra os assalariados rurais que conquistaram recentemente a sua primeira regulamentação colectiva de trabalho. Novas lutas se avizinham.

As mulheres e os jovens figuram à cabeça do rol de desemprego que o capitalismo faz crescer constantemente. O Movimento Sindical Unitário, pelo qual passam diariamente as grandes e as pequenas lutas, as reivindicações individuais e colectivas, sente vibrar o pulso do trabalho, está no coração das lutas e conhece os responsáveis pelo desemprego e a política que praticam.

Por isso hoje e mais uma vez, o Movimento Sindical Unitário, encabeçado pela CGTP-IN, vem a público elucidar e esclarecer no seu combate de sempre.

Alerta os órgãos do poder para os resultados desastrosos e bem conhecidos da política de recuperação capitalista.

Exige, hoje como ontem, medidas que tardam para combater o desemprego e criar novos postos de trabalho.

A **Semana de Luta Contra o Desemprego**, que decorre por iniciativa da CGTP-IN, deve servir para que rapidamente se inicie e tome corpo a viragem necessária, a viragem que está na Constituição e no seu projecto de sociedade, garantindo aquele direito pelo qual os trabalhadores continuam a lutar — o direito ao trabalho, a segurança no emprego, a derrota definitiva da recuperação capitalista e do desemprego, que nunca a abandona como se fosse a sua própria sombra. E bem se sabe como é sombria.

Pelo cumprimento da PRT Assalariados rurais contra o «ponha-se na rua» dos tempos do fascismo

Dois meses depois da sua publicação, a Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT) para os assalariados rurais desencadeia da parte dos patrões reacção comandada pela CAP uma ofensiva contra os direitos fundamentais daqueles trabalhadores. Os despedimentos sumários e abusivos continuam a ser a arma principal dessa gente que não perde o hábito do privilégio fascista e recusa satisfazer as mínimas reivindicações legais dos trabalhadores do campo que, pela primeira vez, em mais de 50 anos, conquistaram os direitos e liberdades sindicais e a sua primeira convenção colectiva de trabalho. A semelhança de outros sectores, com relevo para a hotelaria, os Sindicatos e os trabalhadores agrícolas movimentam-se na defesa dos seus direitos, nomeadamente a contratação colectiva, a defesa do poder de compra e a segurança do emprego perante os ataques crescentes e a ameaça constante contra o direito ao trabalho.

Em Lisboa, um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas deste distrito, ao comentar a situação para um jornal diário, falava de «despedimentos arbitrários e selvagens» como «no tempo de Salazar». Patrões há (não os pequenos e médios agricultores — salientava — que cumprem a tabela salarial, mas elementos do grande patronato ligado à CAP) que preferem despedir sumariamente a cumprir uma tabela salarial que oscila entre os 6000 e os 7500 escudos mensais. Outros direitos e regalias são também desrespeitados agora que a PRT, com força de lei, obriga os patrões a cumpri-la.

O dirigente sindical, que cita vários casos infelizmente muito repetidos por esse país fora, acentua o carácter sumário dos despedimentos. Basta um simples «ponha-se na rua» para a expulsão de trabalhadores, sem o cumprimento sequer da mínima formalidade.

Esses patrões estão mal habituados. O fascismo que, como é sabido, proibia a sindicalização dos assalariados rurais, permitia e fomentava todas as violências e arbitrariedades.

Os trabalhadores agrícolas (muitos deles) têm ainda de se libertar da memória desses tempos e aderir à luta solidária e fraternal dos seus companheiros sindicalizados, pois a todos interessa essa luta e sem ela é impossível evitar os despedimentos.

e a prepotência do grande patronato. É indispensável fortalecer a unidade e torná-la eficaz. No distrito de Lisboa, há mais de 40 mil trabalhadores agrícolas. Muitos milhares continuam ainda a trabalhar por salários muito inferiores aos legalmente estabelecidos. Muitos milhares também, sob a pressão do patronato, recuam sindicalizar-se. Temem represálias. Temem o despedimento. Mas com essa atitude, aceitando a intimidação patronal, não evitam nem as represálias, nem o despedimento. Contribuem é para que aumentem as represálias e os despedimentos.

Os delegados sindicais, vítimas escolhidas do patronato, merecem todo o apoio dos seus companheiros de trabalho. Sem organização nada é possível defender. Não é possível avançar.

A defesa das regalias conquistadas é obra colectiva. Todos têm de colaborar nela para que seja eficaz e se afirme perante os patrões ricos que consideram os Sindicatos como inimigos a abater.

Os trabalhadores agrícolas, muitas vezes dispersos, trabalhando em pequenos grupos por quintas afastadas, devem considerar o seu Sindicato como ponto de apoio e de unidade, como centro de defesa individual e colectiva perante a ofensiva dos patrões reunidos na CAP.

Pelo cumprimento da PRT no Douro

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Vila Real, reunido recentemente em Assembleia, na Régua, exige, por sua vez, o cumprimento da PRT e a transformação das condições de trabalho. Como em Lisboa, os despedimentos são uma das preocupações centrais dos trabalhadores e do Sindicato. «Temos o direito de exigir justiça».

Hotelaria e outras lutas

A contratação colectiva e a recusa das desintervenções à Mota Pinto/PPD/CDS movimentam milhares de trabalhadores da Hotelaria, na Cometa, na GM e na Corame/Saprel. Nesta última empresa prolonga-se a indefinição e a ameaça sobre 300 postos de trabalho. Dispostos a diálogo, os trabalhadores exigem uma solução constitucional.

Na Hotelaria, estava prevista para ontem uma paralisação que a hora de fecho do «Avante!» não permite noticiar. Os trabalhadores representados pelos seus



afirmou um dos intervenientes na Assembleia. Lembrando que os trabalhadores agrícolas «foram desprezados durante os 48 anos de fascismo e esquecidos até 13 de Julho de 1979» (data da entrada em vigor da PRT) a Assembleia exigiu, por outro lado, a satisfação do direito à Previdência em igualdade com todos os outros trabalhadores.

A par de exigências em matéria de horas extraordinárias, feriados

Sindicatos e pela Federação foram forçados a adoptar essa forma de luta para conseguirem negociar com o patronato a actualização das tabelas salariais.

Nun comunicado recente, o Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Restaurantes e Similares do Sul afirmava que a paralisação «será uma grande jornada de luta em que os trabalhadores mostrarão mais uma vez, à semelhança dos anos anteriores a força da sua unidade».

Cresce a actividade do Movimento Sindical

Com um calendário de actividades repleto de iniciativas e acontecimentos relevantes na vida sindical dos trabalhadores, com destaque para a **Semana de Luta Contra o Desemprego** que termina no próximo sábado com um Encontro Nacional, na Voz do Operário, a USL (União dos Sindicatos de Lisboa) promoverá, entre outras realizações, o Grande Encontro Distrital de Lisboa dos Dirigentes, Delegados Sindicais e Membros de CTs (13 de Outubro, na Voz do Operário, com início às 10 horas), o Encontro Nacional de Reformados (17 de Novembro) e os Seminários Sindicais Nacionais sobre Segurança Social (27 de Outubro) e Tempos Livres dos Trabalhadores (25 de Novembro). O dia 1 do próximo mês será dedicado ao 9.º aniversário da CGTP-IN. Provas desportivas e outras realizações de carácter cultural e recreativo decorrerão até 7 de Outubro próximo. No dia 6 será assinalado condignamente o Dia do Reformado.

No Plenário de Sindicatos, que divulgou o calendário de actividades até ao fim do ano, foi reclamada ao Governo a «anulação de todas as ilegalidades, arbitrariedades e prepotências cometidas pelo ex-governo reaccionário de Mota Pinto».

A eficácia no combate aos despedimentos e ao desemprego foi uma das principais exigências aprovadas pelos Sindicatos do distrito de Lisboa que condenaram os aumentos de preços ultimamente decretados. «Apesar do conhecimento da grave crise económica em que o País se encontra mergulhado», a USL «condena a única solução encontrada pelo actual Governo para minorar (que não resolver) essa mesma crise, recorrendo a aumentos brutais dos preços de alguns artigos essenciais».

Os Sindicatos chamam a atenção do Governo para outras formas de combater a crise. Lembam, nomeadamente, as propostas concretas apresentadas nesse sentido pelo Caderno Reivindicativo aprovado no Plenário Nacional de Sindicatos, promovido pela CGTP-IN em 4 de Fevereiro de 1978.

Entre as reivindicações apresentadas ao Governo cabe ainda assinalar a garantia constitucional do efectivo exercício dos direitos e liberdades sindicais dos trabalhadores e das suas organizações representativas, as medidas eficazes no campo da contratação colectiva de modo a acabar com os boicotes patronais, e a defesa do poder de compra das classes trabalhadoras.

Coloquios, em Lisboa e no Porto, e plenários em várias empresas têm assinalado, entretanto, a campanha contra o desemprego crescente, agravado pelo governo

Ação Sindical dos Professores

Entre as iniciativas sindicais em curso merece menção especial a organização das «jornadas pedagógicas e de acção sindical» promovidas pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Quarenta e duas sessões distribuídas por número igual de temas vão ocupar durante um mês 650 professores além dos orientadores. Na iniciativa colaboram várias associações culturais e pedagógicas, técnicos de ensino e docentes universitários.

O aperfeiçoamento dos professores é a preocupação central das jornadas. Como fez



o Movimento Sindical Unitário atribui relevo especial na sequência de várias iniciativas e tomadas de posição anteriores, numa altura em que são preocupantes o desemprego crescente, agravado pelo governo

reaccionário MP/PPD/CDS com as desintervenções, a repressão nas empresas, e o apoio escandaloso a multinacionais como a ITT que tenta despedir 269 trabalhadores da Standard, em Cascais.

o presidente do Sindicato, em conferência de Imprensa, convém lembrar que o Estado limita a 1000 escudos anuais (!) a despesa média por professor com a «formação do pessoal docente e actividades de iniciação pedagógica».

Com esta iniciativa destinada ao professorado do ensino infantil, primário e secundário, «o Sindicato dos Professores não visa substituir-se à acção do Ministério da Educação». Pretende é «chamar a atenção da opinião pública, dos professores e dos responsáveis do ME para as

carências e a inactividade dos seus serviços».

Por exemplo, o Instituto de Inovação Pedagógica e os Centros Regionais de Apoio Pedagógico, criados em 1975 e 1976, foram extintos no tempo em que Sottomayor Cardia ocupou o Ministério.

Recebidos, entretanto, pelo ministro da Educação, os quatro Sindicatos de Professores têm na agenda uma série de reuniões com a equipa daquele Ministério para discussão de um conjunto de problemas que interessam aos docentes e ao ensino em geral.

A UGT ao serviço da aliança reaccionária

As conveniências partidárias da aliança reaccionária PPD/CDS/PPM continuam a presidir à orientação sem princípios da agremiação divisionista UGT. No meio de graves dissensões e cisões internas que ultimamente afectaram a direcção do SIMA (paralelo gonalista para o sector metalúrgico) e a direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo, depois do escândalo de Aveiro (um dirigente do Sindicato dos Cerâmicos ameaça associados de pistola em punho) e da campanha desmobilizadora nos Escritórios do mesmo distrito, aquela agremiação de direita infiltra no Movimento Sindical, ao mesmo tempo que anuncia a criação de novos paralelos, tenta utilizar o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, através da direcção ugtesta, para a tomada de posições «condicionadas às ordens dos dirigentes das agremiações partidárias a que pertencem».

Num comunicado sob o título «Aliança reaccionária tenta desestabilizar a banca nacionalizada», o Organismo dos Trabalhadores Bancários de Lisboa do PCP (ODTBL) constata a «situação criada pelos actuais Estatutos do Sindicato» que não autorizam, no dia-a-dia, a participação dos trabalhadores «na análise e resolução dos problemas que a si próprios dizem respeito» e permitem que «as direcções ugtestas actuem a seu bel-prazer e tomem posições mais motivadas pelas convicções e conveniências político-partidárias de momento do que pelo efectivo desejo e empenhamento em defender os interesses e direitos dos trabalhadores bancários».

O comunicado do ODTBL sublinha que a direcção do Sindicato, «durante o consulado Mota Pinto, manteve um completo silêncio perante o ataque desenfreado que aquele desgoverno fez aos trabalhadores e à banca nacionalizada, nomeadamente ao colocar nos conselhos de gestão das instituições de crédito gente da sua confiança». Mas agora, «mal é formado o novo Governo, a direcção apressa-se a sair com um comunicado que, abordando questões importantes e sentidas pelos bancários, manifesta intuíto».

bastante obscuros» fazendo coincidir os seus ataques a órgãos do poder com os ataques desenfreados da Aliança Reaccionária.

O comunicado reconhece como «posições justas que têm o apoio da classe» a necessidade de reestruturar a banca, o «repúdio pelas fraudes que se têm verificado no sector», a condenação das gratificações secretas («surdas»), a actualização das pensões de reforma e a não concordância com os contratos a prazo.

Mas a organização dos bancários comunistas pergunta quem são os responsáveis por essas situações e acusa «o Governo Mota Pinto/PPD/CDS, que nem sequer é mencionado no

comunicado 22/79» (da direcção ugtesta dos Bancários) de ser o «responsável pelas irregularidades verificadas a diversos níveis e pelas arbitrariedades cometidas pelos órgãos de gestão da Banca».

A ODTBL acusa a direcção PPD/UGT do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas de «cumplicidade» nas «manobras» desestabilizadoras da aliança PPD/CDS/PPM, conhecida pelos trabalhadores como Aliança Reaccionária». Lembrando que «a participação na vida do Sindicato é indispensável», a ODTBL adverte contra acções desestabilizadoras, que especifica, ao mesmo tempo que estranha o silêncio da direcção ugtesta sobre «a escandalosa dívida de mais de 20 mil contos de S. Carneiro à Banca Nacionalizada».

A defesa das justas aspirações e das conquistas dos bancários deve prosseguir, afirma a ODTBL sublinhando que essa defesa não é «moeda de troca» para os negros objectivos das forças reaccionárias.

«Os bancários comunistas alertam para a necessidade de toda a classe estar atenta, mobilizada e a participar na vida sindical, condições indispensáveis para uma consciente intervenção na defesa dos seus interesses».

para uma intervenção consciente e firme na defesa da Banca Nacionalizada».

Uma actuação partidária de direita

A UGT, que tem dedicado ao anticomunismo a parte mais substancial dos seus «princípios de «independência», continua a fazer do armamento do sindicalismo um pretexto evidente para desorganizar o Movimento Sindical, para conquistar votos para a aliança reaccionária entre os trabalhadores menos esclarecidos e para os afastar dos Sindicatos, que tenta transformar em agremiações submetidas à vontade do patronato reaccionário. Que a direcção do PS continue a dar o seu aval a essa agremiação divisionista é uma situação que os trabalhadores socialistas compreenderão cada vez pior. Daí as cisões e dissensões entre dirigentes da UGT. Daí a luta de «tendências» bem patente em Angra do Heroísmo, em Aveiro e no paralelo SIMA. Daí o prejuízo dos trabalhadores filiados em Sindicatos com direcções afectas à Aliança Reaccionária com elementos do PS à mistura.

Os interesses dos trabalhadores, desprezados em Aveiro (Cerâmicos, e Escritórios e Comércio) e em Angra (Escritório e Comércio) pelas direcções ugtestas, exigem medidas urgentes e eficazes da parte dos associados, porque os contratos de trabalho, as reivindicações inadmissíveis, a prestação de contas, a vida normal dos Sindicatos não podem ficar à mercê de agentes da direita mais preocupados com a campanha eleitoral da direita reaccionária e com o afastamento dos trabalhadores da luta pelos seus direitos (em troca de falsas promessas de creches e cantinas) do que com o cumprimento das funções de dirigentes sindicais que têm provado sobejamente não ser.



Uma Festa diferente e melhor apesar de todos os obstáculos

Terminada a Festa do «Avante!» – 79, as atenções voltam-se já para a do próximo ano. Começam os estudos e os projectos, surgem novas ideias para levar à prática. Pode-se dizer, pois, que uma Festa começa quando a anterior termina. E para o bom êxito duma iniciativa deste tipo é muito importante a experiência recolhida nos anos anteriores. Através da conversa que tivemos com o camarada Jaime Félix, membro suplente do secretariado do Comité Central do PCP e da Comissão Organizadora da Festa do «Avante!», pode-se ajuizar o que foi, quais as dificuldades surgidas e as soluções encontradas para realizar, pela primeira vez no Alto da Ajuda, a Festa que presentemente, apesar dos esforços desesperados da reacção tem já um carácter nacional.

A necessidade da mudança de local e as dificuldades que este oferecia, causaram inicialmente algumas apreensões à concretização da Festa. Como foram enfrentados estes obstáculos, e em que medida se conseguiram ultrapassá-los? Em que é que esta Festa foi diferente das anteriores?

A realização da Festa do «Avante!», este ano, no Alto da Ajuda, deve-se essencialmente à não cedência dos terrenos do Vale do Jamor por parte das entidades oficiais, nomeadamente o governo reaccionário Mota Pinto/PPD.

Se assim não fosse, teríamos feito a Festa novamente nos terrenos do Jamor, o que teria evitado um grande esforço de mobilização no desbravamento do terreno no Alto da Ajuda. Deste modo, tivemos que começar tudo de novo, desde o roçar o mato, remover toneladas de pedra e o necessário tratamento de um novo terreno, o que nos poderia ter criado dificuldades no desenvolvimento dos trabalhos com vista à preparação da Festa.

Mas a não cedência do Vale do Jamor não deve ser vista apenas nas razões apresentadas pelas entidades oficiais e pelo reaccionário governo Mota Pinto/PPD, ou na necessidade de aí serem feitas obras, como argumentaram. A questão é mais funda. Trata-se de uma descarada discriminação política que faz parte de uma campanha orquestrada e que tem na direita fascista e reaccionária o seu pólo principal. O objectivo era criar dificuldades insuperáveis à realização da Festa do «Avante!».

No Alto da Ajuda tivemos de conceber uma Festa em novos moldes e adaptada ao terreno, o que exigiu começar tudo do princípio no que toca ao estudo do terreno e em termos de implantação e decoração.

Convém recordar que tivemos de planificar e concretizar novas redes de esgotos, de abastecimento de água e energia eléctrica, visto que a experiência de utilização do terreno do Jamor era diferente.

No entanto, todos estes obstáculos foram ultrapassados como atesta o êxito da própria Festa, mercê do esforço abnegado de milhares de camaradas e amigos que apesar do sacrifício estiveram sempre dispostos, com coragem e alegria, a contribuir para a resolução dos problemas.

É evidente que este ano a Festa foi diferente para melhor. Para isso não deixaram de ser importantes as experiências anteriores. E com o que se aprendeu tanto na FIL, como no Jamor, a Festa tardou-se este ano por uma iniciativa melhor conseguida, tanto no aspecto cultural e desportivo, como na parte de espectáculos.

Recordo, por exemplo, a Exposição de Artes Plásticas, que é o maior acontecimento do género realizado no nosso País. Mas desde exposições de instrumentos musicais, à exposição sobre a vida e a obra de Luís Vaz de Camões, colóquios e outras actividades culturais, tudo beneficiou dessa experiência. Não nos podemos esquecer igualmente dos painéis que este ano decoravam quase todo o recinto da Festa.

Outro aspecto importante que deve ser salientado é a experiência adquirida pelas Organizações do Partido no que toca à concepção e arranjo dos pavilhões, que de uma forma geral tem melhorado e que este ano foi visível.

De muitos lados se levantaram tentativas de impedimentos à realização da Festa. Mas noutros

lados também houve manifestações de compreensão e colaboração. Poderias referir-te a uns e outros?

Podemos dizer que houve da parte de muitas pessoas e entidades uma grande compreensão e colaboração que agradecemos, por as considerarmos importantes para que a Festa tivesse sido a grande realização que foi.

Podíamos citar muitos exemplos, desde a colaboração de Câmaras Municipais, às corporações de bombeiros voluntários, bem como a GNR e a PSP na regularização do trânsito, ao apoio de outras pessoas como artistas, intelectuais e outros trabalhadores, cuja colaboração foi importante.

Quanto às tentativas para que a Festa não se realizasse o que podemos dizer é que elas começaram com o reaccionário governo Mota Pinto/PPD até ao próprio dia da abertura da Festa. Os nossos inimigos, os inimigos da democracia, utilizaram como é seu hábito a mentira e a calúnia. Para o comprovar basta ler a imprensa reaccionária e ver como ela se refere à Festa do «Avante!» e à utilização do terreno. A própria intervenção da vereadora do CDS na Câmara Municipal de Lisboa é o exemplo do ódio e da calúnia que a reacção pode bolsar contra esta grande iniciativa do Partido Comunista.

Contudo, não conseguiram impedir que a Festa se saldasse por um enorme êxito.

E que não se iluda a reacção, a Festa do «Avante!» faz já parte do património cultural e desportivo do nosso povo. Deixou de ser uma festa apenas dos comunistas para se tornar na única realização do género no nosso País. A confirmá-lo estão os milhares e milhares de visitantes que aumentam de ano para ano e que não sendo comunistas compram a sua EP para ali irem.

Como tal, os comunistas estão dispostos a fazer sacrifícios para que todos os anos a Festa se realize, independentemente dos desejos da reacção.

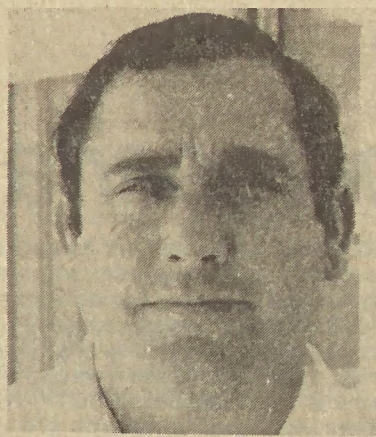
Em que medida se pode dizer que a Festa foi o resultado do trabalho de todo o Partido? Por que razão se pode também dizer que só um Partido como o nosso, no Portugal de hoje, poderia pôr de pé uma iniciativa destas?

Uma realização como a Festa do «Avante!» só é possível pelo empenhamento de todo o nosso Partido.

As múltiplas tarefas que se colocam na realização da Festa, desde a venda das EP's, à organização, às jornadas de trabalho – que envolvem milhares de camaradas e amigos – só pode ser levada a cabo com a participação de todo o Partido.

Só um Partido organizado como o nosso – cuja estrutura assenta na classe operária e nos outros trabalhadores – pode contar com as milhares de horas de trabalho voluntário dadas por camaradas que abdicam das suas férias para as dar ao Partido, à juventude que para ali vai acampar logo desde o início dos trabalhos, aos camaradas que dão os fins-de-semana e feriados e que representam milhares e milhares de escudos que o Partido teria de pagar, o que tornaria a Festa do «Avante!» difícil, senão impossível de realizar.

A verdade é que a participação na Festa não é só feita no local onde se realiza, mas muitos milhares de outros camaradas, durante meses, participaram



Entrevista com Jaime Félix

através das suas organizações na concretização do que foram os pavilhões e das iniciativas que levaram a cabo.

Temos a certeza que nestas condições será difícil a qualquer outro partido pôr de pé uma iniciativa destas, a não ser o PCP.

Uma Festa com a diversidade e a riqueza deste ano, não sendo exclusivamente uma iniciativa política, encerra no entanto um profundo significado político, não é verdade?

A Festa do «Avante!» não sendo exclusivamente uma iniciativa política tem como dizes um profundo significado político.

Logo à partida contou com a discriminação que os seus inimigos lhe pretenderam impor.

Por outro lado, a sua realização neste período da situação política que vivemos arrasta toda a força desse mesmo período.

Num momento em que a direita perdeu o seu governo – o governo Mota Pinto/PPD – e tratando-se de um ano de eleições, a realização da Festa do «Avante!» aparece como uma grande acção de massas que não deixará de ter um efeito positivo em todo o nosso Partido e nos democratas em geral, na luta pela criação de condições para que se realizem eleições livres em todo o País, para que haja uma grande votação no PCP durante as próximas eleições, acentuando ainda mais a derrota dos partidos da direita, e finalmente para que seja reposta a legalidade democrática no que toca às arbitrariedades praticadas durante o governo reaccionário Mota Pinto/PPD.

A Festa do «Avante!»-79 pertence já ao passado. Que perspectivas para a do próximo ano? Desde logo, há uma pergunta que surge: onde se vai realizar a Festa do «Avante!» de 1980?

Há uma coisa que nunca é de mais salientarmos: a Festa do «Avante!» é já um acontecimento nacional e o maior acontecimento político, cultural e desportivo do ano.

Por parte do nosso Partido, a Festa é antes do mais integrada no conjunto de realizações que o Partido efectua anualmente. Isto para dizer que a consideramos no esquema normal da vida do nosso Partido. Por isso, tudo faremos para que todos os anos ela se realize.

Quanto ao local onde decorrerá no próximo ano não vemos que possa haver qualquer obstáculo à cedência novamente do terreno do Alto da Ajuda, na medida em que tivemos a preocupação, à semelhança dos outros anos, de deixar o terreno limpo e em estado de utilização.

A reacção bem se esforçou para tentar mostrar que tínhamos destruído o arvoredor. Não o conseguimos provar porque não corresponde à verdade. Houve, sim, da nossa parte, a preocupação de preservar todo o arvoredor que circunda o recinto da Festa.

E a verdade é que numa Festa desta envergadura – que envolveu centenas de milhares de pessoas e todo um trabalho de implantação de infra-estruturas – podemos dizer que o terreno, na nossa opinião, beneficiou com os trabalhos ali efectuados.

Hoje, o Alto da Ajuda é um local dentro de Monsanto que é pena não poder ser utilizado mais regularmente pela população da cidade de Lisboa em iniciativas culturais ou outras de que a cidade tanto carece.



Bem alto na Festa, junto das sombras que o arvoredor proporciona, a Festa do «Avante!» mostra, no futuro, a sua capacidade de organização, o seu sentido de responsabilidade perante

Contar a Festa

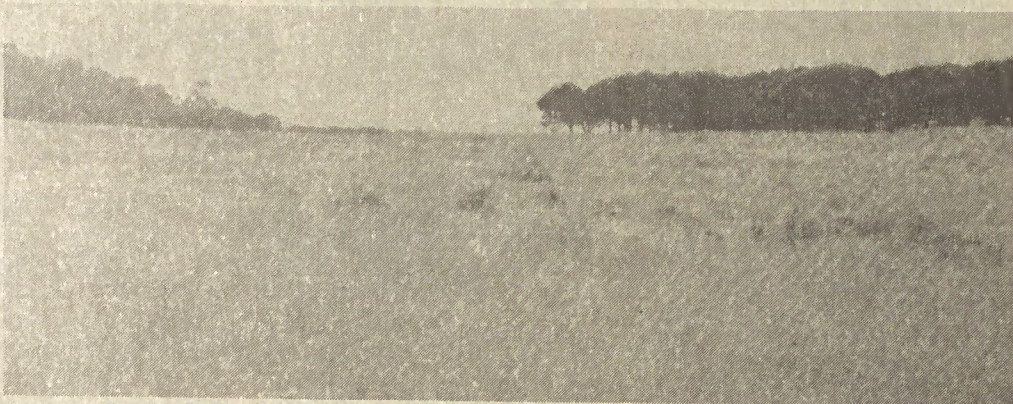
Aconteceu mais uma Festa do «Avante!» e foi de novo o maior acontecimento cultural e artístico do país. Na qualidade. E na quantidade também. E na diversidade, Festa que tem as suas raízes nos trabalhadores e no povo, fortalece-as à medida que estende e alarga a sua influência. Cada vez mais é esperada, todos os anos, por mais gente. Tem já tradições. E na sua quarta edição, o prestígio crescente da Festa atingiu ainda mais pessoas que, do país inteiro, vieram a Lisboa participar. Foram muitas centenas de milhar. Falou-se até de um milhão de visitantes.

Mas teria mesmo havido Festa do «Avante!»?

A pergunta assim feita parece descabida. Toda a gente sabia que havia Festa, toda a gente soube que ela foi a maior de sempre. No entanto, para o leitor distraído de

certa imprensa, talvez não o ouvinte, a certas horas da rádio, para o leitor do telespectador pouco avisado, seria legítimo interrogar-se: houve realmente Festa, ou não terá passado a página "mais uma manobra dos comunistas"?

Passemos por cima da calúnia dos jornais mais reaccionários, pagos e pelos grandes patrões e cuja tiragem, limitada, os destina a agradar apenas aos olhos dos seus leitores que certamente não acreditam no que dizem: houve muita Festa dedicada leitor de "Jornal da Manhã" que não quis participar em a Festa e não se lembrou que importou nada do que contribuiu para a "congestionamento do trânsito", como se lamentou um escritor culto daquele pasquim popular a páginas 8, ao fundo. Mas que a esconder um acontecimento de estatísticas impacte nacional, muito qual leitor houve, certamente, e não do "Jornal Novo" que objectiv



Ao princípio era apenas o mato. Um lugar aprazível mas abandonado. Depois foi o trabalho. E o trabalho foi duro. A cada passo o mato deixava ver a rudeza do basalto. Mas o esforço dos comunistas foi o bastante para a transformação que imaginámos. Depois ainda vieram os cabos da electricidade, as condutas da água, o tubo dos esgotos. A cidade nova que durou apenas três dias foi erguida. E durante três dias foi uma festa de fraternidade para cerca de um milhão de trabalhadores e de democratas. Hoje, na cidade despovoada, há muito trabalho ainda a fazer. Trata-se de deixar tudo como antes. No próximo fim-de-semana lá estaremos para o trabalho.



No próximo fim-de-temos novo enont



Construções da juventude. Trabalhadores e estudantes comunistas, jovens de ambos os sexos, mostraram a sua confiança e responsabilidade nos problemas nacionais. E também a sua alegria de viver

a objectividade

paramém não se fez
bras, apó a comprar o seu
a ranhite para assistir
poco! Esta que trouxe
lmonho a Lisboa.

ouve? Semos pois, por
tudom das mentiras
degradas pela extrema
dosista — com os "cortes
vi arvivos" no Alto da
adadua, a cerca do
maio oapo de concen
agos, etc. — onde afinal
rões e concentram
ada, uma mais democratas
adar ome esperavam
doso etariam os homens
rios? QD e do CDS. As
ento bmas afirmações que
que trouzem já não
uitonim ninguém, pois
"O obarate é gente que
rderos em limites. Basta
sestar que Amaro da
deso: quis comparar
a ra e o mini-comício de
n a resu entenas de almas
momom maior manifesta-
tribao cultural, política
impe aliar de sempre em
ndo, mo al.

u mil das que a imprensa
destalada, alguma da
nito sugsta de arvorar-se
nte, e há nsora da
que dretividade e do

pluralismo, tente apagar
e esconder um tal
acontecimento na vida
do país, como o fez
o "Diário de Notícias"
relegando para a página
3 uma curta notícia em
que só se fala do comício
de encerramento da
Festa, com uma foto em
que apenas o secretário-
geral do PCP e os
membros da Comissão
Política aparecem,
é caso para dizermos
que o medo de dizer
a verdade toda lhes fez
perder o sentido da
proporção.

O "Diário Popular" de
Pacheco de Andrade
também não quis dar
à Festa mais popular de
Portugal as honras da
primeira página. Na 5.ª lá
vem a referência ao
discurso. E dias antes,
na página dos espectá-
culos, lá apareciam as
referências noticiosas
aos nomes dos artistas.

Porque houve mesmo
Festa e porque a Festa
ainda foi maior do
que muitos supunham,
apesar da campanha de

despromoção
e apagamento de que foi
alvo em alguns jornais,
seria então de perguntar
se esses jornais são
mesmo lidos...

Com campanha ou
sem ela, com ou sem as
curtas imagens da TV
que da Festa retiveram
apenas três minutos do
comício e uma curta
faixa da assistência,
a fama do que aconteceu
no Alto da Ajuda corre
Portugal, pela boca dos
que lá estiveram e que,
para o ano, levarão
muitos outros consigo.

E a verdade é que se
uns tantos órgãos de
desinformação mentem
ou escondem, basta que
outros dêem ao
acontecimento
a dimensão da estrita
objectividade, para
parecer que estão "feitos
com os comunistas".

No entanto, se por
exemplo, um semanário
de espectáculos dedica
aos espectáculos da
Festa o espaço de duas
páginas, não estará
a fazer mais do que

a obrigação que ao
jornalismo manda dizer
a verdade. Toda
a verdade e não apenas
a parte que não pode
deixar de ser dita.

Acrescente-se ainda
que isto de dizer
a verdade, em termos de
jornalismo, não é coisa
que se possa avaliar só
nas palavras escritas.
Desde os arranjos
gráficos que levaram
o Diário de Notícias
a "entiar" a Festa junto
a um comentário sobre
a NATO e a um artigo
sobre "a perseguição ao
CDS", passando pelo
"Expresso", que relega
para a sua secção de
"gastronomia" um belo
artigo de um colaborador
que viu a Festa e não
fala só de petiscos, até
aos noticiários bem
nocturnos da RTP,
mostrando as luzes da
festa quando cada
trabalhador já apagou
a sua luz e descansa,
que o dia seguinte é novo
dia — há, afinal, muitas
maneiras de calar o que
se diz.

Uma Festa grandiosa e fraterna

— opinião unânime das delegações estrangeiras

O impacto da Festa do "Avante!", como momento superior de solidariedade internacionalista, como fruto da militância dos membros, simpatizantes e amigos do Partido (personificando o sentido do trabalho no futuro, a sua libertação do conceito de obrigação desagradável e imposta de fora), como reflexo e factor da implantação do Partido, do seu poder de atracção sobre as massas trabalhadoras — foi unanimemente sentido e afirmado pelas delegações estrangeiras convidadas.

"Impressionante", "grandioso" — eis qualificativos genericamente utilizados pelos representantes dos partidos irmãos.

"A Festa do 'Avante!'" reservou um lugar particular à solidariedade e à amizade com o Povo vietnamita — disse-nos o camarada Tran Van Lam, membro da embaixada em Paris —. Aliás, a solidariedade militante, a amizade, o amor do Povo português pelo Povo vietnamita, é visível por todo o lado, nos sorrisos como nos abraços calorosos".

Solidariedade e fraternidade foram expressões sublinhadas pelos camaradas da Etiópia revolucionária, que manifestaram a sua emoção face ao interesse generalizado pelo seu stand e, muito particularmente, pelos repetidos votos de êxito de muitos daqueles com quem contactaram. Os votos pela vitória da revolução etíope, ardentemente formulados pelos que hoje defendem em Portugal a revolução de Abril.

Solidariedade e fraternidade, foram termos também realçados pelo representante da Polisário, pela primeira vez na nossa Festa, que nos afirmou: "Estes dias senti-me, não como um estrangeiro, mas quase como um português. Espero que este entusiasmo, este fervor revolucionário de oferecer uma vida melhor ao grande povo que é o Povo português, se venha a reflectir nas mais fraternais relações entre os nossos dois povos, tanto no presente, como no futuro".

A festa antes da festa — a festa como construção grandiosa, obra de militância, impossível de realizar sem ser por um partido operário, fortemente implantado nas massas trabalhadoras — foi muitas vezes referida, nomeadamente pelos camaradas do MPLA.

O camarada Severo Cerro, do CC do PC da Argentina, destacou: "Quem, como nós, teve possibilidade de assistir aos trabalhos de implantação da Festa, podia já prever o extraordinário êxito que ela alcançou".

Uma militância que teria depois a sua confirmação, ao longo de toda a Festa, e em particular durante o comício. "Foi emocionante — afirmou-nos o camarada Cerro — ver a combatividade expressa naquele belo painel formado pela multidão que, de punho erguido, e num impulso colectivo, mostrava a sua decisão de levar avante as tarefas do Partido e gritava 'PCP'".

A oportunidade que os jornalistas do "Avante!" tiveram de acompanhar delegações estrangeiras em visitas aos stands das organizações regionais — onde foram calorosamente saudadas pelos camaradas, que ofereceram aos visitantes diversas recordações, nomeadamente objectos regionais —, permitiu um frutífero contacto mais directo com a realidade viva dos vários países, uma franca troca de impressões.

Contactos de que ressaltam estes testemunhos de que aqui damos conta, exemplos entre muitos, testemunhos de camaradas que vieram de outros países, e que assim sentiram a determinação colectiva na defesa das conquistas da nossa revolução e a solidariedade para com a sua luta, a construção de uma nova vida para os seus povos, como duas faces indissolúveis do todo constituído pelo patriotismo e pelo internacionalismo proletário, fundamento da política coerente do PCP.



Os delegados estrangeiros que connosco partilharam a Festa viveram o alto sentido internacionalista do nosso povo

me-semana encontro na Ajuda!

Com os últimos acordes dos espectáculos, esgotados os últimos petiscos, com o cansaço a subir em todos os visitantes, encerraram, após os três dias da grande Festa, as portas do recinto do Alto da Ajuda. O recinto ficou vazio? Não. Muitas centenas de camaradas que durante semanas se esforçaram para que a Festa fosse o êxito que foi e que nos dias 7, 8 e 9, deram o melhor que puderam para que tudo corresse bem e a tempo, quebrados de fadiga, nem por isso deixaram logo de continuar o trabalho.

Porque ainda havia muito trabalho a fazer!

Arrumar e carregar o recheio dos stands, primeiro. Depois, desmontar as decorações e os painéis, recolher e desmontar o material eléctrico, etc., etc. Têm sido muitas as tarefas e muitos os camaradas que, após a Festa, continuaram a desempenhá-las na Ajuda.

E ainda há muito trabalho a fazer! Portanto, neste fim-de-semana, de novo, vamos encontrar-nos no recinto que se despe das suas cores festivas. Mas nem por isso, no largo terreno que desbravámos e decorámos para a Festa, falta a alegria e a fraternidade das jornadas de trabalho comunista.

Espectáculos da Festa para além da Festa

As repercussões da Festa do «Avante!», nos seus múltiplos aspectos, ficam a perdurar, como é natural, muito para além dos três dias em que ela se realiza.

No que se refere aos espectáculos, por exemplo, não só é notória a referência a todos os títulos elogiosa e as entrevistas e críticas que jornalistas da especialidade fazem aos artistas que vêm até nós, como a própria organização da Festa procura, na medida das possibilidades e disponibilidades, proporcionar a outros públicos, em muitos casos afastados geograficamente de Lisboa e com nulo acesso a manifestações do género, a audição de alguns artistas que nela participaram.

Também este ano isso está a verificar-se, concretamente em relação a dois dos grupos que estiveram no Alto da Ajuda e que puderam permanecer em Portugal. Grupos que, pelas suas características, muito agrado e entusiasmo têm despertado em Festas e outras actuações nestes últimos dias. Referimo-nos ao Spartakus da RDA e a Mike Glick & The New Song Trio dos EUA. As características muito diversificadas dos seus países de origem, a alegria, a comunicabilidade, o entusiasmo e a juventude que imprimem às suas

actuações, muito contribuíram para animar extraordinariamente os espectáculos já realizados depois da Festa do «Avante!».

O primeiro verificou-se logo no dia 11, na Moita do Ribatejo, durante as Festas de Nossa Senhora da Boa Viagem, numa organização da Câmara Municipal local, e foi realizado ao ar livre, num palco montado na praça fronteiria à Câmara, com uma assistência numerosa não obstante a hora tardia a que se iniciou.

No dia seguinte, coube a vez a Alpiarça contactar com estes dois grupos num espectáculo organizado pela Comissão Promotora da Festa da Liberdade.

Depois, no dia 13, o Spartakus e o grupo de Mike Glick deslocaram-se à Covilhã. Após uma viagem acidentada, subindo a serra já de noite, no meio de inesperado temporal, a estrada serpenteando junto à crista das pronunciadas ribanceiras, foi já com grande atraso que se iniciou o espectáculo num Teatro Municipal repleto, onde a presença numerosa de jovens é de salientar.

Como nota comum a todas estas actuações, refira-se o repertório alegre e bem escolhido pelos dois grupos: o Spartakus, com canções da juventude do seu país e também canções

revolucionárias de outros países em que a solidariedade internacionalista esteve sempre presente — até em versões de várias canções portuguesas, como a «Gaivota», a «Grândola» e, nas festas levadas a cabo pelas organizações locais do Partido, o «Avante, Camarada!», o que despertou a participação colectiva de todo o público. Ombro com ombro com os camaradas da RDA, os jovens americanos do grupo de Mike Glick participaram também, com emoção e alegria, nas canções portuguesas e cantaram e tocaram temas do seu repertório, especialmente canções da música «folk» e «country» do seu país e várias baladas tradicionais com destaque para «Worker's Song», «We Shall Overcome», «John Brown's Body», etc.

Foi com grande entusiasmo que o público presente nestes espectáculos acompanhou rítmica-mente com palmas e com coros espontâneos, até altas horas da noite, as canções mais conhecidas; entusiasmo que, certamente, irá verificar-se mais uma vez na Festa da Liberdade, nos próximos dias 20, 21, 22 e 23 de Setembro, em Alpiarça, com a participação de muitos artistas portugueses e, ainda, do Grupo de Mike Glick, no sábado e domingo.



A Festa perdura. Em muitas localidades do país ela prolonga-se, nos espectáculos que, por exemplo, o conjunto Spartakus, da RDA, e Mike Glick & The New Song Trio têm dado

PS quer adiar eleições para autarquias locais

Dar o dito por não dito é prática corrente de certos partidos políticos, cuja actuação prática pouco ou nada tem que ver com o que teoricamente defendem.

Ainda recentemente na Assembleia da República, quando o Governo pediu a opinião dos partidos sobre a data das eleições para as autarquias locais, todos, sem excepção, se pronunciaram pelo cumprimento da legislação que regula tal matéria.

Menos de um mês depois já se começa a desdizer tal posição, concretamente no que de refere ao Partido Socialista.

Com efeito, na edição da semana passada de «A Acção Socialista» o dr. Almeida Santos, apresentado como o «verdadeiro cérebro da estrutura eleitoral» do PS, afirma com o maior deslante só considerar «regular, no quadro da Constituição, que as eleições locais se façam depois de decorridos dez dias

sobre o apuramento dos resultados definitivos das eleições intercalares, já que a nova Assembleia reúne, por direito próprio, no décimo dia posterior a esse apuramento».

As contas são fáceis de fazer. Realizando-se as eleições em 2 de Dezembro, demorando cerca de uma semana o apuramento definitivo dos resultados, a Assembleia da República não reunirá certamente a não ser depois de 17 de Dezembro.

O que significa praticamente a impossibilidade de realização de eleições para as autarquias ainda este ano, devido à coincidência dos dois últimos fins de semana do ano com as quadras do Natal e Fim de Ano.

O que significa, também, que desta forma se desrespeitaria o legalmente estabelecido, pois os eleitos para os órgãos de poder local foram-no, como na lei expressamente se afirma, por três anos.

A «transparência» do PS

Mas verdadeiramente curiosa é a interpretação que Almeida Santos faz do artigo 97.º da Lei 79/77 de 25 de Outubro, que define a composição e competência das autarquias locais.

No referido artigo diz-se que «os órgãos das autarquias locais servem pelo período do mandato (que é de três anos), e mantêm-se em actividade até serem legalmente substituídos».

Qualquer pessoa, mesmo sem a doutoral «lucidez» do dr. Almeida Santos pode, honestamente, compreender o artigo articulado. Parece óbvio que se um novo eleito não puder por qualquer razão

(de saúde, por exemplo), tomar posse no dia previsto isso não implicará que o órgão autárquico fique vago.

Ou seja, o articulado salvaguarda a possibilidade de o elemento que termina o mandato se mantenha em funções quando, por alguma anomalia, o novo eleito não está em condições de tomar posse.

Não entende assim o dr. Almeida Santos. Segundo ele, «é transparente que este dispositivo só tem sentido, e conteúdo útil, entendido como permissão para que o período da actividade dos autarcas exceda o do mandato».



Nos próximos 18 meses os portugueses vão ser chamados a votar em mais de três actos eleitorais. O PS já começou a preparar-se. Mas a passagem pelo poder de governos ditos apurados, com a possibilidade de serem substituídos, é uma contradição inelutável. Como se verifica pela legenda da foto publicada no «Acção Socialista» de 13 de Setembro, diz-se que em 18 meses se realizarão 3 actos eleitorais. Dezoito meses aponta para Março de 1981. Até lá terão de se eleger por duas vezes a Assembleia da República, o Presidente da República e os órgãos de poder local. São quatro actos eleitorais. De qual se terá esquecido o PS?

E prossegue: «é de facto óbvio que, se devêssemos interpretá-lo como referido à substituição dos autarcas apenas dentro do período do mandato ele seria contraditório e inútil».

Temos, pois, que para o dr. Almeida Santos a salvaguarda do normal funcionamento das autarquias é contraditória e inútil, uma vez que não parece admitir a possibilidade real e quase inevitável de alguns dos mais de 50 mil eleitos não tomarem posse na data fixada para o efeito.

O golpe

Não se pense no entanto que Almeida Santos não compreende um artigo tão claro. Fazendo justiça às suas próprias capacidades, terá de se admitir que alguma manobra se prepara no seio do PS.

Uma manobra que a cidade entrevista e o anteprojecto de revisão da Lei 79/77 (da autoria de Almeida Santos) tomam bastante clara.

Debatendo-se com dificuldades enormes para

feitura de listas para as autarquias locais e receoso da mais que provável descida da sua votação a nível local, o PS inicia assim um processo tendente a adiar a realização de eleições para as autarquias com o objectivo de as impedir, se possível, até à revisão da Lei 79/77 (1980), de molde a conseguir nova legislação que de algum modo favorecesse os seus interesses eleitorais.

Para «apoiar» o golpe que

prepara, o PS adverte mesmo, pelas palavras de Almeida Santos, que a realização de eleições locais agora verificar-se-ia «sem a normal fiscalização política da Assembleia da República».

Como se a Assembleia da República tivesse que «fiscalizar» de algum modo um acto eleitoral que depende directamente da responsabilidade do Governo e dos organismos eleitorais criados para o efeito!

Discussão pública das listas APU no Alentejo

Prossegue por todo o país a elaboração das listas de candidatos para as autarquias locais, cuja eleição deverá ser marcada pelo Governo o mais tardar até à primeira semana de Outubro, embora seja legítimo esperar que a indefinição não seja prolongada ainda por tanto tempo.

Os processos utilizados por cada força política para a escolha dos seus candidatos difere, não só de região para região mas também, e sobretudo, segundo os objectivos que cada um prossegue.

O exemplo que chega da APU, no Alentejo, merece ser destacado como um testemunho da democracia e respeito pela vontade popular que preside à sua actividade.

Nos distritos de Évora, Beja e Portalegre as listas da APU só são consideradas definitivas após discussão e aprovação em plenário público.

Neste âmbito realizaram-se já 95 plenários em Évora, 69 em Beja e 81 em Portalegre, em que participaram no total mais de nove mil pessoas.

Este método, sem dúvida inovador, poderá vir a ser adoptado noutros pontos do país. Mas certamente apenas por aqueles que, como a Aliança Povo Unido, não receiam auscultar a população e com ela escolher os que melhor, nos órgãos autárquicos, defenderão os interesses populares.

Câmara de Lisboa homenageia Agostinho Neto

Reunida em sessão ordinária na passada segunda-feira a Câmara Municipal de Lisboa aprovou duas moções de pesar pela morte do camarada Agostinho Neto, Presidente da República Popular de Angola, apresentadas pela APU e pelo presidente da edilidade, Aquilino Ribeiro Machado.

Duas outras moções sobre o mesmo tema, da autoria do CDS e do PPD (esta rubricada à pressa e em cima da hora, denunciando o esquecimento) seriam rejeitadas pela maioria dos vereadores devido ao seu conteúdo mais que provocatório, no caso do PPD.

Através da moção do Povo Unido, a Câmara Municipal de Lisboa, na sua primeira reunião após a morte do dr. Agostinho Neto e no próprio dia do seu aniversário natalício e das solenes exéquias efectuadas em Luanda, capital da República Popular de Angola, manifesta ao CC do MPLA — Partido do Trabalho e ao Governo da República Popular de Angola o mais profundo e sentido pesar pelo desaparecimento do grande dirigente africano, poeta de prestígio universal e verdadeiro símbolo da luta de libertação dos povos, fundador do MPLA de que foi presidente e 1.º Presidente da RPA.

A Câmara Municipal de Lisboa — prossegue a moção — manifesta ainda a certeza de que o caminho aberto para a cooperação entre os dois Estados e povos — Angola

e Portugal — de que Agostinho Neto foi um dos principais obreiros se fortalecerá para benefício das duas pátrias e dos seus povos, livres e soberanos.

Esta moção, aprovada com os votos dos vereadores da APU e socialistas, não mereceu no entanto o apoio do CDS e PPD.

O CDS, que na sua própria moção diz respeitar o luto do povo angolano, empenha-se no entanto em não respeitar a sua soberania, insistindo em não reconhecer a existência do MPLA de que Agostinho Neto foi fundador e presidente.

Quando ao PPD — manifestamente apanhado de surpresa — não quis perder a oportunidade para destilar o seu veneno, mesmo preparado de improviso. Pela voz de Nandim de Carvalho a edilidade ouviu Agostinho Neto ser classificado de representante de uma «cultura afro-portuguesa» e simultaneamente lamentado por quem mais se tem empenhado em negociações com Savimbi.

A maioria da edilidade recusou a convívência com tal hipocrisia e manifestações neocolonialistas. A moção foi rejeitada.

Por seu turno, a moção de Aquilino Ribeiro propunha a homenagem ao político, ao dirigente, ao poeta que foi Agostinho Neto de forma tão inócua que a edilidade não pôde deixar de aprovar por unanimidade.

O respeito pelos grandes dirigentes revolucionários impõe-se, de tal modo, que nem a direita pode deixar de o reconhecer.

E prossegue: «é de facto óbvio que, se devêssemos interpretá-lo como referido à substituição dos autarcas apenas dentro do período do mandato ele seria contraditório e inútil».

Temos, pois, que para o dr. Almeida Santos a salvaguarda do normal funcionamento das autarquias é contraditória e inútil, uma vez que não parece admitir a possibilidade real e quase inevitável de alguns dos mais de 50 mil eleitos não tomarem posse na data fixada para o efeito.

O golpe

Não se pense no entanto que Almeida Santos não compreende um artigo tão claro. Fazendo justiça às suas próprias capacidades, terá de se admitir que alguma manobra se prepara no seio do PS.

Uma manobra que a cidade entrevista e o anteprojecto de revisão da Lei 79/77 (da autoria de Almeida Santos) tomam bastante clara.

Debatendo-se com dificuldades enormes para

feitura de listas para as autarquias locais e receoso da mais que provável descida da sua votação a nível local, o PS inicia assim um processo tendente a adiar a realização de eleições para as autarquias com o objectivo de as impedir, se possível, até à revisão da Lei 79/77 (1980), de molde a conseguir nova legislação que de algum modo favorecesse os seus interesses eleitorais.

Para «apoiar» o golpe que

prepara, o PS adverte mesmo, pelas palavras de Almeida Santos, que a realização de eleições locais agora verificar-se-ia «sem a normal fiscalização política da Assembleia da República».

Como se a Assembleia da República tivesse que «fiscalizar» de algum modo um acto eleitoral que depende directamente da responsabilidade do Governo e dos organismos eleitorais criados para o efeito!

Eleições para as autarquias Número de candidatos e de membros dos órgãos autárquicos Cálculo provisório

DISTRITOS	N.º DE CONC.	N.º DE FREG.	ASSEMB. MUNICIPAIS		CÁMARAS MUNICIPAIS		ASSEMB. FREGUESIA		JUNTAS DE Freguesia	(1) CANDIDATOS A APRESENTAR	(2) CANDIDATOS A ELEGER	(3) MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUT.
			Efectivos	Suplentes	Efectivos	Suplentes	Efectivos	Suplentes				
AVEIRO	19	198	655	225	131	55	2 388	890	620	4 344	3 174	3 794
BEJA	14	90	390	138	78	32	1 053	391	274	2 082	1 521	1 795
BRAGA	13	511	597	204	95	37	4 801	1 679	1 539	7 249	5 371	6 910
BRAGANÇA	12	298	373	130	70	29	2 187	739	898	3 498	2 607	3 505
C. BRANCO	11	156	325	114	65	27	1 611	571	472	2 713	2 001	2 473
COIMBRA	17	193	525	184	105	43	2 179	793	603	3 829	2 809	3 412
ÉVORA	14	77	380	135	76	31	869	317	239	1 808	1 325	1 564
FARO	16	71	500	174	100	42	957	357	241	2 130	1 557	1 798
GUARDA	14	332	436	152	80	33	2 402	818	1 000	3 874	2 882	3 882
LEIRIA	16	131	510	177	102	42	1 644	616	415	3 091	2 256	2 671
LISBOA (1)	14	183	600	206	120	46	2 916	1 063	745	4 951	3 636	4 381
PORTALEGRE	15	82	405	144	81	33	915	333	252	1 911	1 401	1 653
PORTO	17	382	694	236	137	54	4 557	1 647	1 262	7 313	5 379	6 641
SANTARÉM	21	165	665	231	133	54	1 981	729	523	3 793	2 779	3 302
SETÚBAL	13	54	485	166	97	38	883	327	224	1 996	1 465	1 689
V. CASTELO	10	288	355	123	64	26	2 329	799	866	3 649	2 713	3 579
VILA REAL	14	264	436	152	84	35	2 271	785	794	3 742	2 775	3 569
VISEU	24	366	690	243	138	56	3 264	1 150	1 099	5 541	4 092	5 191
R.A. AÇORES	19	141	525	186	105	43	1 437	515	425	2 811	2 067	2 492
R.A. MADEIRA	11	53	325	114	65	26	646	238	179	1 414	1 036	1 215
	304	4035	9871	3434	1926	782	41 290	14 757	12 670	72 060	53 087	65 757
			13 305		2708		56 047					

(1) CANDIDATOS A APRESENTAR: É o total de Efectivos + Suplentes das AM, CM e AF
(2) CANDIDATOS A ELEGER (No dia das eleições): É o total de Efectivos das AM, CM e AF
(3) MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS: É o total de Efectivos das AM, CM, AF e das JF
(4) NOTA: Não se considerou a constituição do município da Amadora e das 8 freguesias em que foi subdividido por não se dispor dos dados oficiais do respectivo recenseamento.



OBRAS ESCOLHIDAS

2º de LÉNINE

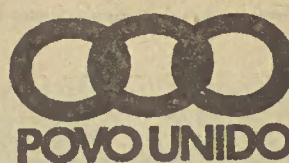
2º Volume em português

Tradução Rigorosa

Este volume contém obras de Lénine escritas entre Março de 1917 e Novembro de 1918.

A venda 800 págs. 250\$00

CD a distribuição



Festa da APU em Portalegre

No próximo sábado, dia 22, às 21 horas há festa no ginásio do antigo Liceu de Portalegre.

A iniciativa é da Aliança Povo Unido, que resolveu promover um debate dos principais problemas nacionais e locais, seguido de animado convívio.

Na sessão de esclarecimento participarão o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC do PCP e Jorge Silva, vereador da Câmara Municipal de Évora. O canto livre contará com a presença de Adriano Correia de Oliveira e Ary dos Santos.

Falta de água na Madeira

No Caniçal, freguesia da Madeira onde residem mais de 3 000 pessoas, a falta de água potável é um dos problemas mais graves da população, que apenas dispõe de dois fontanários públicos.

No primeiro Boletim Povo Unido para o Concelho de Machico interroga a APU, a propósito, do que estará a Câmara a espera para aplicar os seus mil contos adjudicados para obras de abastecimento de água às freguesias de Machico, Porto Santo e Santo António da Serra. Será que aguarda que os problemas se agravem ainda mais?

Amadora já é município

A lei da Assembleia da República que cria o município da Amadora foi publicada no Diário da República de 11 do corrente.

O novo município, que resultou de uma iniciativa legislativa do PCP aprovada no hemicílio em 26 de Julho, é criado por «desanexação» da freguesia da Amadora do município de Oeiras e das partes das freguesias de Queluz e Belas do município de Sintra».

A lei 45/79 que cria o município extingue a freguesia e bairro administrativo da Amadora, e divide a autarquia nas freguesias de Alfragide, Brandoa, Buraca, Damaia, Falagueira-Venda Nova, Mina, Reboleira e Venteira.

Entretanto, e ainda segundo aquela legislação, a Comissão Instaladora do Município da Amadora «manter-se-á em funções para preparar todas as condições de instalação dos novos órgãos autárquicos a eleger», cabendo por outro lado ao MAI desenvolver «as acções necessárias com vista à rápida instalação» daquele município.

Na referida legislação estabelece-se ainda que «as primeiras eleições para os órgãos das autarquias agora criadas e para aquelas cujas áreas de jurisdição são alteradas por força da presente lei terão lugar com a realização das próximas eleições autárquicas gerais».

A criação do município da Amadora foi uma longa luta, em que se empenharam a fundo os comunistas e muitos outros democratas. A satisfação deste anseio popular não resolve por si, como é óbvio, os inúmeros problemas locais.

Há que pensar, desde já, na escolha dos que melhor e mais consequentemente podem e estão dispostos a lutar com a população pela sua resolução.

Transportes de Braga ainda com problemas

Embora tenha sido já publicado no Diário da República o despacho de concessão dos transportes de Braga à Rodoviária Nacional (até agora atribuída à empresa privada Sotube), a transferência ainda não se efectuou.

Os trabalhadores da Sotube, cuja acção em defesa dos seus interesses e da população em geral foi determinante para a resolução do problema, voltaram a reunir aprovando por unanimidade uma moção dirigida ao secretário de Estado dos Transportes em que se exige que «sejam concretizados os acordos firmados entre a Câmara Municipal, a Sotube e a Rodoviária Nacional e que os órgãos de poder dêem seguimento ao processo em curso».

No mesmo documento os trabalhadores exigem ainda que «a Câmara de Braga, perante o facto do acordo entre a Sotube e o Município ter sido violado por aquela empresa, tome as medidas legais, judiciais e públicas do desmascaramento do patrão», que procura impedir a integração dos transportes urbanos de Braga na RN».

De salientar que a Rodoviária Nacional dispõe já de uma frota de autocarros pronta a entrar em funcionamento, em moldes que muito virão beneficiar a população.

Dia da Casa do Povo

O Dia da Casa do Povo foi comemorado no passado domingo um pouco por todo o país.

O objectivo das comemorações incidiu, de uma maneira geral, na necessidade de transformar as Casas do Povo em centros de apoio às iniciativas socioculturais, abrindo-as e aproximando-as cada vez mais dos interesses populares, incentivando a actividade dos grupos culturais e desportivos, permitindo a discussão dos problemas que mais afectam as comunidades.

Segundo informação da Junta Central das Casas do Povo, as comemorações deste ano envolveram cerca de mil e duzentas Casas do Povo do Continente e Ilhas.



«Esperança de vida» para os reformados

Em comunicado recentemente divulgado o Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) manifesta a sua satisfação pelo facto de a senhora Primeiro-Ministro estar «preocupada com a gravíssima situação, a miséria com que vive a maioria dos componentes deste desprotegido grupo social, quer sejam do regime geral quer do rural ou social».

Salientando que, pela primeira vez, um membro do Governo declarou «publicamente e com todas as letras que um milhão de reformados vive abaixo do mínimo de subsistência, realidade que o MURPI vem afirmando e tem exposto a governos anteriores», aquele Movimento faz notar que, embora não possua dados suficientes para calcular o mínimo de subsistência actual, ele terá de ser «superior a 3600 escudos mensais».

O documento alerta ainda para a «escandalosa acumulação das dívidas de entidades patronais à Previdência, com reflexo exclusivo nas prestações devidas a beneficiários e pensionistas, sem que sejam tomadas medidas que eliminem as consequências resultantes dos milhões de contos que, cada ano, ficam nas contas dos empresários».

Vaz Portugal cuidou do terreno antes da queda do IV Governo:



CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL

RUA D. DINIS, 2
1550A-2
Tel.: 682462

CIRCULAR 9/79

Exmos. Senhores,

Chamamos a atenção dessa Associação para o seguinte:

Os Agricultores com reservas já despachadas - cremos que têm na sua mão o despacho que lhes diz respeito - devem requerer ao Ministro da Agricultura a execução do despacho. No caso de não haver resposta no prazo de 30 dias, deve entender-se como tendo havido da parte do Ministro deferimento tácito.

As reservas devem ser entregues no prazo de 45 dias a contar da data do despacho, pelo que não se tendo verificado esta entrega, se deve entender que o reservatório adquire o direito de accionar todos os mecanismos que conduzam à concretização dessa entrega.

Todos os requerimentos e correspondência devem ser enviados e registados com aviso de recepção, ou entregues directamente em duplicado, solicitando que o duplicado seja carimbado com a data da entrega do original, mais se informa que para além dos 92 casos já despachados e entregues para planeamento na C. N. R. pelo antigo Governo, existem mais cerca de 30 despachados e mais pelo menos 20 em vias de o ser. Os agricultores não devem exigir nos Serviços de Estabelecimento Fundiário das Direcções Regionais que os informem da fase em que se encontram os seus processos, pois, estavam definidos critérios que facilmente permitem aos Serviços responderem às suas solicitações.

Com os nossos melhores cumprimentos,

A Direcção

João Maria Oliveira

Lx. 20/8/79

CAP nos serviços do MAP

A CAP está metida até à medula no aparelho do Estado. A CAP domina os serviços do MAP e muito particularmente os Serviços Regionais.

Quem tiver dúvidas desta afirmação, repare na circular 9/79 da chamada «Confederação dos Agricultores de Portugal». Repare ainda na data: 20 de Agosto de 1979. Nesta data, a CAP estava da posse de eleitos que apenas do interior, e de um interior bem guardado, poderiam ser conhecidos.

Como sabia a CAP que «se encontravam 92 casos já despachados e entregues para planeamento na GNR pelo antigo Governo? Como sabia a CAP que «existem mais cerca de 30

despachados e mais pelo menos 20 em vias de o ser?

Estas as interrogações postas. Estas as interrogações de resposta evidente. Isto para já não falar no facto de a CAP nesta mesma circular formular a sua lei, a lei da selvajaria, a lei característica de bandoleiros: «o reservatório tem o direito de accionar todos os mecanismos que conduzam à concretização da entrega». Que mecanismos são estes? muito explícitos: é aconselhar os reservatórios a chamarem a GNR, a porem a GNR ao seu serviço e a cumprir as suas ordens. É aconselhar os agrários a reunirem os seus capangas, os da sua classe, e alguns mercenários e invadirem as UCPs/Coop. e roubar a terra à força de violência.

No meio de tudo isto resta uma questão:

A CAP instalada nos Serviços do MAP por responsabilidade de quem?

Não vamos responder a tal questão. Mas vamos divulgar — e por toda a parte devem ser divulgados — os seguintes factos aos quais aliás a imprensa deu alguma atenção a partir de um Comunicado da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública dirigido aos técnicos do MAP:

Foram recentemente publicados no Diário da República, já após a exoneração do Governo Mota Pinto, mas com data de há 4 ou 5 meses atrás, uma série de despachos de Vaz Portugal a nomear pessoal para chefia de serviços e a fazer promoções na carreira técnica que constituem um verdadeiro assalto da reacção a todo o aparelho do MAP, na grande maioria dos casos à margem da legislação em vigor (nomeadamente do Decreto Regulamentar 79/77 e do DL

191-C/79 de 25 de Junho). Estas nomeações e promoções constituem uma situação grave não só no momento presente como até a médio prazo, dado que quase ficou preenchida a base de recrutamento, no quadro legal actual, para futuras nomeações.

Deste modo a nível do Ministério, mais de 76% dos lugares de técnico assessor — escalão mais alto da carreira técnica onde são recrutados os directores gerais e directores de serviço do MAP — estão nomeados. Tais nomeações, salvo raras excepções, são um verdadeiro escândalo. Um exemplo extraído do Comunicado da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública: «Destaque-se, por significativamente exemplar, a nomeação do então Secretário do Estado do Fomento Agrário, Francisco de Paula Moniz Borba, para

Director de Serviço, com o consequente salto do engenheiro de 2.ª Classe (escalão mais baixo — Letra H-16 200\$00) para Engenheiro assessor (escalão mais alto da Carreira de Engenheiros — Letra D-22 400\$00).»

No plano regional, chama-se a atenção para o facto de na Direcção Regional de Entre-Douro-e-Minho estarem ocupadas todas as chefias de serviço; na D.R. de Trás-os-Montes falta nomear uma chefia estando nomeados os restantes directores de serviço; na DR do Ribatejo-Oeste, que inclui os concelhos norte do distrito de Setúbal, em 9 chefias que o quadro prevê estão ocupadas 7, sendo uma delas, precisamente a de Setúbal, da responsabilidade do Borba; na DR do Alentejo, em 9 chefias de serviço previstas, 7 já estão preenchidas.

A nível central, no Gabinete de Planeamento do MAP, num total de 4 directores de serviço previstos estão nomeados 3.

Esta situação do MAP a nível de aparelho de Estado, não é alheia aos factos que vêm sendo assinalados pelos Secretariados das UCPs relativamente a iniciativas e medidas reaccionárias dos serviços regionais, mesmo à margem de decisões ministeriais e em simultaneidade com as pressões e provocações que a CAP vem desenvolvendo, aproveitando assim também a penetração dos seus quadros nos serviços do MAP.

A reivindicação de garantias de apoio técnico, quer na zona de intervenção da RA quer na zona de predominância da pequena exploração, não pode ser dissociada da exigência de correcção das ilegalidades e arbitrariedades do Governo MP relativamente ao aparelho de Estado no MAP.

O «apartidarismo» da CAP desvendado por ela própria...

Tal como temos vindo sucessivamente a denunciar, a CAP, organização de latifundiários, grandes intermediários e armazenistas, encontra-se unida «unha com carne» com os partidos da direita mais reaccionária. Com o PPD, autor da Lei dos Senhorios Ricos, perfilhada pelo CDS, à sombra da qual tantas famílias de rendeiros foram lançadas para a rua, desalojadas do seu ganha-pão e da sua casa. Com o PPD e o CDS que apadrinham a Lei Barreto, que têm procurado usurpar os baldios ao povo, que pugnam por intervenções violentas no Alentejo. Com o PPD e o CDS que, aliados ao PPM, formam agora a Aliança Reaccionária.

A presente circular da qual publicamos uma foto, enviada

em Agosto último aos associados da CAP prova até que ponto esta organização, que para mobilizar os pequenos agricultores se diz apertadária, está intimamente envolvida com as forças da reacção.

Leia-se bem: por decisão da Assembleia de delegados da CAP — assembleia que é restrita — a direcção da CAP estabeleceu contactos com a chamada «Aliança Democrática». Por altura das conversações, os partidos de direita que integram a Aliança reaccionária ainda pensavam em concorrer às eleições em listas separadas. Por isso seria muito difícil aos fiéis correligionários desses partidos que fazem a sua política na CAP, concorrer em listas partidárias. Lá se ia

a imagem do «apartidarismo» da CAP e os pequenos e médios agricultores que ainda estão enganados poderiam começar a reflectir e a tirar conclusões... Daí que a CAP «entenda que não devem os dirigentes da CAP participar nas listas partidárias».

Mas agora que os partidos da Aliança Reaccionária decidiram concorrer em listas conjuntas, certamente os dirigentes da CAP, os homens de fila da reacção nela filiados não deixarão de enxamear as listas do PPD/PSD e do CDS e aí deixarão e imporão o acento profundamente reaccionário da sua classe de proprietários ricos e latifundiários, inimigos da democracia e do 25 de Abril.



RUA D. DINIS, 2
1550A-2
Tel.: 682462

CIRCULAR 10/79

De acordo com o decidido na Assembleia de Delegados realizada no Porto nos dias 28 e 29 de Julho, vem a Direcção da C. A. P. dar conhecimento dos resultados dos contactos mantidos com a Aliança Democrática.

Como é do conhecimento geral os Partidos da A. D. vão concorrer com listas separadas. Nesta conformidade entendemos que não devem os dirigentes da C. A. P. participar em listas partidárias.

Se alguém o quiser fazer deve pedir a resignação do seu mandato.

Com os nossos melhores cumprimentos,

A Direcção

Isabel Caldas

Lisboa, 24 de Agosto de 1979

Saque e contrabando de gado

Crime contra a economia nacional

No início de Agosto, mais de 40 000 cabeças de gado haviam sido retiradas às UCPs/Coop., a pretexto de reservas da responsabilidade de Vaz Portugal que, na maior parte das vezes, são ilegais mesmo à luz da inconstitucional Lei Barreto... Entretanto, a ofensiva continua: os saques de terras, máquinas e gados sucederam-se desde Agosto. As terras, sabemos-lo, estão à vista de toda a gente, quase todas votadas ao abandono desde que o domínio dos agrários a elas voltou; as máquinas ou são vendidas ou permanecem paradas num canto qualquer. E os gados?

Os gados não só são vendidos — gados que na realidade não pertencem aos agrários; quem se não lembra do que foi a sabotagem económica dos latifundiários em 75 e 76, quem se não lembra de como desviaram, gado, deixando nas terras quase somente as cabeças doentes e velhas? — como ainda são contrabandeados para Espanha.

O escândalo atingiu foros tais que autarquias do Norte se têm debregado sobre a questão, governadores civis reuniram para debaterem o problema e a Polícia Judiciária veio a público dizer

que estava vigilante. Mas apesar desta vigilância, grandes quantidades de cabeças, particularmente de fêmeas e vitelos, passam para o país vizinho. A audácia, a ilegalidade dos reservatórios chega a tal ponto que no próprio acto de marcação de reservas, — ou mesmo sem elas! — as cabeças de gado são directamente entregues, com o apoio da guarda, aos intermediários.

Um só exemplo desta ofensiva que visa minar a produção animal, na qual as UCPs/Coop. têm alcançado importantes êxitos:

Sucedeu na UCP «Freguesia da Unidade» de Ervidel, concelho de Aljustrel, Beja. Por decisão do MAP de Vaz Portugal foi feita uma entrega de gado à agrária Lina Almodovar, da Herdade de Almodovar. No entanto, a agrária nem se dignou simular que continuaria a produção pecuária.

Na realidade, esta entrega foi feita directamente a intermediários que se deslocaram à UCP em cerca de 10 grandes camionetas, sob escolta da GNR. À vista de toda a gente, cerca de 70 vacas leiteiras de raça entraram nos camiões dos intermediários, auxiliados pela guarda, e foram por estes levadas para desconhecido

destino que não admiraria aos trabalhadores estar para lá da fronteira.

Outros exemplos poderiam ser apontados como o de um funcionário do ex-CRRA que, recentemente, retirou por sua iniciativa, da Cooperativa «19 de Dezembro», do Crato, bezerros para o reservatório Fernando Magalhães. Isto sem sequer a cooperativa ter sido notificada para tal entrega e depois do referido reservatório, a par de uma reserva naquela cooperativa, ter já recebido mais 17 bezerros do que os que pediram...

Os casos escandalosos de saque do gado abundam. Todos eles com o mesmo significado: boicotar a produção pecuária das UCPs/Coop., lesando fortemente a economia nacional; alimentar a campanha da CAP segundo a qual não houve aumento de efectivos pecuários na zona de intervenção.

Numa palavra: por este e outros caminhos as forças da reacção procuram a destruição da Reforma Agrária.

Contra estas intenções, com maior vigilância ainda, com maior unidade ainda, resistem os trabalhadores das UCPs/Coop.

Grandes vindimas não alegram o produtor

Este ano espera-se uma colheita de vinho largamente superior à do ano passado. As previsões apontam mesmo para uma produção de vinho de quase 14 milhões de hectolitros.

Mas a esmagadora maioria dos 350 mil vinicultores, constituída por pequenos e médios produtores, nem por isso tem esperanças de melhores ganhos. Na realidade, nas circunstâncias herdadas do fascismo e mantidas por sucessivos governos de direita, nas condições de anarquia instalada no mercado do vinho, os pequenos e médios vinicultores enfrentam sempre dificuldades quer a produção seja alta quer seja baixa. Neste ano de alta produção, os seus problemas são ainda mais graves. Grande responsável por este agravamento é a figura grade da CAP, o senhor Tomás Correia, que, por obra de Mota Pinto, trocou a presidência da CAP pela presidência da Junta Nacional dos Vinhos — troca apenas motivada pelo escândalo que a acumulação das duas presidências provocaria na opinião pública.

Mai assumiu a presidência da JNV, o senhor Tomás Correia, como é do conhecimento público, deixou subir artificialmente os preços do vinho ao consumidor, criando um mercado especulativo. E quando já se esperava uma boa colheita de vinho em 1979, e ainda muitas adegas e produtores tinham vinho armazenado, o senhor Tomás decidiu a importação de 600 mil hectolitros de vinho.

Esta importação, que se iniciou em Abril passado e continuava a processar-se ainda em Agosto, veio unicamente beneficiar os grandes armazenistas e exportadores que receberam o vinho importado a 16500 e em alguns casos a 24500 o litro,

quando o vinho ao consumidor estava a custar 40800 o litro e por vezes mais. Assim, sem mais trabalho, os grandes armazenistas embolsaram, pela mão do eng. Tomás Correia da CAP, entre 24500 e 17550 por litro.

Daqui o drama da situação actual para os vinicultores: a produção é boa mas onde colocá-la? Existem grandes quantidades de vinho armazenadas, tanto mais que por um lado, a alta desenfreada de preços de vinho ao público conduziu a uma baixa brutal no consumo e, por outro, não existe qualquer sombra de fiscalização rigorosa sobre a indústria de vinho feito a martelo, do qual aparecem grandes quantidades no mercado, provocando assim a baixa de procura na produção.

Fixação urgente do preço de garantia

Neste quadro o pequeno e médio produtor vê-se num dilema terrível: tem uma boa produção; não recebeu crédito para as vindimas; precisa urgentemente de realizar dinheiro mal acaba a colheita; não tem estruturas ao seu serviço que permitam armazená-la (as 70 adegas cooperativas estão dominadas por direcções da CAP e têm a sua capacidade dominada quase exclusivamente ao serviço dos grandes produtores e armazenistas). Por isto mesmo, o pequeno e médio vinicultor tem de rapidamente escoar a sua produção ou outros o farão antes dele, e o mercado ficará superlotado de vinho — que se consome cada vez menos porque

os rendimentos familiares não chegam sequer para produtos alimentares mais importantes. Mas como pode escoar a sua produção, como pode tentar vender o seu vinho se, não existindo um preço mínimo de garantia fixado na altura da vindima, os intermediários aparecem oferecendo preços que não compensam sequer os custos de produção? Por exemplo, na região do Porto, surgem intermediários a oferecer 6 contos por pipa ao produtor (12500/litro), outros oferecem 7500/litro enquanto muitos vinicultores consideram que tudo o que for inferior a 12500/litro é um preço ruinoso.

O único meio de tentar amenizar a enorme maré de dificuldades que, por obra do

UCPs/Coop. discutem Sementeiras depois de amanhã em Évora

As sementeiras Outono/Inverno são o tema que leva as UCPs/Coop. a reunirem-se num encontro distrital no próximo sábado pelas 10 horas em Évora.

Este encontro, decidido a 13 de Agosto passado, na reunião sobre produção agro-pecuária das UCPs/Coop. de toda a zona da Reforma Agrária, contará com a participação de elementos de cada UCP/Coop., de técnicos e de representantes dos Secretariados, União e Sindicatos e nele serão debatidas as conclusões de diversos plenários que têm vindo a realizar-se nas cooperativas com vista à preparação das sementeiras.

Preocupação fundamental dos trabalhadores das UCPs/Coop. e das suas organizações é o facto alarmante da continuação da ofensiva do MAP de Vaz Portugal mesmo após a queda do famigerado governo Mota Pinto/PPD. Em obediência aos últimos da CAP e para fazer malograr os esforços encetados para uma política de diálogo, os Serviços Regionais do MAP continuam a impor a entrega de reservas, criando um clima de instabilidade para as próximas sementeiras. A permanência desta situação pode comprometer o esforço dos trabalhadores para as sementeiras de Outono/Inverno e representar uma diminuição da produção agrícola com graves prejuízos para a economia nacional.

CNA contra subida de preços que agravam a crise política

Os aumentos do preço do gasóleo, transportes, adubos e electricidade preocupam todos os pequenos e médios agricultores e as suas organizações. A Confederação Nacional da Agricultura, CNA, num comunicado recente afirma que tal subida «agrava ainda mais a situação de grave crise em que vive a nossa agricultura e vai provocar o estrangulamento da produção agrícola e pecuária». Por isso, a CNA reivindica «uma imediata actualização dos preços dos produtos agrícolas e pecuários a pagar ao produtor». Paralelamente a CNA considera como medidas urgentes a criação de um sistema de subsídio ao gasóleo (tal como existe para o sector das Pescas) e a abertura de linhas de crédito adequadas às necessidades da lavoura «sem burocracias e com taxas de juro acessíveis».

Dança da batata faz fortuna de intermediários

A 29 de Agosto último, uma portaria veio estabelecer preço livre para a batata. Em consequência, resolveu-se a questão da falta da batata que fazia correr, em vão, as donas de casa de estabelecimento para estabelecimento. A batata inundou de imediato o mercado: a preços variáveis mas sempre elevados — demasiado elevados para a bolsa do consumidor.

Provou-se assim mais uma vez que a falta da batata estava a ser fomentada artificialmente. Especuladores e açambarcadores armazenavam o produto unicamente à espera desta decisão. Intermediários há que chegaram a deixar apodrecer alguma batata do ano passado, dizendo que «as que apodreciam até lhes davam lucro». Tudo para não abastecerem o mercado enquanto o preço não fosse livre, tudo para jogarem com uma quebra da produção que para eles representa maiores ganhos.

No ano passado a produção da batata foi elevada, ultrapassando em muito o consumo. Muita batata ficou por escoar por incúria da Junta Nacional das Frutas, e grande foi a luta dos pequenos e médios produtores que viam o produto apodrecer-lhes em casa, mesmo quando tentavam «despachá-lo» ao preço da chuva. Em consequência dos altos prejuízos, aos quais se acrescentou o escandaloso caso da importação e venda da batata de semente por parte da Junta — caso que é alvo de inquérito na Assembleia da República — o pequeno e médio produtor retraiu-se. Daí que a colheita deste ano se calcule apenas em 700 mil toneladas, quando a produção média anual ronda por 1 milhão de toneladas e o consumo interno oscila entre 800 e 900 mil toneladas. Claro que com a quebra da produção os preços pagos ao produtor vão subir e este, no imediato, poderá ser favorecido. Mas isto é verdade fundamentalmente para os grandes produtores — não para os cultivadores pobres que não têm capacidade para guardar o produto e por isso mesmo, já venderam esta ano batata a 5550/quilo a intermediários. Outros intermediários, entretanto, já compraram batata a 7 e a 8500, para agora a colocarem no mercado a 10 e 15500, ou seja, com lucros superiores a 100%.

Perante tal situação, e unicamente como solução imediata, as organizações dos pequenos e médios produtores consideram que «a criação de circuitos directos de venda ao produtor ao consumidor será a melhor forma de evitar uma alta de preços exagerada, porque eliminaria o lucro especulativo do grande intermediário»; «as cooperativas devem procurar receber a batata dos sócios a preços compensadores para a venderem directamente aos consumidores através dos Mercados Abastecedores e mercados municipais, cooperativas de consumo, cantinas públicas, etc.».

senhor Tomás Correia, se abate, de novo e com maior intensidade, sobre os pequenos e médios produtores, é a de fixar agora, antes que o mês finde, um preço de garantia para o vinho.

Um preço minimamente compensador. Não atendendo a tal urgência, como o tem vindo a fazer, a JNV mais uma vez demonstra que se encontra empenhada em encher os bolsos dos grandes intermediários e armazenistas. Estes, comprando ao desbarato ao produtor (que vende pressionado pelo receio de não conseguir escoar, movido pela ansiedade não de ganhar — o que já não é possível nestas circunstâncias — mas pelo menos de não perder tudo), vão vender depois com lucros tanto mais elevados quanto

neste momento é livre o preço de venda do vinho ao público.

Paralelamente à fixação urgente de um preço de garantia, os pequenos e médios produtores têm apresentado ao Governo outras legítimas exigências:

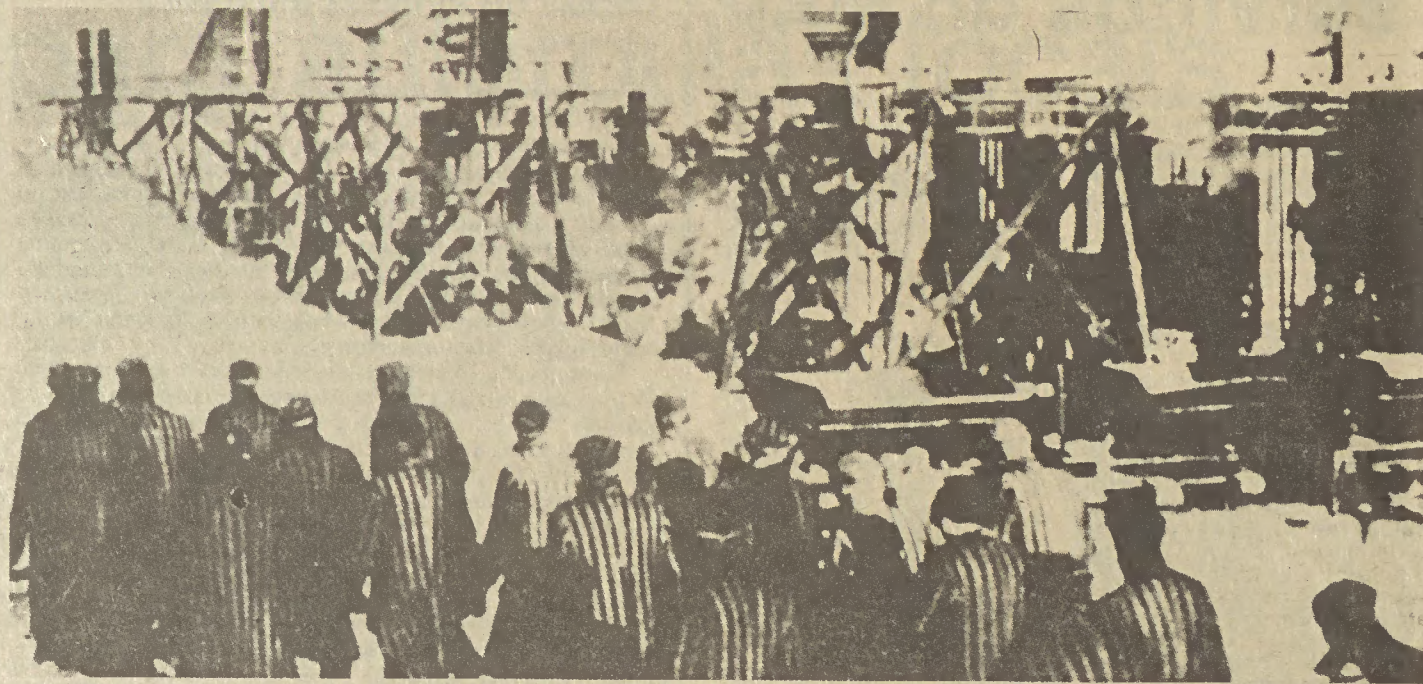
- Crédito para as vindimas;
- urgente fixação de preços compensadores e escoamento garantido para o vinho deste ano;
- levantamento rigoroso do mercado do vinho;
- audição oficial das organizações representativas da lavoura.

Exigências mínimas que urge atender e pelas quais os pequenos e médios vinicultores e as suas organizações representativas estão dispostos a lutar.



O trabalho das vindimas costuma ser, apesar da sua dureza, tempo de alegria. Nesse trabalho se realiza, finalmente, o produto que os meses de cuidados permitiram. Mas, este ano, apesar das previsões anunciarem abundante colheita, os produtores esperam o drama. Onde colocar um produto a que a CAP, por obra de Mota Pinto, fez subir artificialmente o preço, originando grandes quantidades em armazém? A especulação dos grandes intermediários espera, este ano, encher os bolsos

Temas vários



Auschwitz: um dos muitos campos de morte construídos pelos nazis na Europa que devastaram com a guerra. Hoje, quando muitos teimam em esquecer os crimes contra a humanidade cometidos por Hitler e seus adeptos, memória de Auschwitz constitui um libelo acusatório para os que cometeram os crimes, mas também para aqueles que os querem fazer cair no esquecimento

Os crimes do nazismo não podem ser esquecidos!

Um guia enciclopédico tendo por título *Os Campos Hitlerianos em Território Polaco de 1939 a 1945*, saiu recentemente em Varsóvia, editado pela *Comissão de Inquérito aos Crimes Nazis na Polónia* e pelo *Conselho para a Protecção dos Monumentos da Luta e do Martírio*.

Este importante documento, cuja preparação demorou mais de 10 anos, perturba-nos pelos factos que encerra. Todo o trabalho se baseia em materiais de fontes escrupulosamente estudadas e abrange mais de 5 877 localidades cujos nomes estiveram ligados aos mais diversos tipos de campos, guetos e prisões criadas pelo ocupante nazi em território polaco. Esses dados, na medida em que os arquivos o permitiram, fornecem elementos relativos à localização, ao nome e ao tipo dos campos, às datas de abertura e de liquidação, à sua génese e evolução, ao trabalho dos prisioneiros, às condições

de saúde, à mortalidade, às formas de extermínio, ao movimento de resistência, à relação das vítimas.

Nos campos hitlerianos, nas prisões e nos guetos situados em território polaco foram presos e depois assassinados homens, mulheres e crianças de 30 países e de 50 nacionalidades.

Durante a Segunda Guerra Mundial, mais de 6 milhões de cidadãos polacos conheceram a morte. Os campos de concentração e os campos de extermínio foram o principal instrumento do genocídio perpetrado pelo III Reich sobre o povo polaco, bem como sobre outros povos. No fim da Segunda Guerra Mundial,

eram os prisioneiros polacos os que se encontravam em maior número nos campos de concentração hitlerianos existentes na Europa ocupada, seguidos dos jugoslavos, dos checos, dos russos, dos franceses, dos holandeses, dos belgas, dos italianos, dos gregos, dos espanhóis, dos noruegueses, dos ingleses, dos luxemburgueses, dos austríacos, dos húngaros, dos romenos, dos judeus e de cerca de cinco por cento da população alemã.

O programa hitleriano de extermínio de todos os polacos foi realizado antes de mais em cinco grandes campos de concentração e quatro campos de extermínio criados pelos nazis na Polónia, bem como nas outras «filiais» desses campos, isto é, ao todo em 144 localidades. Em **Auschwitz, Majdanek, Stutthof, Rogoznica, Treblinka, Belzec, Sobibor, Chelmo**

e em outros campos situados em território polaco, 6 705 000 prisioneiros foram assassinados, dos quais 1 377 000 polacos e 1 650 000 cidadãos polacos de origem judia, do mesmo modo que 800 mil prisioneiros de guerra soviéticos, cerca de 22 600 prisioneiros de guerra italianos e perto de 15 mil prisioneiros de guerra franceses, bem como a quase totalidade dos ciganos polacos.

O primeiro campo de concentração aberto em território polaco pelos nazis foi o de **Stutthof**, pelo qual passaram cerca de 110 mil prisioneiros — dos quais cerca de 85 mil foram mortos.

A importante rede de prisões, sobretudo as que dependiam da tenebrosa Gestapo, desempenhou igualmente um papel particular no programa de extermínio massivo do povo polaco. No território polaco ocupado pelos exércitos do III Reich existiam 553 prisões e locais de detenção jurídica, 721 prisões e locais de detenção policial, 9 prisões e locais de detenção da Wehrmacht. Na prisão de Pawlak em Varsóvia, na dependência da polícia de segurança e do serviço de segurança dos ocupantes nazis no distrito de Varsóvia, estiveram encarcerados mais de cem mil homens e mulheres, dos quais foram assassinados cerca de 37 mil.

Cada um dos 5 877 títulos que comporta o **Guia Enciclopédico** é um documento bem concreto do genocídio hitleriano, e representa o testemunho da imoralidade que presidiu à consumação destes crimes contra a humanidade.



Ir para um campo de concentração significava invariavelmente marcar encontro com a morte violenta

Um negócio chamado «cultura de massas»

Nos países capitalistas nota-se o crescente aparecimento de um sucedâneo da verdadeira cultura que vem sendo imposto pelos poderosos meios de comunicação áudio-visuals e pela imprensa. Esta mercadoria, chamada «cultura de massas», é distribuída pelas cadeias multinacionais de televisão (sobretudo na América Latina), pelos cinemas e grandes editoras e vem contribuindo para a despersonalização dos valores culturais e sua estandardização, ameaçando destruir as culturas nacionais em benefício de uma «cultura» uniformizada que diminui as exigências estéticas dos cidadãos e os igualiza na absorção acrítica de subprodutos inócuos sem qualquer valor formal ou temático e sem respeito pelas diferentes tradições nacionais.

O conformismo, a esquematização das relações sociais e da história, a ausência de qualidade, a exploração de concepções ideológicas tradicionais da burguesia, são alguns dos elementos característicos da mistela servida com o rótulo «cultura de massas» que tem sido, antes de mais, uma espantosa fonte de lucros para os seus promotores.

Nos quiosques, nas gares, nos aeroportos, nas bancas de jornais, o que existe são livros de capas coloridas, com fotografias sugestivas, a preços relativamente acessíveis dadas as enormes tiragens,

e cujos temas são, invariavelmente, a violência, a agressividade e a perversão sexual. Também se vendem as «histórias cor-de-rosa» difusoras dos valores tradicionais da sociedade capitalista e mistificadoras das verdadeiras relações sociais que se estabelecem nessa sociedade.

Esta «cultura de massas» está relacionada com a fácil obtenção de lucros («este negócio não se pode perder», como já afirmou David Freedman, um dos principais editores de pornografia) e constitui um poderoso meio de influenciar a mentalidade dos seus consumidores, inspirando-lhes a ideia da imutabilidade e eternidade da sociedade capitalista.

«Sê bonzinho, não te metas em política e nós damos-te música» é a definição que um jornal deu do novo «ideal» que a «cultura de massas» pretende incutir na juventude dos países

ocidentais, através da vogal do «travoltismo». Este novo e propagandeado produto de consumo «cultural» funciona como elemento fomentador da ruptura entre os cidadãos e as realidades socioeconómicas que os cercam, de desmobilização política. Ele promove a apatia, a ausência de espírito crítico, ao mesmo tempo que impõe os padrões de comportamento social desejados.

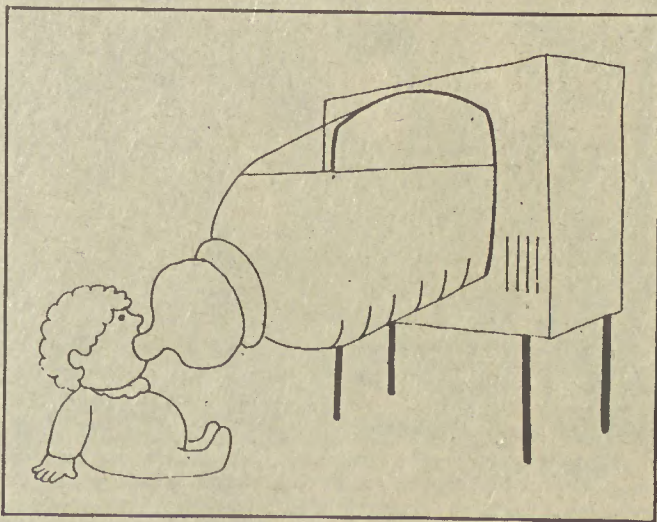
Os promotores destes e de outros mitos contemporâneos justificam-se normalmente acentuando a necessidade de corresponder ao gosto do público. A mediocridade dos filmes, dos programas de televisão, dos livros editados aos milhares, encontra aí a sua fundamentação. Trata-se de um ciclo vicioso artificial: promove-se a oferta maciça de certos produtos provocando a sua procura e esta procura faz, por sua vez, aumentar a oferta.

As populações e cada

cidadão, estão assim privadas da sua liberdade de escolha. A «cultura de massas» transforma-se no seu único alimento espiritual, representa a seus olhos a verdadeira cultura e vai ao ponto de criar aversão pelas manifestações culturais autênticas. Na expressão do escritor e dramaturgo Edward Albee, os consumidores desta «cultura» deixam de saber distinguir o que é uma obra de arte e o que é medíocre.

Mas, será que ao fazermos a crítica da «cultura de massas» partimos de uma posição elitista e apenas consideramos como culturais os valores estéticos e espirituais acessíveis aos intelectuais e outras pessoas com uma formação superior? Isto é, não será a «cultura de massas» uma verdadeira cultura popular? Embora consumida pelos estratos sociais a que genericamente se chama «povo», a «cultura de massas» não possui qualquer raiz cultural popular. Ao analisarmos o carácter popular de qualquer manifestação artística interessa precisar não apenas quem a promove ou frui mas, sobretudo, que valores encerra e que mensagem veicula.

A «cultura de massas» é, também neste aspecto, verdadeiramente antipopular: ela veicula o anti-humanismo, é esteticamente pobre, sem espontaneidade, e serve os interesses das classes dominantes.



O desenvolvimento do ensino é parte integrante do desenvolvimento socialista

Faltam poucos dias para que, em todo o mundo, centenas de milhões de jovens retomem, nos mais diversos tipos de estabelecimento de ensino, a sua aprendizagem para a vida e para o futuro. Porém, se esta circunstância os iguala, outras há — e são muitas — que entre essa enorme massa estudantil estabeleça diferenças abismais. A qualidade do ensino é, como não podia deixar de ser, directamente proporcional à qualidade da vida.

Na União Soviética, o desenvolvimento da educação e do ensino é uma das pedras basilares em que assenta a construção da sociedade nova e do homem novo. Por isso, quando dentro de dias, milhões de soviéticos iniciarem o seu ano escolar, estarão, só por esse facto, nas mesmíssimas condições que muitos milhões de jovens em todo o mundo; mas as condições em que o farão são quase únicas, porque proporcionadas por uma nova sociedade, para o desenvolvimento da qual o seu trabalho honesto e dedicado, como estudantes e como cidadãos, também concorre.

Cinco milhões de estudantes em 868 escolas superiores

O governo soviético fez publicar recentemente uma resolução sobre a formação de especialistas no âmbito do ensino superior que aponta para o seu desenvolvimento tendo em conta uma característica — a eficácia.

O sistema de ensino superior de qualquer país deve, nos tempos que correm, satisfazer duas exigências: dar conhecimentos fundamentais e gerais por um lado, e preparar os jovens para a procura de especialistas pelos novos ramos económicos. Um especialista que conhece um pouco de tudo tem grandes dificuldades em trabalhar numa única direcção.

O sistema de formação técnico-profissional soviético defrontou-se nos últimos anos com a necessidade de preparar operários altamente qualificados de 1 400 especialidades, em cursos que variam entre 2 e 4 anos. Quanto ao ensino superior, é-lhe muito mais difícil reagir às exigências da revolução científica-técnica, tanto mais que ele não deve seguir essas exigências mas prevê-las e ultrapassá-las. Neste campo o ensino superior tem uma possibilidade que é acentuada na resolução publicada: a de aumentar a importância das ciências fundamentais na formação teórica e profissional dos especialistas polivalentes, associando-lhe mais matéria sobre as últimas realizações da ciência e da economia.

Actualmente, 5 milhões de pessoas estudam nas 868 escolas superiores do país. No ano escolar que agora se inicia prevê-se que serão admitidos nos estabelecimentos de ensino superior 1 025 000 candidatos. Pode dizer-se que aqueles que foram admitidos no próximo ano escolar sairão já especialistas com uma nova formação.

Para além de participarem na actividade científica das cadeiras, serão nomeados para um emprego de 2 a 3 anos antes da sua licenciatura.

O ensino superior poderá, por outro lado, responder com mais eficácia às exigências que lhe são feitas porque receberá novos «pontos de apoio» nas regiões em que a economia e a ciência se desenvolvem de modo mais intenso: Sibéria, Grande Norte e Extremo Oriente.

O problema do ensino é também o problema da educação do futuro dirigente de uma empresa ou de um ramo da economia. Porque não basta só adquirir conhecimentos especiais, é preciso ter também uma vasta cultura política e moral, e compreender a fundo os problemas do desenvolvimento social.

Novos impulsos serão dados igualmente à auto-administração estudantil, durante a passagem das escolas superiores a um nível qualitativo maior, assim como às discussões estudantis para que conheçam melhor os problemas actuais da sua sociedade.

Estudantes estrangeiros na URSS: uma tradição de solidariedade iniciada em 1922

Cerca de 70 000 estudantes estrangeiros frequentam, actualmente, escolas superiores e escolas médias especializadas da URSS. A presença de estudantes estrangeiros nas escolas e universidades do país é uma tradição que data de 1922, quando um grupo de estudantes da Mongólia chegou a Moscovo.

No entanto, só depois da II Guerra Mundial é que a ida de estudantes estrangeiros tomou proporções mais significativas quando ali chegaram os primeiros jovens oriundos das Democracias Populares, a que mais tarde se juntaram rapazes e raparigas dos países libertados da África, da Ásia e da América Latina.

Trabalham hoje em todo

russo, frequentam as mesmas aulas dos alunos soviéticos. A instrução é gratuita, os estudantes estrangeiros recebem uma bolsa de 90 a 100 rublos mensais e vivem em residências de estudantes onde pagam o preço simbólico de 2 rublos por mês.

Para os jovens de todo o mundo existem mais de 200 alternativas de cursos médios e superiores. São sobretudo os cursos de engenharia, medicina e as especialidades relacionadas com a agricultura as que mais atraem os estudantes estrangeiros pois também são as que os jovens Estados mais necessitam. Durante o curso eles seguem rigorosamente o plano de estudos soviéticos e não beneficiam

Cem portugueses estudam na URSS

João Manuel Figueiredo de Melo, aluno do Instituto de Energia de Moscovo, é o presidente da Associação dos Estudantes Portugueses na URSS.

Sobre a vida dos jovens portugueses actualmente na URSS, João de Melo esclareceu-nos que estão mais de cem estudantes portugueses na URSS, distribuídos por diversas cidades como Leninegrado, Kiev, Rostov, Riga e outras. Todos nós respeitamos as mesmas exigências que são feitas aos estudantes soviéticos.

Nos dias das nossas festas nacionais organizamos palestras sobre Portugal, a sua história, a sua cultura e a sua actualidade política. Exibimos filmes sobre o nosso país e procuramos trazer até cá vários aspectos do folclore português.

Todos os portugueses que estudam na União Soviética desejam ser bons especialistas para, quando voltarem à Pátria, poderem cumprir o seu dever para com o povo, ajudando-o a construir uma sociedade justa e progressista.

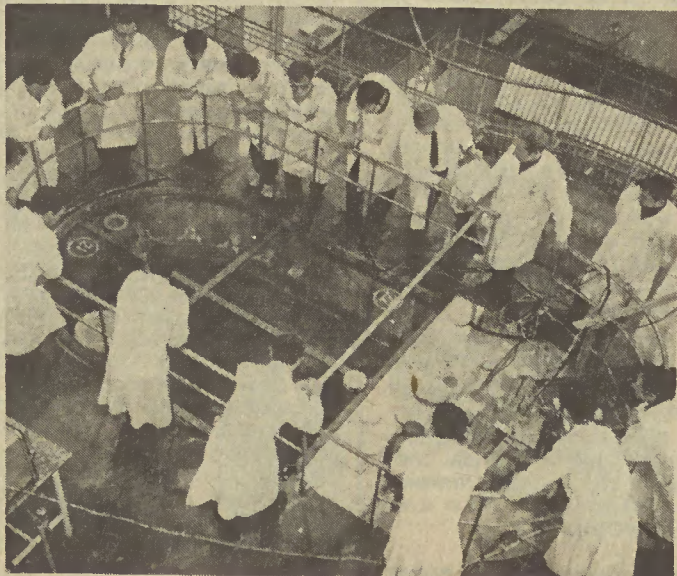
o mundo 160 000 diplomados pelas escolas superiores soviéticas e as suas qualificações profissionais têm merecido os maiores elogios. O conhecido estadista africano Julius Nyerere, disse, a esse propósito, constatar que os indivíduos que receberam instrução superior na União Soviética estão dispostos a trabalhar em toda a parte em que seja necessário o seu trabalho e pelo salário que o país está em condições de lhes pagar. Isto é importante pois temos imensa necessidade de indivíduos altamente qualificados e prontos a servir devotadamente a sua Pátria.

Os estudantes estrangeiros recebem uma instrução igual à dos estudantes soviéticos. Apenas têm de frequentar, durante um ano, um curso intensivo de russo. Para facultar o acesso ao conhecimento da língua russa, existem 450 cátedras de russo onde leccionam 4 500 professores que trabalham só com estrangeiros. Terminado o curso de

de qualquer regime de favor, dispensa de exames ou testes.

Nos períodos de férias os estudantes estrangeiros têm várias alternativas à sua escolha: casas de repouso, para as quais os estudantes recebem um subsídio extra de 100 rublos; campos de trabalho e repouso que funcionam em *kolkhoses* e *sovkhoses*, sendo o trabalho pago; participação voluntária nos destacamentos de estudantes-construtores (no ano passado 5 500 estudantes estrangeiros inscreveram-se nestes destacamentos e 300 foram trabalhar para o caminho de ferro Baikal-Amur); excursões em comboio, os chamados comboios da amizade que levam grupos de estudantes aos lugares mais recônditos do país, etc.

Para além de enriquecerem os seus conhecimentos sobre a realidade soviética e os aspectos práticos do socialismo, os estudantes estrangeiros também dão a conhecer aos soviéticos os diferentes aspectos da vida nos seus países, sobretudo através da acção das suas Associações.



O sistema socialista de ensino e o seu desenvolvimento é um dos edifícios-base em que assenta a construção da sociedade socialista. A atenção concedida pelas autoridades soviéticas ao melhoramento constante do sistema de ensino, desde o pré-primário ao superior, é uma das características essenciais da vida escolar na URSS. Na foto superior, à esquerda, em Moscovo, na foto inferior, futuros engenheiros e investigadores estudam o reactor nuclear instalado no centro de treino e investigações do Instituto de Engenharia Física de Moscovo; na foto em cima, estudantes angolanos da Universidade da Amizade Entre os Povos Patrício Lumumba celebram um aniversário do MPLA

Semana

12 1974 — É derrubado na Etiópia o regime feudal de Haile Selassié.

Quarta-feira



A polícia turca anuncia que foi ontem assassinado o vice-reitor da Universidade de Cukurova, na cidade de Adana, que se encontra sob lei marcial desde Dezembro passado. Segundo estatísticas oficiais, a inflação aumentou 1,7% de Junho para Julho e 10,4% desde Julho de 1978 na Comunidade Económica Europeia (CEE). Inicialmente em Caracas, a capital da Venezuela, os trabalhos de um Conselho Parlamentar da 66.ª Conferência Interparlamentar Mundial, que se inaugurará oficialmente amanhã nesta cidade. O primeiro-ministro iraniano Mehdi Bazargan, em discurso de homenagem ao falecido "ayatollah" Taleghani, enaltece o papel "desempenhado pelo Ocidente na ascensão do nacionalismo iraniano" e pronuncia-se contra o fanatismo islâmico no país. A polícia secreta colombiana apreende em Bogotá 700 kg de cocaína, avaliados no "mercado negro" em mais de mil milhões de dólares. Morrem 50 pessoas e ficam feridas mais de cem num choque entre um comboio de passageiros e um de mercadorias em Stalac, a cerca de 180 km de Belgrado, na Jugoslávia. Herman Cubillos, reconhecido agente da CIA e ministro dos NE de Pinochet, chega a Paris, onde é recebido pelas autoridades francesas, em mais uma etapa da sua "tournee" por capitais europeias. A Amnistia Internacional divulga um comunicado em Londres onde se afirma que uma onda de assassinio político, tortura e rapto, matou 2000 pessoas na Guatemala nos últimos 16 meses. Os 250 000 operários metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro, no sueste do Brasil, iniciam uma greve por tempo indeterminado com o objectivo de obterem um aumento de 83% nos seus salários.

13

Quinta-feira

1872 — Morre o filósofo materialista alemão Ludwig Feuerbach.

É divulgado um relatório do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, onde este afirma que o tratado de paz israelo-egípcio originou a controvérsia e a divisão e a única possibilidade para as Nações Unidas será chegar a um acordo com o Médio Oriente, devendo esse acordo abranger todos os aspectos da questão, incluindo em particular os direitos inalienáveis do povo palestino. Sylvestre Bangui, antigo embaixador centro-africano na França, que se demitiu em Outubro do ano passado deste cargo e do de general do Exército do Império Centro Africano, anuncia a formação de um governo do seu país no exílio, afirmando que a sua próxima tarefa será derrubar o sanguinário ditador Bokassa. Mais de três milhões de trabalhadores da Função Pública italiana entram numa greve de 24 horas decretada pelas três principais centrais sindicais do país, reivindicando aumentos salariais. No Irão é aprovada uma cláusula constitucional que dá supremos poderes a um dirigente religioso, o que abre caminho para que o "ayatollah" Khomeiny seja formalmente nomeado líder indiscutível de um futuro Estado teocrático. A polícia espanhola informa que foi assassinado a tiro o presidente de uma sucursal do Banco Hispano-Americano na cidade de Baracaldo, perto de Bilbao. O líder da OLP, Yasser Arafat, chega a Madrid e mantém um encontro de duas horas com o chefe de governo espanhol, Adolfo Suarez.

14

Sexta-feira

1916 — Nasce Luis Corvalan, secretário-geral do Partido Comunista do Chile.

O general Jean Lagarde, chefe do Estado Maior do Exército francês, afirma num discurso que a França está a preparar uma nova força motorizada e blindada para rápidas "intervensões" fora do seu território nacional, e que entrará em funções a 1 de Agosto de 1980 e "incluía, mais-bastada de forças pesadas "de grande mobilidade". Um tribunal da RFA condena seis terroristas neonazis a penas de quatro a onze anos de prisão, no primeiro julgamento importante deste género, no país. A direcção da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) condena oficialmente o recém-formado "Partido Social-Democrata Sandinista" (PSDS) por pretender manchar a imagem política e militar do Sandinismo, constituindo uma organização alheia e estranha à Frente Sandinista, não defendendo os seus princípios políticos nem as aspirações das massas. A Frente Polisário manifesta-se disposta a estabelecer conversações com o governo de Marrocos, apesar deste distorcer a grave situação que impera no Saara Ocidental. Carlos Martínez, director regional do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), declara que cerca de 60 milhões de crianças latino-americanas vivem abaixo do nível crítico da pobreza, situação que afecta 40% dos lares deste continente. Chega a Luanda o corpo do camarada Agostinho Neto. A polícia de El Salvador carrega sobre uma manifestação promovida pelo Bloco Popular Revolucionário (BPR), matando duas pessoas.

15

Sábado

1946 — É proclamada a República Popular da Bulgária.



O Vietname acusa a China e os EUA de tentarem sabotar os seus esforços para acabar com a saída de refugiados do país. O governo de El Salvador cancela as comemorações do Dia da Independência em virtude de estar programada uma marcha de protesto pela morte de dois patriotas vitimados ontem pela polícia. Uma semana depois da sua abertura, a Conferência de Londres sobre a Rodésia é adiada até à próxima segunda-feira. O dirigente do ultra-direitista Partido democrata-cristão da RFA, Franz Josef Strauss, interrompe o seu discurso num comício político sob o "bombardeamento" de ovos e apupos de centenas de manifestantes esquerdistas.

16

Domingo

1941 — Keitel, comandante do Exército nazi na URSS, ordena: "Por cada alemão morto, morrerão 50 a 100 comunistas".

Rádio Cabul informa que após uma sessão de quatro horas da Comissão Central do Partido Democrático Popular (PDP), que ocupa o poder no Afeganistão, foi nomeado secretário-geral do PDP e presidente do Conselho Revolucionário o primeiro-ministro Hafizullah Amin, na sequência da resignação do presidente Taraki. Realizam-se eleições legislativas na Suécia, tendo os partidos da esquerda sueca vencido com menos de 0,1% de vantagem sobre a direita. A Frente Polisário anuncia que várias centenas de soldados marroquinos foram mortos e outras centenas capturados numa emboscada na madrugada de hoje a poucos quilómetros de Zaai, cidade-quartel situada ao sul de Qued Draa.

17

Segunda-feira

1743 — Nasce, em França, Condorcet, que se notabilizaria como filósofo e matemático.

Realizam-se as cerimónias centrais do funeral do camarada Agostinho Neto, com centenas de milhares de pessoas formando longas filas, em Luanda, até ao edifício do Comissariado Municipal, numa última homenagem ao presidente angolano. Autocarros, eléctricos e metropolitano entram em greve de 24 horas em toda a Itália. Edward Mayer, o novo chefe do Estado Maior do Exército norte-americano, declara que os EUA esperam possuir uma força de "intervenção rápida" até um total de 100 000 homens no início do próximo ano.

18

Terça-feira

1812 — Consuma-se o incêndio de Moscovo, iniciado 4 dias antes pelos seus habitantes, que assim recusavam as suas casas e os seus bens à ratoeira das tropas napoleónicas invasoras.

É inaugurada em Nova Iorque a 34.ª Assembleia Geral das Nações Unidas com a participação de representantes de mais de 150 países. Uma delegação de dirigentes negros norte-americanos chega a Beirute para conversações com o dirigente da OLP, Yasser Arafat.

Zimbabwe Confronto também em Londres

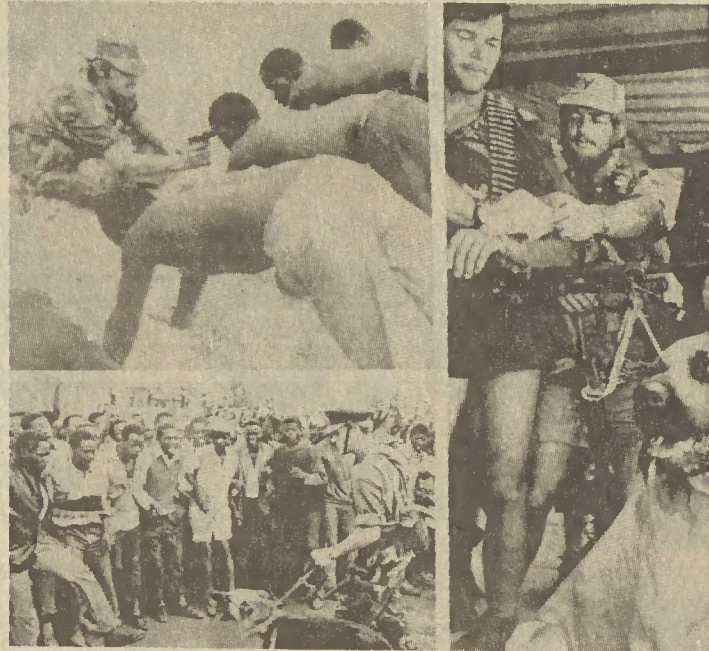
Prossegue em Londres a conferência sobre o Zimbabwe, convocada pelo governo da Grã-Bretanha, por compromisso assumido face à pressão a que o executivo conservador foi sujeito em Lusaka, na cimeira da Comunidade Britânica.

Os contraditórios interesses em que assenta a convocação desta Conferência — a necessidade para o governo britânico de não ser ultrapassado pelos acontecimentos, o claro apelo de que a Frente Patriótica goza em toda a África — estão a reflectir-se no quotidiano dos trabalhos em curso.

De um lado os representantes da Frente, que avançam exigências frequentes e básicas no debate de questões tão essenciais como o reconhecimento do estado de guerra que se vive actualmente no Zimbabwe, das suas causas, de uma realidade em que as forças populares combatem as de um regime «representante de uma minoria racista de colonos», da representatividade da Frente,

única força que encarna a vontade e as aspirações do povo do Zimbabwe; a rejeição, face a essa realidade, do cessar-fogo; dissolução do exército racista — questão central não só do poder como da própria concretização de qualquer processo democrático; o controlo do aparelho policial judicial.

De outro lado, as posições do governo racista da Rodésia,



Quem tem medo de quem? A brutal repressão é impotente face ao avanço da luta de libertação do povo do Zimbabwe

Impasse do imperialismo no Médio Oriente

A extrema tensão que se mantém permanentemente no Médio Oriente, e de que os perigos e a urgência de uma solução foram uma vez mais destacados em Havana pela Conferência dos Não Alinhados, é talvez o melhor exemplo actual da política imperialista, dos seus frutos, por muito que a Casa Branca tente, nalguns momentos, demarcar-se dos aspectos mais chocantes dessa sua própria política.

Para se compreender o real conteúdo, as linhas de orientação, as razões da política internacional do imperialismo, não é necessário por vezes procurar mais longe do que nas declarações de algumas das suas figuras proeminentes. E assim temos, por exemplo, a bem conhecida personagem que é Henry Kissinger a afirmar significativamente, ao International Herald Tribune, em Dezembro de 1978: «Considero que a eliminação da tensão não deve efectuar-se, visto que a mudança da balança geopolítica nos é desfavorável. Os acontecimentos em Angola, na Etiópia, no Iémen do Sul e no Afeganistão criaram no seu conjunto um modelo geopolítico que significa pelas suas consequências objectivas, qualquer que seja a intenção inicial, um movimento envolvente de flanco em relação ao Médio Oriente e que põe em evidência a incapacidade dos Estados Unidos de influenciarem os acontecimentos». Isso desmoraliza os dirigentes de diferentes partes do mundo cuja segurança depende da amizade com os Estados Unidos (...).

Palavras mais do que claras, que explicam amplamente o raciocínio que se desenvolve na Casa Branca — palavras hoje ainda mais actuais depois dos acontecimentos no Irão que, independentemente das oscilações e sobressaltos do processo revolucionário, acarretam objectivamente redobradas dificuldades ao imperialismo, constituem um golpe muito sério nos seus interesses na zona.

E, assim, vemos hoje os Estados Unidos cederem em toda a linha às pressões sionistas desistindo de apresentar no Conselho de Segurança da ONU uma nova proposta de resolução sobre o Médio Oriente (por muito ambigua que fosse), enquanto se escusam de forma bem pouco árdua da sua objectiva e decisiva participação nos ataques sionistas ao Líbano, como fornecedores que são de armamento a Israel. Neste momento, o ministro israelita da Defesa discute, em Washington, a duplicação do auxílio norte-americano a Tel Aviv no próximo ano. E isto passa-se quando aos violentos bombardeamentos do sul do Líbano, no fim do mês passado, se somam novas ameaças de acções militares contra «ataques das forças da Organização de Libertação da Palestina (OLP) no Sul do Líbano». Quando tudo indica que se irão agravar os problemas na margem ocidental do Jordão e na faixa de Gaza, com a decisão de Israel de autorizar a compra de terras por israelitas nesta zona, e a intensificação da repressão com a prisão de muitas

dezenas de pessoas suspeitas de simpatia para com a causa palestina.

Uma sintomática incapacidade

E, no entanto, apesar dos desmesurados esforços aplicados, o imperialismo não anda propriamente a somar vitórias pelo Médio Oriente. Camp David não conduziu ao alargamento das suas posições no Médio Oriente, mas sim ao isolamento do Egipto e a um reforço da unidade entre os povos árabes, por difícil e heterogênea que seja a sua base. Apesar da expressa vontade de total cedência de Sadat ace os interesses do sionismo, as relações com Israel estão bem longe de ser fáceis. Na verdade, tanto no Egipto, como nos mais reaccionários países do Médio Oriente, teme-se o movimento de massas, o seu reforço nas mais difíceis condições. A causa do povo palestino goza cada vez mais de ampla simpatia no Médio Oriente e em todo o mundo. O projecto de cisão do Líbano, com a criação de um Estado cristão, profundamente reaccionário e contando com apoio precioso de Israel, não se concretiza, apesar do terrível saldo de mais de 30 mil mortos, cidades e aldeias destruídas, o abandono do país por parte de cerca de um milhão de pessoas, os prejuízos económicos, a migração interna, do sul para o norte, que só nos últimos meses ultrapassou os 250 mil. Mesmo em Israel, a guerra constitui um factor de mobilização dos mais diversos sectores contra a política governamental; por outro lado,

o domínio, a exploração colonial. O que entretanto o dirigente do Estado francês, como de outros países capitalistas, escamoteia — e não poderia fazê-lo de outro modo — é um outro facto fundamental: para que franceses, para que sectores da população, acabou a «sociedade de consumo»? Para os trabalhadores, sem dúvida. E para os detentores do capital? Também aqui a Grã-Bretanha é um exemplo actual edificante. Ainda este mês o TUC denunciou a política económica do governo como visando recompor os lucros dos grandes grupos monopolistas à custa da redução drástica dos salários reais de 500 trabalhadores. Na verdade isto está a ser obtido através de um profundo agravamento dos impostos indirectos, que atingem os preços dos artigos de consumo corrente e de uma desigual redução no imposto directo (23 por cento para o capital e 3 por cento para os trabalhadores!) — redução que significa que um director de uma grande empresa passa a receber um aumento equivalente ao ordenado de 500 trabalhadores. A redução das verbas destinadas a gastos sociais funciona também neste mesmo sentido. Entretanto, as grandes multinacionais do petróleo somam lucros recordes, e os orçamentos militares engrossam regularmente.

Crise do sistema e luta de massas são duas faces da mesma moeda. As teorias da propaganda burguesa — porque desmentidas pela realidade — servem cada vez menos para lançar poeira a olhos desprevidados. Na dura realidade da crise, a luta dos trabalhadores abre as portas do futuro.

O futuro do povo do Zimbabwe não depende dos resultados da conferência de Londres. Esta insere-se como um elemento do todo que é o ascenso da luta de libertação no país, uma situação internacional crescentemente favorável aos processos de libertação, a desesperada resistência dos regimes mais reaccionários, o jogo múltiplo do imperialismo para preservar, o melhor possível, os seus interesses.

O que hoje se passa em Londres é entretanto significativo: reflecte a impossibilidade de Londres (tal como dos Estados Unidos), de reconhecer a farsa Muzorewa, a incapacidade do regime da Rodésia de suportar quaisquer outras alterações, mesmo de fachada, o que se traduz na exigência de Smith-Muzorewa de um reconhecimento imediato por parte de Londres e de um levantamento das sanções económicas (o que a prática já demonstrou ser impossível), reflecte ainda a força do movimento de libertação no continente.

Um momento de confronto — difícil e perigoso — pois o futuro imediato do Zimbabwe determinará muito dos anos mais próximos em África.

Da provocação às reais preocupações do imperialismo

PROVOCAÇÃO é um acto deliberadamente destinado a provocar um conflito. Provocação é muitas vezes uma história montada peça a peça, uma calúnia estudada para desencadear a reacção desejada. Nem sempre conseguida. Provocação é uma das relevantes especialidades do imperialismo. Mais uma vez, no entanto, a provocação fracassou. Porque no equilíbrio mundial de forças, vão longe os tempos em que a Casa Branca esgrimia a guerra fria como uma arma provada. Vão longe os tempos em que a capacidade de manobra do imperialismo lhe possibilitava tomar amplamente a iniciativa. E porque a longa, pesada, complexa, experiência revolucionária da União Soviética e das forças democráticas de todo o mundo — a sua real força actual — permite a resposta pronta e lúcida que corta pela raiz o processo da calúnia.

TIEMOS há dias apenas o esforço de caçar dissidentes. Hoje subiu-se mais um passo e, num momento particularmente propício — quando o SALT é debatido nos Estados Unidos e em Cuba se processavam os trabalhos da cimeira dos não alinhados onde os esforços divisionistas, encaqueados pelo imperialismo saíram totalmente gorados —, lança-se a calúnia. Os EUA «descobrem» subitamente uma «brigada de combate» soviética em território cubano. Pequim clama que tal brigada se destina a um ataque aos Estados Unidos, enquanto Carter afirma ao Congresso que a dita brigada, finalmente, não tem capacidade para tal empreendimento. Senadores norte-americanos — os mesmos de sempre — decidem-se a tentar impor uma nova «condição» para a assinatura do SALT-2. Desta feita, a retirada de uma força militar inexistente. A imprensa burguesa fala de reacções iradas dos meios políticos norte-americanos, sugere mesmo preocupações generalizadas — tenta criar-se um clima propício à calúnia lançada, o clima de ateamento da já tão velha, e sempre renovada, «ameaça soviética». Ninguém viu jamais sinais de tal brigada. No entanto, Vance anuncia que ela estaria em Cuba desde meados de 1970... O que entretanto não impede, não só que a calúnia siga o seu sinuoso caminho como até que a Câmara de Representantes dos Estados Unidos aprove uma lei que autoriza o presidente Carter a proibir as exportações para a União Soviética. Tudo em nome da brigada fantasma.

Na verdade, as reais preocupações do imperialismo estão bem longe de tal brigada, tão oportunamente «descoberta». Centram-se na insolubilidade, a favor dos interesses do capital internacional, do problema do Médio Oriente, na luta crescente em África, no ascenso revolucionário na América Latina, no impasse a que se chegou no caminho da calúnia no sudeste asiático, face à firme, lúcida e coerente posição do Vietnam socialista, no surto renovado de lutas na Europa, no processo de distensão, que se firma apesar dos múltiplos entraves. Numa situação internacional que tão claramente se reflectiu, ainda há dias, na cimeira dos não alinhados, de que muitos quiseram fazer a cimeira da cisão de países objectivamente empenhados na luta anti-imperialista, mas que de facto se saiu numa grande vitória das forças progressistas. Os termos da declaração final são bem elucidativos: «a luta pela paz está intrinsecamente ligada à luta contra o imperialismo, colonialismo, neocolonialismo, apartheid, racismo, incluindo o sionismo, e todas as formas de ocupação, domínio e hegemonia estrangeiros».

Ascenso de luta em El Salvador

A Nicarágua é um indicio e um exemplo. Um indicio do ascenso do movimento revolucionário no continente, de que sou a hora do fim das ditaduras na América Latina. Um exemplo exaltante para povos sujeitos a regimes de arbitrio, profundamente repressivos, regimes destinados a impor a máxima exploração das riquezas e da mão-de-obra nacional.

E o exemplo frutifica. Recentemente "The New York Times" dedicou um editorial à situação em El Salvador. Traduzindo as preocupações de Washington realça a necessidade de uma saída "pacífica" para os problemas do país, acrescentando: "pode ser demasiado tarde". É demasiado tarde — não só no caso específico de Salvador, mas em toda a América Latina — para as pseudo-soluções liberalizantes, que mantêm tudo na mesma.

El Salvador é talvez o exemplo mais relevante neste momento. Há dias o governo cancela as comemorações da independência, por temor das manifestações organizadas como forma de protesto contra o assassinato de dois patriotas, vítimas da repressão policial. Entretanto, o resultado dos confrontos entre as forças policiais e os trabalhadores que se têm manifestado contra o governo é de cinco mortos, 50 feridos, 48 desaparecidos. A luta prossegue, com uma paralisação por tempo indefinido dos transportes colectivos em todo o país.

A luta contra o regime de El Salvador tem-se vindo

a acentuar ultimamente. Em Agosto, operários de duas fábricas têxteis da capital ocuparam as empresas onde trabalhavam, para apoiar reivindicações de melhores salários, benefícios sociais e novos contratos de trabalho. Na mesma altura, estudantes empunhando bandeiras sandinistas exigiram nas ruas de São Salvador reformas no ensino.

El Salvador é governado desde 1931 por uma ditadura militar de direita. Desde fins dos anos 60 o país entrou numa crise aguda que atinge o conjunto da vida socio-económica.

Abriu-se então um período revolucionário que a burguesia tentou destruir, quer através de mais brutal repressão, quer recorrendo a medidas demagógicas.

O regime, que, em 1932, assassinou cerca de 30 mil camponeses, operários, estudantes e intelectuais, face a um dos mais importantes levantamentos de trabalhadores da História da América Central, não hesita hoje também em recorrer ao assassinato. Fê-lo em Maio de 78, quando da repressão de uma manifestação pela libertação de presos políticos, em que morreram 23 manifestantes. Repete-o agora.

Só que hoje são diferentes as condições históricas. A profunda crise leva à fuga de capitais do país, apesar das facilidades concedidas. A repressão — por mais brutal — é arma ineficaz contra o ascenso do movimento revolucionário.

Etiópia: 5 anos de Revolução



O carácter da revolução etíope, cujo 5.º aniversário foi comemorado no passado dia 12, colocou, objectivamente, o país nas primeiras fileiras do movimento de libertação nacional do continente africano, pelas profundas transformações socio-económicas verificadas, transformações que correspondem inteiramente aos interesses das massas trabalhadoras. Tanto a construção como a defesa da revolução se encontram de facto nas mãos dos trabalhadores etíopes



As ruas de Luanda, segunda-feira passada, ofereciam inúmeros aspectos como este



O povo angolano de luto

• Solidariedade das forças progressistas de todo o mundo

As lágrimas e o luto foram, em Luanda, muito mais que a demonstração de uma dor profunda e sentida pelas centenas de milhares de pessoas que assistiram às cerimónias fúnebres do Presidente Agostinho Neto e que acompanharam os seus restos mortais até ao Palácio do Povo.

Foram muito mais que a saudade e a tristeza que inspirou às centenas de milhares de trabalhadores angolanos, a morte do fundador do Estado independente que é Angola de hoje, foram muito mais, para os militantes do MPLA, que a amargura de perder o fundador do Partido, foram muito mais, para os militares das FAPLA, que a dor de ter caído o combatente número um pela liberdade e pela independência da Pátria angolana.

As lágrimas e o luto foram, em Luanda, e em toda a Angola, a demonstração de uma adesão profunda e massiva de todo o povo a um projecto que o camarada Agostinho Neto encarnou — o da transformação social do país —, projecto que ele legou ao seu Partido e ao seu povo, orientação que o Comité Central jurou defender em nome de todo o MPLA-Partido do Trabalho.

Essa profunda adesão ao projecto do socialismo científico, da parte de tão largas massas populares — entre as quais se contam as camadas mais vastas da população — é um capital muito grande nas mãos dos militantes que defendem a orientação de Agostinho Neto.

Juramos-te, Camarada Presidente!

No juramento que o camarada Manuel Pacavira, membro do Bureau Político do CC do MPLA-PT, leu face à urna e na presença do Comité Central, dos membros do Governo, dos familiares mais próximos do Presidente, e dos vários chefes de Estado e chefes de delegações de partidos e movimentos internacionais, se consubstancia essa orientação e esse legado político.

(...) Juramos-te, Camarada Presidente, que faremos do MPLA-Partido do Trabalho, um partido marxista-leninista sólido no qual preservaremos a unidade ideológica e de acção como a nossa própria vida. Dizemos-te, Camarada Presidente,

que o nosso Partido demonstrará sempre que os seus ensinamentos frutificarão na Pátria que ajudaste a libertar e à qual ficarás eternamente ligado.

(...) Juramos-te, Camarada Presidente, engajamo-nos totalmente na mobilização, no enquadramento e na educação das jovens gerações, aquelas que continuarão a nossa Revolução, nos mais elevados sentimentos patrióticos e revolucionários.

(...) Juramos-te, Camarada Presidente, que salvaguardaremos a unidade nacional, consolidando a todo o momento a aliança operário-camponesa, mobilizando todas as forças sociais da Nação para as tarefas da edificação do Poder Popular, tua preocupação constante.

(...) Juramos-te, Camarada Presidente, nós, operários e camponeses, que faremos que das nossas fábricas e dos nossos campos saiam cada vez mais e melhores produtos para beneficiar o nosso povo.

(...) Juramos-te, Camarada Presidente, que jamais deixaremos de apoiar a luta dos oprimidos. Cada vez que o nosso Partido, o teu Partido, o determine, marcharemos decididos para qualquer missão internacionalista.

O PCP representado nas cerimónias fúnebres

Entre as delegações chegadas de vários países que se fizeram representar nas cerimónias fúnebres do Presidente Agostinho Neto, cujo corpo chegara a Luanda na passada sexta-feira, vindo de Moscovo, e era aguardado por mais de um milhão de pessoas, contou-se a delegação do Partido Comunista Português, composta pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, e Veiga de Oliveira, membro do Comité Central. Chefes de Estado

africanos também estiveram presentes, além do Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes, que chegou a Luanda no domingo e aí se manteve até terça-feira.

Sábado à noite, ao chegar ao aeroporto da capital angolana, os camaradas Álvaro Cunhal e Veiga de Oliveira foram recebidos pelo camarada Afonso Van Dunen (Mbinda), responsável das Relações Exteriores do CC do MPLA-Partido do Trabalho e por outros membros do Comité Central.

No dia seguinte, a delegação do PCP prestou homenagem aos restos mortais do Presidente Agostinho Neto, que se encontravam expostos no Commissariado Municipal de Luanda, onde passaram milhares de pessoas. A delegação do PCP foi aí recebida pelo camarada Pedro Maria Tonha (Pedalé), membro do Bureau Político do CC do MPLA e comandante das FAPLA, que conduziu os membros do PCP à sala onde, em frente de uma de vidro, guardaram um minuto de silêncio em sinal de luto, após o que apresentaram as condolências do Partido à viúva do Presidente angolano, com quem permaneceram uns momentos.

Os camaradas Álvaro Cunhal e Veiga de Oliveira assinaram depois o livro de

condolências em nome da delegação do Partido.

Na segunda-feira, incorporaram-se no grandioso cortejo de luto, seguindo com as delegações estrangeiras, o percurso da urna — do Commissariado Municipal ao Palácio do Povo.

O Adeus do Povo

Ao longo do percurso, centenas de milhares de pessoas se aglomeraram numa impressionante manifestação de pesar, populares que vieram depois a concentrar-se em frente ao Palácio do Povo e nas ruas adjacentes.

Encabeçando o cortejo seguiam os dirigentes do MPLA-Partido do Trabalho, os familiares mais próximos do Presidente, as delegações e os chefes de Estado que estiveram presentes.

Com grande dificuldade, um cordão de segurança, composto de rapazes e raparigas das organizações de juventude e por membros das FAPLA, conteve a grande multidão. O facto de a TV fazer em directo a reportagem da cerimónia não desmobilizou o povo que continuou aglomerado junto ao Palácio onde foi depositada a urna e onde se realizou a cerimónia do juramento a que fizemos referência a que foi aberta pela alocução de um Pioneiro que leu o Adeus dos Pioneiros de Angola a Agostinho Neto — um compromisso das crianças de Angola para o futuro, no

cumprimento dos seus deveres escolares e em defesa dos direitos de todas as crianças.

Finalmente, o camarada Lúcio Lara, secretário do Partido para a organização e educação de massas, proferiu o elogio fúnebre.

Num comovido discurso, evocando a figura do Presidente prematuramente desaparecido e permanentemente ligado à História do MPLA, à História da libertação de África, Lúcio Lara, na hora de um adeus doloroso, reafirma a determinação do juramento proferido pouco antes:

Neto Amigo

Camarada Presidente.

Camarada Comandante-em-Chefe.

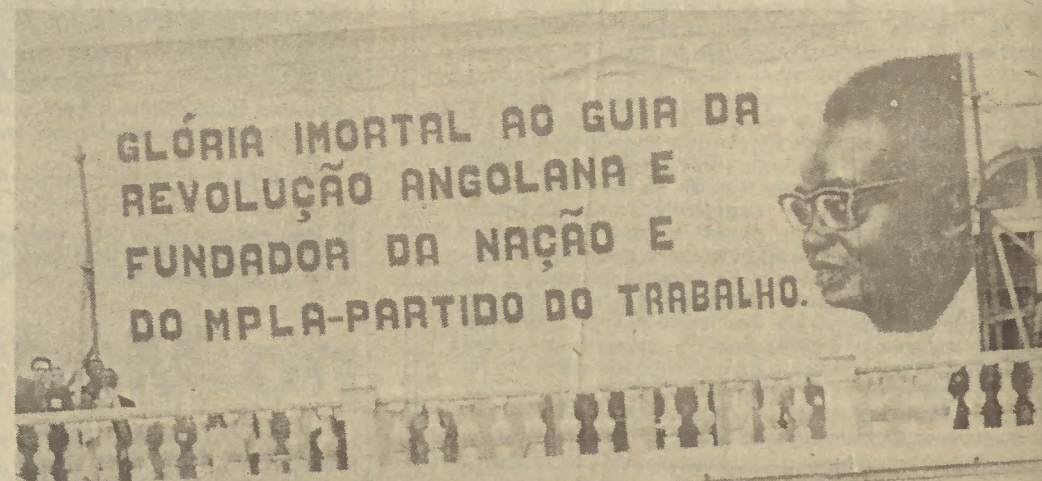
O nosso juramento há pouco feito não será em vão.

A Tua fidelidade aos princípios marxistas-leninistas será um exemplo vivo para a juventude e para todos os membros do Partido.

As Tuas preocupações com os problemas do nosso Povo estarão nas prioridades da nossa acção.

A luz do Teu exemplo iluminará para sempre a Pátria Angolana.

Após a derradeira cerimónia e nessa madrugada, a delegação do PCP deixou Luanda. No aeroporto, à despedida, esteve, além de outros membros dirigentes do MPLA, o camarada Lúcio Lara.



A chegada da urna ao Palácio do Povo.



À passagem do cortejo fúnebre pelas ruas de Luanda, perante centenas de milhares de pessoas, registaram-se cenas de grande emoção e dor

Álvaro Cunhal com Afonso Van Dunen (Mbinda), responsável das Relações Exteriores do CC do MPLA - Partido do Trabalho, à chegada da delegação do PCP a Luanda



Dias Lourenço e Albano Nunes receberam Álvaro Cunhal e Veiga de Oliveira, no aeroporto de Lisboa, no seu regresso de Angola

